



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE
CEILÂNDIA

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
CEF 14 DE CEILÂNDIA

Educação e a construção da cidadania
(Exercício 2023)

Ceilândia, abril de 2023.

Klelie Ligianne do Nascimento Alves.
Diretora

Tallyson Heron Silva Brito.
Vice Diretor

Carla Lorena de Jesus Barros
Supervisora Pedagógica

Rogério Pereira da Silva.
Judite Rodrigues Silva
Coordenadores Pedagógicos

Comissão Organizadora:

Representante	Nome
Equipe Gestora	Klelie Ligianne do Nascimento Alves. Tallyson Heron Silva Brito Carla Lorena de Jesus Barros
Docentes	Euclides Moreira de Sousa, Albert, Susana, Maiara, Camila, Vladimir, Tereza, João Paulo, Leonardo, Márcio, Roberto, Vânia, Fernando, Débora, Priscilla, Laion, Tássia, Semira, Roberto (Port), Viviane, Ana Cláudia, Adriano, Eslavos, Wilson, Isabela, Almerindo, Vanessa, Fernanda, Maisa.
Coordenadores	Rogério Pereira da Silva. Judite Rodrigues Silva
Carreira Assistência	Eva Maria Alves. Ellen Luize Neris.
Comunidade Escolar (Pais/Mães/Responsável/eis)	Alessandra Rodrigues de Carvalho. Admar Rodrigues dos Santos;
Atendimento Educacional Especializado	Carlos Alberto Ferreira dos Santos. Sônia Aparecida de Lima Silva.
Orientação Educacional	Dalva Izidia Gomes Vieira. William Resende de Faria.

Conselho Escolar:

Segmento	Representante
Pais	

Professores	
Assistência	
Estudante	

“Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores.

SUMÁRIO

I - APRESENTAÇÃO	7
II - HISTÓRICO INSTITUCIONAL	8
1. Breve histórico da escola	8
2. Mapeamento institucional	11
3. Infraestrutura	12
III – DIAGNÓSTICO DA REALIDADE	15
1. Perfil dos Profissionais da Educação	18
2. Perfil dos Estudantes e da Comunidade Escolar	19
2.1 Levantamento feito com estudantes	19
2.2 Gráficos referentes a levantamento feito com alunos	20
a) Local onde mora	20
b) Utiliza meio de transporte para chegar à escola	20
c) Participa na vida econômica da família	20
d) Meios de comunicação utilizado para manter-se informado	21
e) Sabe da importância do Projeto Político Pedagógico	21
f) Conhece os membros do Conselho Escolar	21
g) Como avalia o Ensino ofertado na escola	22
h) Como avalia a Direção da escola	22
i) Como avalia o lanche da escola	22
j) Como avalia a limpeza da escola	23
k) Como avalia o intervalo	23
l) Como avalia as aulas	23
m) Como avalia os espaços de convivência da escola	24
3. Perfil da comunidade escolar (pais e responsáveis)	24
4. Informações da secretaria	24
5. Equipe Gestora	25
6. Conselho Escolar	25
7. Coordenação Pedagógica	25
8. Caixa Escolar	25
9. Conselho de Classe	26
IV - FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA.....	26

V – MISSÃO E OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO, DO ENSINO E DAS APRENDIZAGENS	27
VI - PRINCÍPIOS ORIENTADORES DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS / FUNDAMENTOS TEÓRICOS METODOLÓGICOS	28
1. Ensino e aprendizagem	29
2. Educação Integral	30
3. Educação Inclusiva	31
4. Currículo Integrado	32
5. Códigos da modernidade	34
6. Novas Competências para ensinar	35
7. Princípio da unicidade entre teoria e prática	35
8. Princípio da Interdisciplinaridade e da contextualização	36
9. Princípio da Flexibilização	36
10. Avaliação Formativa	36
VII - ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO DA ESCOLA ...	37
1. Organização escolar: regime, tempos e espaços	.37
2. Direitos Humanos, educação Inclusiva e diversidade	39
3. Relação escola e comunidade	39
4. Atuação Articulada dos Serviços de Apoio	40
A) AEE - ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO.....	40
B) OE - ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL	41
C) EEEA - EQUIPE ESPECIALIZADA DE APOIO A APRENDIZAGEM	42
5. Atuação dos/as educadores/as sociais voluntários/as, educadores/as comunitários/as, monitores/as, entre outros	43
VIII - PRÁTICAS E ESTRATÉGIAS DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM	43
1. Prática avaliativa: procedimentos, instrumentos e critérios de aprovação	43
2. Recuperação Continuada	44
3. Conselho de Classe	44
IX - ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	45
1. Indicadores de desempenho escolar	45
a) Indicadores internos	45
b) Indicadores externos	48

X – PLANO DE AÇÃO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO **49**

- 1. Gestão Pedagógica e Gestão das aprendizagens e dos resultados educacionais** **49**
- 2. Gestão Participativa e de Gestão de Pessoas** **50**
- 3. Gestão Administrativa e Financeira** **51**

XI – PROJETOS ESPECÍFICOS E INTERDISCIPLINARES **52**

- A) FESTA JUNINA** **52**
 - B) JOGOS INTERCLASSES** **52**
 - C) PROJETO CAIXA HISTÓRICA** **53**
 - D) PROJETO CONSCIÊNCIA NEGRA** **53**
 - E) PROJETO SECADOR SOLAR** **54**
 - F) PROJETO HORTA** **54**
 - G) PROJETO ESCOLA DE LÍDERES** **54**
 - H) PROJETO POR ÁREA DE CONHECIMENTO** **55**
 - I) PROJETO INTERVENTIVO: APROVA BRASIL** **55**
 - J) PROJETO CICLO 14** **56**
 - K) PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA** **57**
 - L) PROJETO INTERVENTIVO: RETOMADA DE CONTEUDOS** **57**
 - M) PROJETO OBMEP** **58**
 - N) PROJETO INTERVALO DIRIGIDO** **58**
 - O) PROJETO ESCOLINHA** **58**
 - P) PLANO DE CONVIVÊNCIA ESCOLAR E CULTURA DE PAZ 2022** **59**
- 1. Projeto de Transição entre Etapas e Modalidades** **59**

XII - ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO **60**

XIII - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS **61**

XIV - ANEXOS **63**

I - APRESENTAÇÃO

Nosso Projeto Político Pedagógico fundamenta-se na preparação do estudante, inserindo-o no contexto social, como um agente de transformação, vivenciando a crítica, a responsabilidade, a reflexão, a autonomia, a criatividade e o respeito de ser, tornando-o com isso, apto ao exercício da cidadania.

O Projeto Político Pedagógico é o documento que norteia, valida e legitima as mudanças e inovações necessárias. Nesse sentido assume fundamental importância o seu processo de elaboração, sobretudo como resultado de um trabalho coletivo, com a participação efetiva de todos os segmentos que compõem a comunidade escolar. Para a elaboração desse Projeto Político Pedagógico, somam-se ainda os documentos que embasam as exigências da legislação, cujo referencial encontra-se nos pareceres e instruções que complementam ou normatiza a LDB, quer sejam através do Conselho de Educação ou da Secretaria de Educação.

As coordenações coletivas foram espaços privilegiados para a participação dos professores. Em sala de aula, de forma presencial, foram criados espaços para que os estudantes se manifestassem sobre o documento. Os pais e responsáveis também participaram respondendo ao instrumento de pesquisa (questionário).

A primeira parte é composta pelo perfil da instituição: missão, um breve histórico da escola e um mapeamento com informações importantes sobre os profissionais que nela atuam, os estudantes e comunidade escolar, além de uma descrição da infraestrutura e espaços escolares. Também foi realizada uma análise dos indicadores internos e externos das aprendizagens com os dados que dispúnhamos no momento.

A Função Social da Escola e as Concepções Teóricas/Princípios Orientadores das Práticas Pedagógicas estão contempladas nas Partes II e III.

Na parte IV foram elencados os Objetivos e Estratégias de Ação da gestão, subdivididos em três grupos: pedagógica, gestão participativa e de pessoas e administrativa/financeira.

A Organização do Trabalho Pedagógico da Escola é descrita na quinta parte, seguida da explicitação sobre as Práticas e Estratégias de Avaliação adotadas nesta Unidade de Ensino.

Por fim, descrevemos a periodicidade, os procedimentos e de que maneira serão realizados os registros de avaliação deste Projeto Político Pedagógico: um documento aberto a críticas, mudanças, reformulações, em permanente construção.

II – HISTÓRICO INSTITUCIONAL

1. BREVE HISTÓRICO DA ESCOLA

Aos dez dias do mês de março de 1980 foi registrada a ata de abertura do ano letivo como Escola Classe 51 de Ceilândia, com mil trezentos e sessenta e cinco alunos matriculados. Continuou como Escola Classe até o ano de 1992, atendendo alunos tanto da Educação Infantil quanto do Ensino Fundamental I e II. A partir dessa data passa a se chamar Centro de Ensino de 1º grau, continuando assim até o ano de 2000, quando passa a ser denominado Centro de Ensino Fundamental 14, de Ceilândia, atendendo somente a modalidade de Ensino Fundamental II, do 6º ao 9º ano. Com base nos registros de Ata, constatou-se que esta escola funcionava também no turno noturno entre os anos de 1986 e 2001. Durante a década de 1980, o Setor P Sul se destacou, infelizmente, pelo baixo padrão socioeconômico da sua população e, conseqüentemente, pela violência – estupros, furtos, roubos, latrocínios e homicídios.

A combinação entre o perfil de baixa renda e inatividade econômica por parte de grande parcela da comunidade / moradores do entorno do CEF 14 faz com que o ambiente de violência e a insegurança das residências, nas ruas e quadras passassem a repercutir dentro da escola. Tal fenômeno negativo foi superdimensionado quando ganhou as páginas policiais e programas radiofônicos. O setor P Sul foi então apelidado, pejorativamente, pelo então jornalista investigativo Mario Eugenio, de Caldeirão do Diabo, o que contribuiu para aprofundar a imagem negativa do setor.

A escola é um reflexo da sociedade. No CEF 14 não seria diferente. As quadras 26, 28, 32 e 36 formavam o quadrilátero em torno de nossa escola, das quais originaram a comunidade discente. Merece “especial” destaque as quadras 26 e 28 pela proximidade e pelo quantitativo de alunos, mas também pela coincidência por ter sido palco da formação das piores gangues do Setor P Sul com destaque para a famosa “Gangue dos Nasas”.

Posteriormente, onde hoje são as quadras 22 e 24, surgiu uma invasão chamada Vila do Papelão. Alunos provenientes desta região sofriam com enormes preconceitos. Como consequência, já na década de 1990, essa região passou a ser a origem principal de alunos violentos dentro do CEF 14. A escola contava na época com três turnos (matutino, vespertino e noturno). Episódios como tiros no portão da escola, flagrantes de armas de fogo dentro da sala de aula, brigas violentas entre alunos de gangues diferentes e muitas vezes por disputa do ponto de venda de drogas dentro da escola eram comuns.

Durante o triênio 1995-1997 a gestão do CEF 14 na ocasião - após o lamentável episódio da morte do vigia do então CED 06 - junto com o Conselho Escolar participou da criação do Conselho de Diretores de Escola de Ceilândia bem como de proteção em torno dos blocos administrativos A e B bem como a reforma da mão francesa sobre o muro da escola.

Merece destaque, em 1997, a realização de uma “Marcha contra a violência” organizada pelos diretores de escolas do Setor P Sul com o apoio e adesão das demais escolas de Ceilândia. Essa marcha conduziu professores, pais e estudantes em longa caminhada até à Administração de Ceilândia e à 15ª Delegacia. Com o surgimento do Batalhão Escolar e um choque de gestão do CEF 14 com uma administração disciplinar mais contundente dentro da escola, entre 1996 e 1999, tivemos uma especial redução da indisciplina e da violência.

No CEF 14 conseguimos escrever uma página com aspectos extremamente positivos. De 1990 a 1997 a escola ganhou destaque no exame de admissão para a Escola Normal de Ceilândia, como os estudantes da 8ª série (hoje 9º anos), atingindo o maior número de aprovados entre os CEF's de Ceilândia. Destaca-se também o Projeto Interdisciplinar de Leitura e Produção de Textos, em que, pela primeira vez, a escola foi mobilizada, na época, para diagnosticar e traçar o perfil de toda a comunidade escolar, em especial o segmento de pais e estudantes. Foi traçado também, o perfil, a tipologia e as características completas (como recursos materiais e humanos) da estrutura do CEF 14. O resultado foi surpreendente, pois foi possível conhecer verdadeiramente a realidade, o perfil social, econômico e cultural das famílias do segmento pais e estudantes da escola.

Nesse mesmo período foi realizado um Censo Escolar Comunitário em parceria entre a escola e o CEPAFRE (Centro de Educação de Adultos, Paulo Freire) em todas as quadras que forneciam alunos para a escola. O levantamento de jovens e adultos não alfabetizados foi encaminhado ao CEPAFRE, e muitos destes recenseados foram matriculados e alfabetizados num programa especial do próprio CEPAFRE.

Após 1997, diversas gestões, dentre eleitas e indicadas, trabalharam no CEF 14. De 2017 a 2019, por meio de processo eleitoral, a chapa “Outro CEF 14 é Possível” assumiu a gestão para um mandato de três anos, desenvolvendo diversas estratégias objetivando melhorias no processo de ensino e aprendizagem.

Em janeiro de 2020, após processo eleitoral, a nova equipe gestora, em conjunto com o corpo docente e discente, os funcionários, bem como a família, assumiu acreditando que uma escola de qualidade deve ser acessível, prazerosa, humana e crítica. Deve favorecer a participação efetiva de todos os segmentos e incentivar a conscientização e o envolvimento dos cidadãos na construção da sociedade que desejamos, assumindo suas responsabilidades na construção de um Projeto Político Pedagógico que expresse essa identidade.

Para que essa construção seja satisfatória, não cabe uma postura centralizadora da equipe gestora. As ações participativas na escola deverão ultrapassar o discurso e se tornar realidade,

dando espaço para a comunidade escolar opinar e fazer parte do trabalho realizado. Descentralizar o poder é fundamental para o sucesso da construção do Projeto Político Pedagógico.

Acreditamos que a escola transformadora necessita considerar a atuação do educando na sociedade globalizada. Tal construção só será possível com um planejamento voltado para a participação de todos os envolvidos no processo educacional. A escola tem esse papel social importante, e manter os direitos fundamentais de cidadania é garantir a formação do cidadão consciente, crítico e responsável.

Nesse sentido, não podemos esquecer que o trabalho que desenvolvemos na escola tem uma dimensão pública, uma função social, já que diz respeito a direitos fundamentais de cidadania”.

A escola não pode negligenciar a reflexão sobre seu propósito educativo. Para que haja essa ação reflexiva, como aponta Costa (2011), há uma necessidade de um instrumento norteador que execute as ações educativas da unidade escolar.

O Projeto Político Pedagógico retrata, de fato, a concepção de educação, a sua relação com a comunidade em que a escola está inserida e a formação do indivíduo para sua contribuição como cidadão. Ele não é um documento pronto e acabado, mas um processo que se aprimora na caminhada, com o intuito de definir qual tipo de ação educativa é realizada e qual se deseja alcançar.

Nesta perspectiva, sentimos a necessidade de refletir sobre nossa ação pedagógica e, a partir de então, resignificarem nossa prática diária. Este Projeto Político Pedagógico é fruto de um trabalho de discussões, resolução de conflitos, tomada de decisões coletivas e união de forças para a construção de um espaço escolar voltado para a formação global de nossos estudantes.

Propomos uma reorganização em todos os setores da Unidade Escolar buscando a capacitação constante de todos os servidores e sua valorização como profissional e cidadão, com o aproveitamento máximo do tempo e do espaço de que dispomos, dando autonomia para cada setor.

Trazemos ainda que nossa gestão administrativa e financeira prevê a participação coletiva e transparência na aplicação dos recursos do PDDE e PDAF.

O Projeto Político Pedagógico tem como principal meta aperfeiçoar a prática atual. Por isso, assumimos o compromisso de investirmos no eixo reflexão – ação – avaliação/reflexão – ação e os momentos de coordenação pedagógica, reuniões de pais e avaliações institucionais são nossos aliados para o alcance desta meta principal.

Não obstante, estamos conscientes de que, precisamos ampliar a participação da comunidade escolar e ainda, de que nossos avanços serão lentos, por não possuímos o suporte necessário, para que os problemas diagnosticados sejam efetivamente solucionados.

A Equipe Gestora do CEF 14 está em constantes buscas por parceiros, para poder proporcionar a essa população um pouco de dignidade e serviços gratuitos para atender nossa

comunidade escolar, pois sabemos que a comunidade espera que a escola seja a semente que brotará e trará para as pessoas que ali vivem uma qualidade de vida melhor e a certeza de um futuro mais promissor aos nossos estudantes.

2. MAPEAMENTO INSTITUCIONAL

O Centro de Ensino Fundamental 14 inicialmente foi criado com o objetivo de atender os estudantes do Ensino Fundamental das séries iniciais, residentes no recém inaugurado setor P SUL (1971) com a denominação de Escola Classe 51 em 10/03/1980. Atualmente a escola funciona atendendo os alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental Anos Finais.

O CEF 14 atende estudantes moradores do Setor P. Sul, Sol Nascente e Pôr do Sol, numa média de 825 estudantes, em região considerada de periferia. A escola foi a primeira da Ceilândia a implantar a organização em ciclos.

A equipe gestora é composta por diretora, vice-diretor, supervisora pedagógica, supervisora administrativa e chefe de secretaria. Tem a atuação de dois coordenadores pedagógicos e um coordenador intermediário da regional de ensino de Ceilândia. A escola conta com a atuação de uma sala de recursos generalista para atendimento dos alunos ANEES, dois orientadores educacionais. Atualmente estamos sem pedagogo da Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem.

O CEF 14 de Ceilândia apresenta grande necessidade de ações voltadas à prevenção e combate à violência escolar, devido às frequentes ocorrências dentro da instituição. Há também casos de uso e tráfico de entorpecentes nos arredores da escola. Está localizada em uma região de grande vulnerabilidade social e com grande número de estudantes com defasagem idade/série. No ensino presencial os profissionais da escola buscam realizar projetos integradores que visam ampliar a participação dos estudantes no ambiente escolar, como: farmácia viva (cultivo de plantas medicinais), projeto de teatro, projeto de artesanato, horta, secador solar, grupos de muay thai. Estes projetos são realizados na escola em horário contrário da aula e ministrados por professores e colaboradores da instituição. Durante o período de ensino remoto não foi possível realizar esses projetos, mas procuramos proporcionar para nossos estudantes neste momento algumas oficinas on-line trazendo a temática de empreendedorismo, tendo em vista que nesse momento muitos dos nossos estudantes estão ajudando a compor a renda familiar.

A direção da escola tem buscado parcerias junto a outras instituições para garantir um ambiente mais agradável, visto que devido a problemas de gestões anteriores a escola não recebe verba do Governo Federal há mais de dois anos.

Nesta instituição há muitos casos de estudantes com dificuldades de aprendizagem e também nas relações interpessoais. Evidencia-se necessidade de projetos que desenvolvam nos

estudantes a capacidade de relacionar-se respeitosamente com os professores e uns com os outros.

Esta unidade escolar, de acordo com as diretrizes da educação, contempla estudantes da inclusão, com atendimento em sala de recursos generalista e adequações curriculares de acordo com as especificidades de cada estudante. Porém, no momento, ainda possui déficit no que se refere aos alunos com transtornos funcionais visto que não possuem atendimento especializado por meio das salas de apoio.

A seguir algumas ações integradas previstas pelos serviços de apoio e orientação educacional (SALA DE RECURSOS / OE / EEAA):

- Levantamento do perfil dos professores (questionário);
- Entrevista com a gestão;
- Observação da dinâmica escolar;
- Participação dos espaços coletivos como reuniões e conselhos de classe;
- Ações nos conselhos de classe;
- Auxiliar nas atividades pedagógicas e construções das intervenções a nível coletivo e individual;
- Palestras e oficinas nas reuniões coletivas com os professores;
- Participar no planejamento das ações pedagógicas conjuntas previstas no calendário escolar (oficinas, palestras, atividades vivenciais, intervalo cultural, entre outros);
- Realizar reuniões ocasionais com os pais e/ou responsáveis de acordo com as demandas apresentadas;
- Intervenções nas reuniões de pais, promovendo espaços de fala, escuta e orientação para melhoria do desempenho escolar.

3. Infraestrutura

A escola foi inicialmente planejada para funcionar como Escola Classe 51 e assim funcionou até o ano de 1992, quando passou a ser Centro de Ensino Fundamental 14, porém permanecendo com a mesma estrutura. Isso gerou alguns problemas de inadequação de espaços, já que foi planejada para alunos de faixa etária menor.

A estrutura física é composta pelos seguintes espaços e condições de uso:

Quantidades	Dependências	Condições de uso
01	Secretaria e arquivo	Boas condições de uso
01	Sala da direção	Boas condições de uso

01	Sala da supervisão pedagógica	Boas condições de uso
01	Sala da supervisão administrativa	Boas condições de uso
01	Sala dos professores	Boas condições de uso
01	Sala da coordenação	Boas condições de uso
01	Sala do OE	Boas condições de uso
01	Sala de recursos	Boas condições de uso
01	Sala da EEAA	Boas condições de uso
01	Copa/cozinha para servidores	Boas condições de uso
01	Depósito de materiais pedagógicos	Boas condições de uso
01	Laboratório de informática	Boas condições de uso
01	Laboratório de ciências	Boas condições de uso
01	Sala de apoio	Boas condições de uso
01	Pátio coberto	Boas condições de uso
01	Cantina	Boas condições de uso
01	Depósito de gêneros alimentícios	Boas condições de uso
18	Salas de aula	Boas condições de uso
01	Guarita	Boas condições de uso
01	Estacionamento descoberto	Boas condições de uso
01	Sala de Leitura	Boas condições de uso
01	Sala de grupos de estudo	Boas condições de uso
02	Banheiro dos professores	Boas condições de uso
02	Banheiro dos estudantes	Boas condições de uso
02	Banheiro adaptado	Boas condições de uso
01	Quadra descoberta	Em obra (Acabamentos)
01	Caixa d'água	Boas condições de uso

01	Depósito do material de educação física	Boas condições de uso
01	Sala de vídeo	Boas condições de uso
01	Sala quintal	Boas condições de uso
01	Pracinha descoberta	Necessita de cobertura
01	Depósito de gás	Boas condições de uso
01	Sala dos terceirizados	Boas condições de uso
01	Galpão comunitário	Boas condições de uso

--

Em destaque ressaltamos algumas salas especiais destinadas a atividades pedagógicas:

Sala de Informática - A sala de informática foi montada em 2008, com recursos do Ministério da Educação. Atualmente o laboratório encontra-se desativado em função das máquinas estarem obsoletas e por falta de manutenção.

Laboratório de Ciências - Funciona num espaço improvisado, insuficiente para o atendimento de uma turma de 30 alunos. A sala dispõe de um aparelho de ar condicionado e dois microscópios.

Sala de leitura- é coordenada por uma Servidora da carreira assistência que alterna turnos matutino e vespertino. Os alunos possuem uma carteirinha específica da biblioteca para o controle dos empréstimos e devoluções dos livros. Além da carteirinha há um livro de frequência para o registro do nome, horário de entrada, saída e turma em que está matriculado.

O acervo é reduzido e o espaço para leitura dos estudantes é bastante restrito e não há como atender um grande grupo de uma única vez.

SALA DE APOIO DISCIPLINAR - FUNCIONA COMO UMA RECEPÇÃO, NUM ESPAÇO ADAPTADO NA ENTRADA DA ESCOLA. CONTA COM A COLABORAÇÃO DE TRÊS FUNCIONÁRIAS QUE SE REVEZAM ENTRE OS DOIS TURNOS NO ATENDIMENTO DE PAIS E ESTUDANTES. COM RELAÇÃO AOS ESTUDANTES, O TRABALHO CONSISTE EM REGISTRAR E COMUNICAR POR TELEFONE, PAIS OU RESPONSÁVEIS, SOBRE PROBLEMAS DE SAÚDE OU DISCIPLINARES. PAIS E COMUNIDADE EM GERAL, SÃO ENCAMINHADOS AO SETOR PRÓPRIO PARA ATENDIMENTO DE SUAS DEMANDAS.

Sala de vídeo - Sala destinada a exibição de vídeos equipada com uma televisão e sistema de som apropriado. Usada mediante condições de reserva junto a supervisão/coordenação pedagógica.

Quadra poliesportiva- Além da prática nas aulas de Educação Física a quadra também será utilizada para treinamentos das equipes escolares. A quadra somente será liberada para outras práticas mediante autorização da Equipe Gestora.

Orientação Educacional - Funciona em uma sala equipada com arquivos e ar condicionado. É destinada ao atendimento de alunos e familiares, como também aos professores que buscam suportes interventivos junto ao SOE. Conta com um profissional com formação em Pedagogia e Especialização em Orientação Educacional.

SALA DE RECURSOS GENERALISTA - DISPÕE DE ALGUNS MATERIAIS ENVIADOS PELO MEC, DENTRE OS QUAIS: DOIS COMPUTADORES DE MESA, DOIS NOTEBOOKS, UMA IMPRESSORA E JOGOS PEDAGÓGICOS. O PROJETO DA SALA DE RECURSOS GENERALISTA, IMPLANTADO EM 2008, OBJETIVA DAR CONDIÇÕES PARA UM TRABALHO PEDAGÓGICO DIFERENCIADO E LÚDICO QUE FAVOREÇA A APRENDIZAGEM E A INCLUSÃO.

Galpão comunitário - É usado tanto pela escola quanto pela comunidade local, tanto para reuniões quanto para desenvolvimento de atividades artísticas e culturais. Na área externa são desenvolvidos os projetos Horta escolar e Farmácia Viva.

Importante saber que o uso do Galpão Comunitário pelo CEF 14 é uma reivindicação registrada em documentos desde o ano de 2008, sendo a incorporação efetivada em 05 de fevereiro de 2010. Na época se argumentava o uso desse espaço atendendo a uma demanda de espaço para atividades extracurriculares.

Atualmente um dos maiores desafios do Projeto Político Pedagógico desta Instituição de Ensino é desenvolver uma educação de qualidade, voltada para o resgate da autoestima e melhora no rendimento escolar, principalmente dos indicadores do IDEB (MEC 2015). Há necessidade de mudança de estratégia na ação pedagógica, pois a clientela atendida apresenta característica de risco Social. Com base no diagnóstico foram traçadas metas positivas e Projetos interventivos voltados para o interesse e necessidades de aprendizagem dos nossos alunos.

Nessa perspectiva estão sendo desenvolvidas atividades com teatro, artesanato, projetos interventivos de Português, Matemática, Ciências e História; Projeto Farmácia Viva; Projeto Secador Solar de Frutas.

Assim, as demandas que motivaram a incorporação do Galpão à Escola, são exatamente as mesmas da atualidade, principalmente no que se refere à questão da vulnerabilidade e risco social, com o surgimento dos bairros Sol Nascente e Pôr do Sol, nas proximidades da Escola.

Sala quintal - Espaço que fica nos fundos da escola, em área coberta, sem paredes, em tamanho suficiente para acomodar uma turma de 30 alunos. Está equipada com um quadro branco e cadeira. É utilizada para atividades lúdicas e recreativas, aulas ao ar livre e grupos de estudo no contra turno.

Por se tratar de uma construção antiga, requer constantes reparos. Grande parte dos reparos e reformas foram executadas pela própria escola. Emergencialmente necessita de reparos estruturais e pintura em toda a escola, cobertura da quadra e entrada da escola. No

entanto, a construção de um auditório de pequeno porte desponta como um dos principais anseios estruturais para fins pedagógicos.

A escola dispõe em seu patrimônio de bens tombados (capital) e de uso corriqueiro (custeio). Todos disponíveis à implementação e execução da Proposta Pedagógica da escola. Como custeio podemos listar bens como utensílios de copa e cozinha e suprimentos em geral (papel, toner, tinta, material de limpeza), material esportivo como bolas e coletes, livros e revistas da sala de leitura, mídias em dvd, dicionários, vidraria de laboratório, dentre outros.

- Dados de Identificação da Unidade Escolar/Atos de Regulação da Unidade Escolar

	IDENTIFICAÇÃO/ATOS DE REGULAÇÃO
Unidade Escolar	Centro de Ensino Fundamental 14 de Ceilândia
Endereço	St. P Eqnp 28/32 - Ceilândia, Brasília
Cep	72235-560
Regional	Coordenação Regional de Ensino
Rede de ensino	Estadual
Tipo de Unidade Escolar	Pública
Situação do Funcionamento	Ativa
Código Inep	56068122
Ato de credenciamento	Portaria N° 003 de 12.01.2004
Fundamentação Legal	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- Lei n°9394/96-CEDF, alterada pela resolução n° 1/2021-CEDF, republicada no DODF n° segunda-feira, 15 de março; Portaria n° 15/2015-SEEDF, alterada em seus dispositivos pela Portaria n°180/2019 SEEDF que aprova o Regimento Escolar da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.
Resolução	Resolução n° 2/2020
Lotação SIGRH	990190000061
Gestão compartilhada	Sim () Não (X)
Educação Integral	Sim () Não (X)

III - DIAGNÓSTICO DA REALIDADE

O Centro de Ensino Fundamental 14 está localizado em Ceilândia, bairro P. Sul, bem próximo aos condomínios Pôr do Sol e Sol Nascente, regiões extremamente carentes de infraestrutura e de serviços que atendam às necessidades básicas da população, como: educação, saúde e segurança.

Ceilândia é a região administrativa mais populosa do Distrito Federal, possui uma área de 29,10 km², com 489.351 habitantes, segundo Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD - 2015. Localizada a 26 quilômetros do Plano Piloto, Ceilândia foi formada a partir da necessidade de acomodar os construtores de Brasília vindos das diversas regiões do Brasil, os quais viviam em favelas, às margens do Lago Paranoá, área que seria, posteriormente, destinada à construção de moradias para a elite política e econômica da nova capital brasileira. Seria, portanto, necessário, para determinados setores do governo (como a TERRACAP), tendo em vista também o problema da especulação do solo urbano, a transferência imediata de todos os moradores para outro local, longe do Plano Piloto.

A pesquisadora Safira Bezerra Ammann, faz uma análise do quanto seria contraditório para os projetos urbanísticos capitalistas da nova cidade, a presença de pessoas de baixa renda naquele local. “Segundo a ótica capitalista, as favelas vinham contrariar o projeto urbanístico, quebrar a harmonia da cidade, prejudicar sua beleza arquitetônica e representar uma ameaça à população do Plano Piloto.”¹

O nome “Ceilândia” surge a partir da sigla “CEI”, que significava Campanha de Erradicação de Invasões. A cidade é oficialmente fundada em 27 de março de 1971 pelo governo local e hoje é subdivida em vários bairros como: Ceilândia Centro, Ceilândia Sul, Ceilândia Norte, (esses três primeiros, juntamente com a parte da Guariroba, formavam o setor tradicional, cujo projeto original era em forma de barril), Guariroba, P. Sul, P. Norte, Expansão do Setor O, QNQ, QNR, Setores de Indústria e de Materiais de Construção, e parte do Incra, (área rural da cidade). Os bairros mais recentes são: Setor Privê, Pôr do Sol, (no P. Sul) e Sol Nascente, (no P. Norte), surgidos a partir de 1995.

O setor P. Sul, implantado em 1979, está organizado por em estrutura geométrica regular, similar ao desenho original de Ceilândia. O Setor P. Sul ocupa cerca de 331 hectares, com 12.017 lotes, ou seja, 36,3 lotes por hectare.

A partir de 1998 começou-se um movimento de fracionamento e venda das chácaras que estavam ao redor do P. Sul. Esse movimento fez com que várias casas fossem construídas ao redor das antigas moradias. Sob a égide de condomínios, surgiram vários ao redor do P. Sul. As condições ainda são precárias nessa região mas a tendência é a regularização e urbanização.

Atualmente o P. Sul compreende as quadras pares, QNPs 10, 12, 14, 16, 18, 20, 22, 24, 26, 28, 30, 32, 34 e 36, a área de desenvolvimento Centro-Norte (área comercial e industrial) e, mais recentemente o Condomínio popularmente chamado Pôr do Sol.

Segundo dados da Codeplan essa região apresenta as seguintes características socioeconômicas:

- Do total de habitantes 46% estão na faixa etária de 25 a 59 anos. As crianças de zero a 14 anos representam 21% e os idosos 17%. No Pôr do Sol/Sol Nascente as crianças representam 28% e os idosos 7% (Tabela 1.2).

- Os ocupados desempenham atividades predominantemente no Comércio, 33% e Serviços Gerais, 22%. A Construção Civil representa 6%.

- Abastecimento de água, energia elétrica, e coleta de lixo próximos do atendimento total. O esgotamento sanitário abrange 81% dos domicílios da Ceilândia, no entanto no Pôr do Sol/Sol Nascente existem 56% de domicílios com fossa séptica e 39% com fossa rudimentar.

- A Coleta de lixo no Pôr do Sol/Sol Nascente é realizada em 26% dos domicílios, 28% jogam em lugar impróprio e 47 % dão outro destino.

No que se refere à educação os desafios são enormes segundo dados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios em Ceilândia – PDAD 2015.

- Do total de crianças de 0 a 4 anos, 19.311 (72%) estão fora da escola, sendo que destes, 5.903 (80%) são do Pôr do Sol e Sol Nascente. Entre 5 e 6 anos, são 571 (5%) no total da Ceilândia e 337(10%) no Pôr do Sol e Sol Nascente.

- De 7 a 17 anos, 97% frequentam escola (87.045) e 2.845 não estudam. De 6 a 14 anos, 120 crianças estão fora da escola, sendo que destas 42 são do Pôr do Sol e Sol Nascente. • Entre 18 a 25 anos 33% estudam. No Pôr do Sol e Sol Nascente são 27%. Destes, 21% fazem faculdade. No Pôr do Sol e Sol Nascente são 13%.

- Na faixa etária acima de 25 anos apenas 4% frequentam escola. No Pôr do Sol e Sol Nascente 3%.

- Sobressaem na região o ensino fundamental incompleto, 36% e o ensino médio completo, 24%. Nível superior na Ceilândia Total representa 6% e Pôr do Sol/Sol Nascente 3%.

Apesar dos problemas, Ceilândia é uma cidade viva, pulsante, que cresceu na efervescência da organização social. Em meados das décadas de 1979 e 1980, os moradores se organizaram na luta pela moradia e criaram o movimento que ficou conhecido como “Incansáveis Moradores de Ceilândia”. Na época, os moradores lutavam basicamente pela regularização dos lotes distribuídos pelo governo, mas, além disso, lutavam também por saneamento básico, segurança, educação e condições dignas de sobrevivência. Ao final da luta contra o governo, os lotes foram regularizados e a principal liderança dos Incansáveis chegou a ser eleito deputado distrital pela comunidade local.

Formada em sua grande maioria por nordestinos, Ceilândia se destaca pelas famosas Feiras, comidas típicas, enfim, pela cultura nordestina em geral. Merece destaque a Casa do Cantador, que oferece projetos permanentes de músicas como Repente e Forró.

Nos últimos anos Ceilândia tem sediado no mês de junho o que é considerado o maior São João do Cerrado. É um grande evento que traz elementos da cultura nordestina como forró, comidas típicas, danças do São João, além de música caipira.

O hip hop é outra modalidade da música representada pelos Movimentos de Rua, que tiveram e ainda tem forte representatividade em Ceilândia. É o que se chama cultura do gueto, em que os jovens usam o rap para se expressar e até exigir atenção das autoridades governamentais. Segundo reportagem do Portal R7, de dezembro de 2014. Ceilândia já teria cerca de 100 grupos de rap. Esses grupos estão inseridos no Hip Hop, que costumam apresentar, o break, grafite e cultura de rua.

O CEF 14 que queremos passa necessariamente pelo conhecimento e análise da realidade em que está inserido. Não é possível educar dissociado da vida do estudante, das reais necessidades da comunidade local.

Nesse sentido a LDB 9.394/96, no artigo 28º, preconiza que “os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente”. Isso significa que o ensino deve levar em conta o cotidiano e a realidade de cada região, as experiências vividas pelos alunos, quais serão suas prováveis áreas de atuação profissional, como eles podem atuar como cidadãos; enfim, ensinar levando em conta o contexto dos estudantes para que o conhecimento tenha significado concreto na vida do educando.

1. Perfil dos Profissionais da Educação

Atualmente, o quadro de profissionais do CEF 14 conta com professores efetivos da Secretaria de Educação, servidores da carreira de assistência efetivos da Secretaria de Educação, professores contratados em regime temporário e servidores terceirizados.

São 23 professores efetivos da carreira magistério, sendo 01 readaptado (atuando na sala de apoio) e 02 em restrição, em processo para readaptação (01 atuando na coordenação pedagógica e 01 na sala de apoio). Contamos também com 19 professores no regime de contrato temporário. Dos profissionais, 01 é mestre, 18 especialistas e 04 graduados. Do quadro de professores efetivos, 01 está exercendo a função de diretora, 01 como vice-diretor, 01 como supervisora pedagógica e 02 como coordenadores pedagógicos.

São 06 profissionais que compõem o quadro da Carreira Assistência à Educação, sendo 01 readaptado e atua na copa. Do quadro da carreira assistencial 01 está exercendo a função de supervisora administrativa e 01 exercendo a função de chefe de secretaria.

Contamos ainda com 18 colaboradores terceirizados, sendo 04 que preparam a merenda escolar, 10 que realizam a limpeza e a conservação do ambiente escolar e 04 agentes de guarda patrimonial.

A orientação educacional (OE) conta com dois orientadores em regime de 40 horas semanais.

A sala de recursos generalista conta com dois professores em regime de 40 horas semanais, sendo um da área de ciências naturais e matemática e outro da área de códigos e linguagens. Auxiliando os professores da sala de recursos e estudantes com necessidades educacionais especiais contamos com quatro educadores voluntários sociais, dois no turno matutino e dois no turno vespertino.

Contamos ainda com alguns voluntários que auxiliam no cotidiano escolar ocasionalmente sem nenhum ressarcimento. Em geral, alunos, ex-alunos e mesmo profissionais que apesar de já lotados na escola desempenham ações além da sua jornada de trabalho regular.

2. Perfil dos Estudantes e da Comunidade Escolar

2.1 Levantamento feito com estudantes

O corpo discente é marcado por sua heterogeneidade. Por sermos uma escola sequencial, recebemos estudantes das seguintes escolas: EC45, EC46, EC47, EC48, EC50, EC52. Recebemos também alguns estudantes da rede particular de ensino e de outros estados.

Percebe-se que muitos dos nossos estudantes ainda não têm perspectiva de futuro vinculado ao ensino médio.

O CEF 14 é uma escola que está localizada nas últimas quadras do Setor P. Sul e recebe alunos que residem, em sua maioria, nas quadras vizinhas e alguns que são provenientes de bairros vizinhos como Sol Nascente e Pôr do Sol. As estatísticas oficiais apontam que essa região é fortemente impactada pela violência, uso e tráfico de drogas. Assim, a insegurança é um problema presente tanto fora quanto dentro dos muros da escola e aparece como uma das maiores preocupações dos pais em levantamento feito pela escola. Ainda de acordo com o mesmo levantamento feito com pais e estudantes detectamos que:

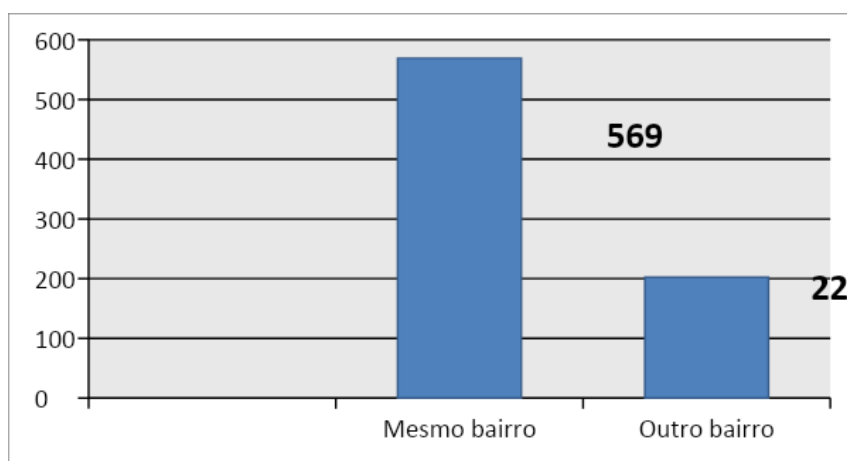
- A maioria usa meio de transporte para chegar à escola;
- Muitos alunos já participam da vida econômica da família;
- A maioria usa a internet como meio de informação, ficando em segundo plano, recursos como TV, jornais e revistas;
- A maioria não tem computador em casa, mas usa na casa de amigos e outros locais;
- A maioria reconhece a importância do Projeto Político Pedagógico para a escola, mas não conhece os membros do Conselho Escolar.

No que se refere à escola, a maioria avalia positivamente a Direção, as aulas e a limpeza das salas. Por outro lado, os estudantes opinaram que é preciso melhorar o lanche, o intervalo, os espaços de convivência e o ensino de modo geral.

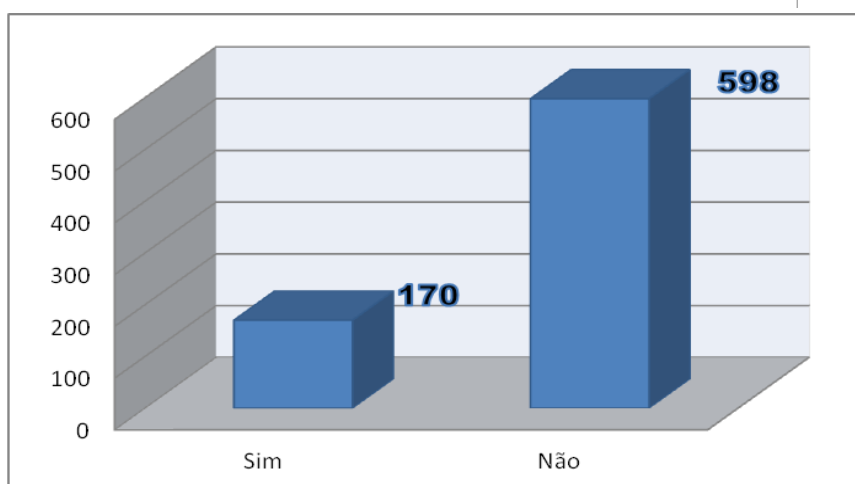
Percebe-se que nossos estudantes sofrem ações exógenas (violência no entorno da escola, violência familiar, drogas lícitas e ilícitas, redes sociais, e outras) causando prejuízos ao processo de ensino aprendizagem e dificultando assim a realização do trabalho pedagógico. Outro fator observado é a falta de acompanhamento familiar das ações educacionais realizadas na escola e destinadas ao domicílio. Diante disso, a relação da escola com os pais/responsáveis tem ficado restrita apenas às reuniões bimestrais e convocações pontuais.

2.2 Gráficos referentes ao levantamento feito com os estudantes

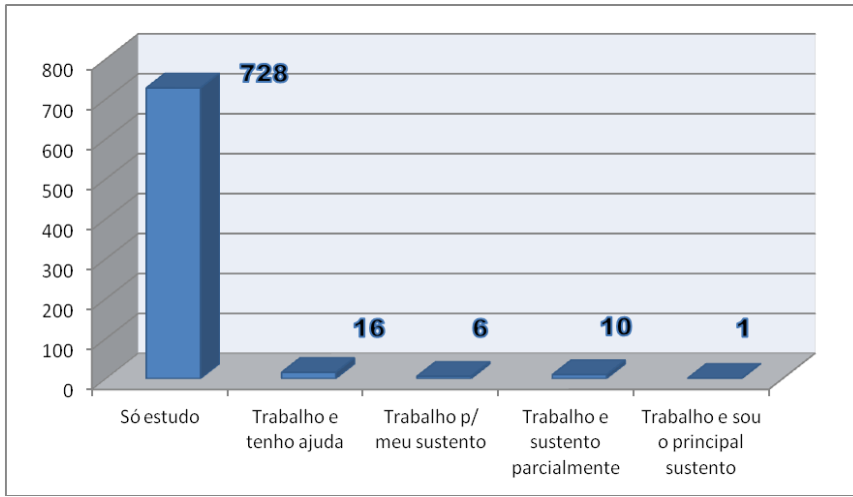
Local onde mora



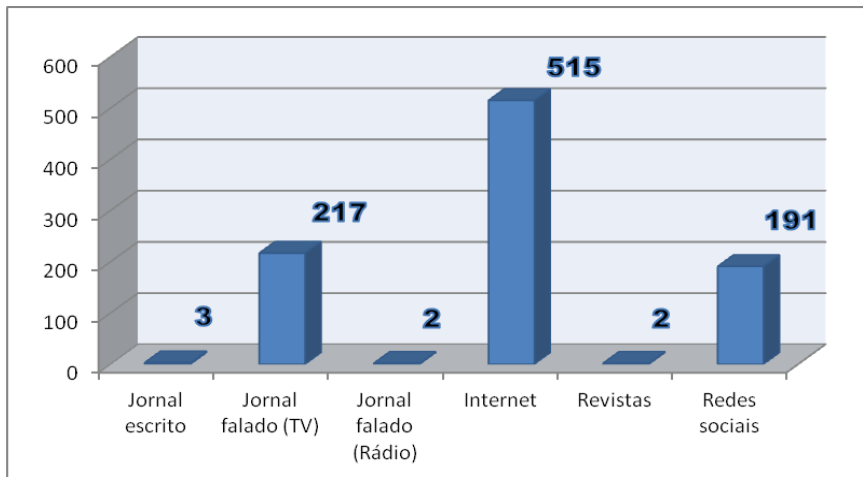
Utiliza meio de transporte para chegar à escola



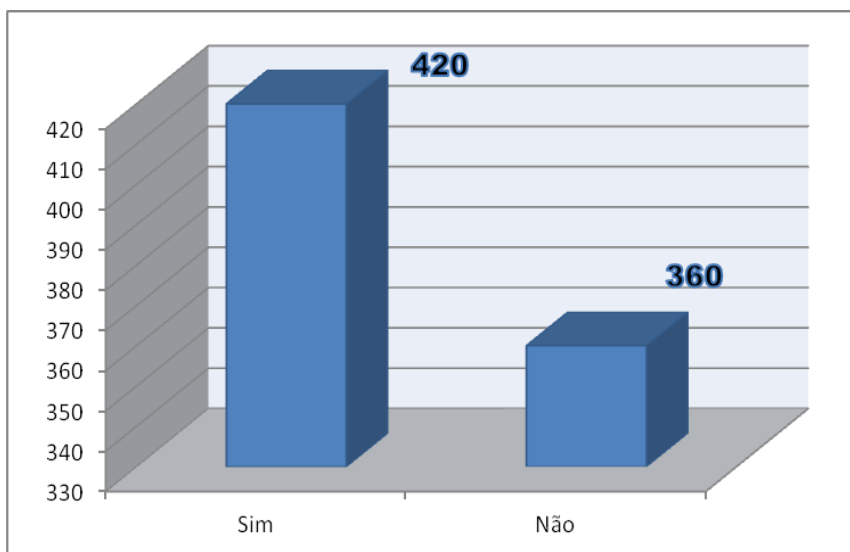
Participação na vida econômica da família



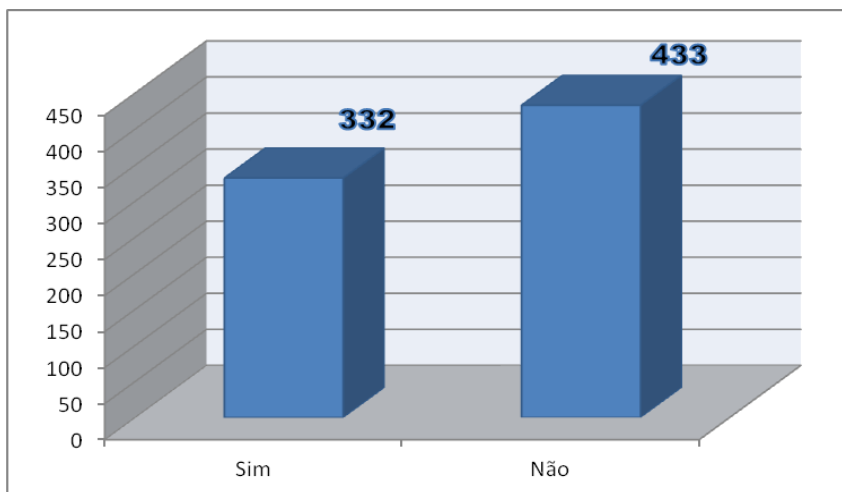
Meios de comunicação utilizado para manter-se informado



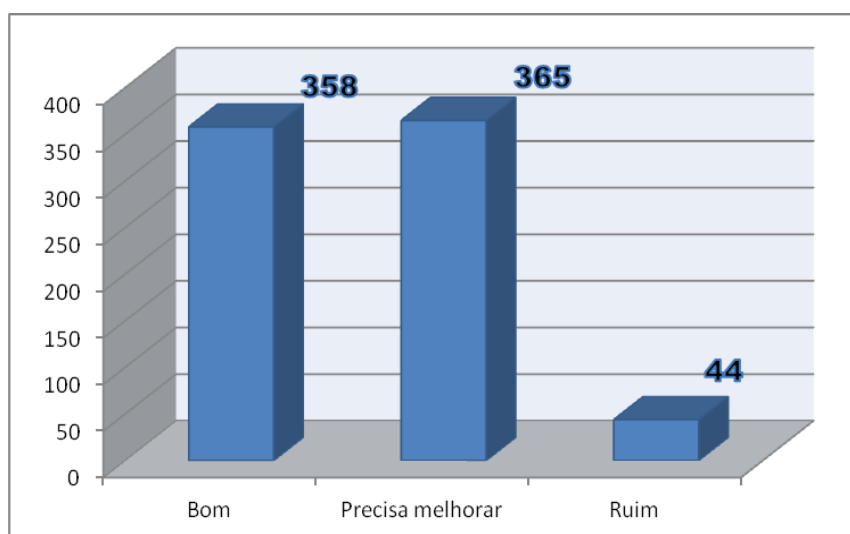
Sabe da importância do Projeto Político Pedagógico



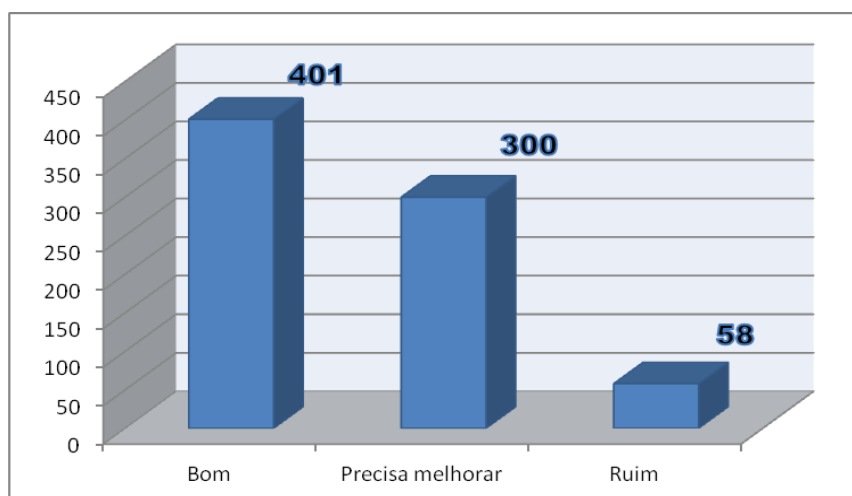
Conhece os membros do conselho escolar



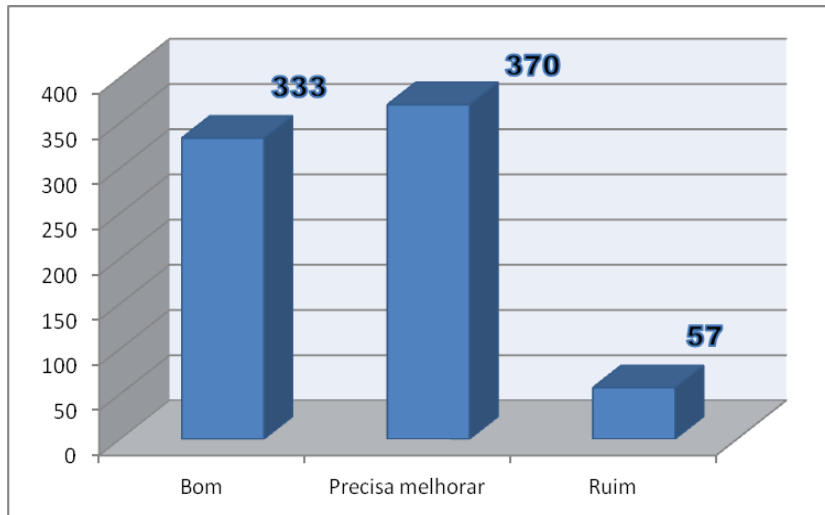
Como avalia o Ensino ofertado na escola



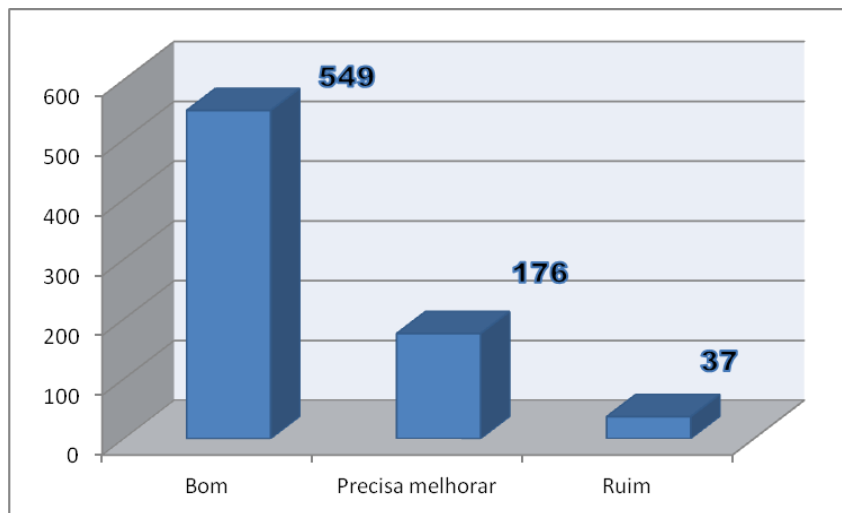
Como avalia a Direção da escola



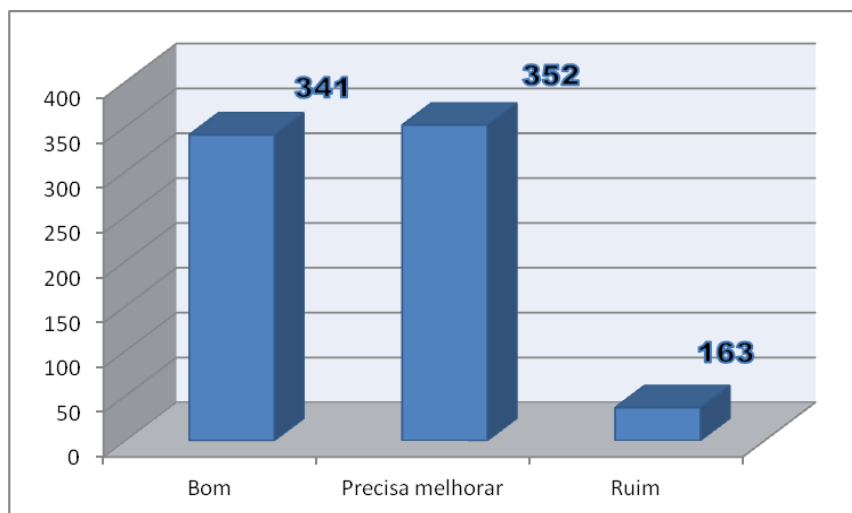
Como avalia lanche da escola



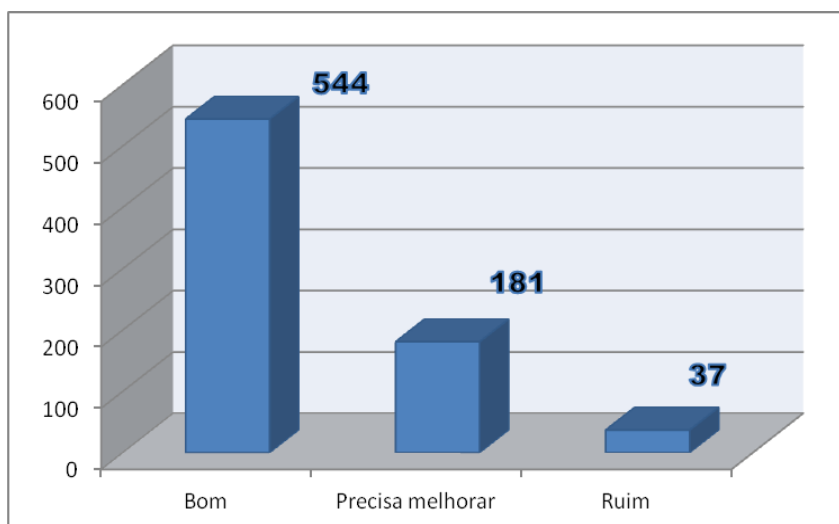
Como avalia a limpeza da escola



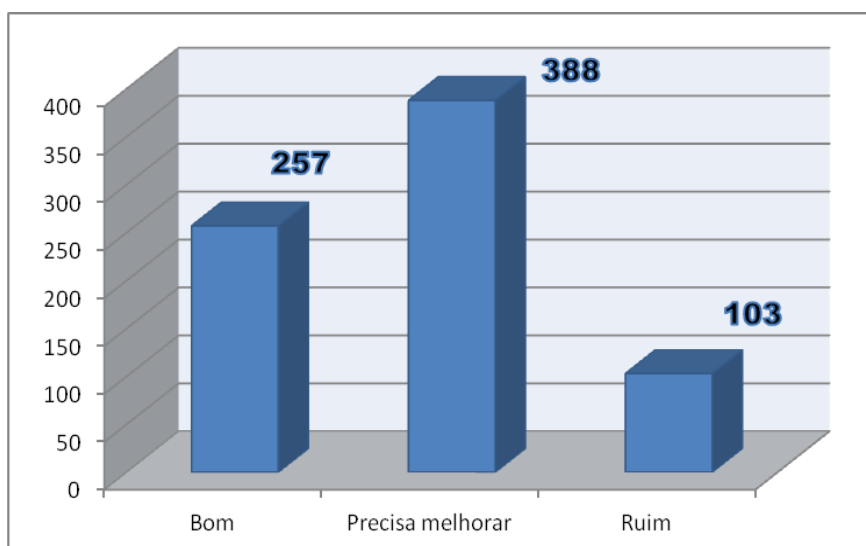
Como avalia o Intervalo



Como avalia as aulas



Como avalia os espaços de convivência da escola



3. Perfil da comunidade escolar (pais e responsáveis)

Constatamos que a comunidade no geral não procura a escola por conta própria, mas comparece às reuniões quando é convocada. Sabem da importância do Projeto Político Pedagógico da escola e do Conselho escolar, mas pouco participa das decisões administrativas e pedagógicas.

A maioria das famílias que compõem a nossa comunidade escolar é de baixa renda e responderam que têm renda familiar de um salário mínimo e mora de aluguel. Dentre os que se apresentaram como responsáveis a maioria é do sexo feminino, não tem curso superior completo e tem apenas um filho.

No que se refere à escola como um todo, pais e responsáveis, avaliam positivamente os seguintes aspectos: direção, ensino, limpeza, recreio e aulas. Em contrapartida entendem que é preciso melhorar o lanche e a estrutura física.

4. Informações da secretaria

A partir deles podemos identificar defasagem de idade, regiões de moradia, escolas de origem, sexo, faixa etária, nos permitindo tanto adotar critérios estratégicos na montagem de turmas que favoreçam a diversidade quanto facilitar diagnósticos, bem como enturmação dos alunos ANEE.

5. Equipe Gestora

A equipe gestora, constituída pela Diretora e Vice diretor, Supervisores pedagógico e administrativo e do Chefe de Secretaria compete cumprir o termo de compromisso assinado no ato da posse, que contemplará as competências da Gestão Democrática nos aspectos administrativo, pedagógico e financeiro além daquelas decorrentes do cargo.

A Equipe Gestora deve desempenhar ação participativa, motivadora, mobilizadora, capaz de superar tensões e conflitos e principalmente articular todos os segmentos, órgãos e setores da escola no sentido de cumprir o maior objetivo que é a qualidade do ensino/aprendizagem dos alunos. Desta forma, a Equipe Gestora é a responsável direta pelas áreas da gestão pedagógica, gestão de recursos humanos e gestão administrativa, cabendo a ela responder legal e judicialmente pela escola e pedagogicamente por seus resultados.

6. Conselho Escolar

O Conselho Escolar é um órgão consultivo, deliberativo, mobilizador e supervisor das atividades pedagógicas, administrativas e financeiras da escola, exercendo apoio à gestão da instituição escolar garantindo a participação efetiva da comunidade escolar na mesma. O CEF 14 conta atualmente em sua estrutura organizacional com o Conselho Escolar constituído através de eleição direta. Todos os segmentos possuem garantia de representatividade conforme legislação. Reunir-se-á nas dependências da própria escola bimestralmente em forma ordinária e extraordinária quando houver necessidade de convocação. O Conselho Escolar possui regimento próprio em acordo com a legislação vigente. Estamos sem Conselho Escolar desde o ano letivo de 2020.

7. Coordenação Pedagógica

A Coordenação Pedagógica é formada por professores escolhidos pelo corpo docente da escola, de acordo com portaria vigente. A Supervisão Pedagógica juntamente com a coordenação pedagógica, é responsável pela formação continuada e articulação com Coordenação Local, por planejar, orientar e acompanhar as atividades didático-pedagógicas constantes ou previstas nesta Proposta Pedagógica bem como outras que sejam julgadas necessárias pela avaliação dos resultados obtidos, junto ao corpo docente.

8. Caixa Escolar

Instituição escolar sem fins lucrativos responsável pelo planejamento, aplicação e prestação de contas dos recursos financeiros do FNDE e do PDAF segundo suas normas específicas e de outros recursos próprios, tais como rifas e doações voluntárias. Cabe também ao Caixa Escolar a doação dos bens adquiridos para que sejam tombados como patrimônio da escola.

9. Conselho de Classe

As reuniões do Conselho de Classe não podem se resumir a uma conferência de notas, deve ser espaço de reflexões que expressem o pensamento de todos os envolvidos no processo de ensino aprendizagem (indicador qualitativo).

Sua legalidade se expressa através do Regimento das Escolas Públicas do Distrito Federal que delimita suas ações e prerrogativas (Art. 20 a 22). No CEF 14 apresenta uma estrutura que oportuniza formas de participação de diferentes membros da comunidade escolar. As reuniões do Conselho ocorrem, de forma ordinária, bimestralmente, ou de forma extraordinária a qualquer tempo, para análise qualitativa e quantitativa do desenvolvimento dos alunos, dos aspectos disciplinares e de aspectos relacionados ao processo de ensino e de aprendizagem. O Conselho de Classe pode também ser convocado sempre que algum segmento perceba a necessidade e solicite a convocação não sendo, como consta do Regimento Escolar, necessário uma data ou um momento pré-determinado.

No CEF 14 realizamos em cada bimestre o pré-conselho, quando o professor conselheiro promove junto com o representante da turma a discussão sobre a turma junto com a própria turma e registrar em ata própria.

Nesta etapa a preocupação é colher a visão dos alunos sobre a turma, a escola e outros aspectos que o mesmo possa julgar relevantes.

No conselho participativo os professores, direção, toda a equipe pedagógica e toda comunidade escolar analisam a turma e o seu desenvolvimento durante o bimestre e outros aspectos da dinâmica escolar, inclusive considerando as opiniões dos alunos contidas nas atas do pré-conselho e dos responsáveis, se julgarmos necessário.

IV - FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA

Tendo como referência o Currículo em Movimento, a função primeira da escola é garantir o acesso de todos os jovens à educação de qualidade. “Para isso, o reconhecimento da prática

social e da diversidade do estudante da rede pública de ensino do Distrito Federal são condições fundamentais.” (Currículo em Movimento, Caderno 1, SEEDF, 2014a, p. 33).

Os desafios colocados à Escola Pública na atualidade são vários. De que maneira garantir aos nossos estudantes as aprendizagens necessárias para que possam inserir-se em seu meio social com dignidade? Para que possam refletir e modificar as situações de injustiça e desigualdade a que a maioria da população brasileira está submetida? Pois essa Escola hoje recebe um público diverso e com diferentes expectativas com relação a esta Instituição. A escola não deve somente “ensinar”, também deve “aprender” com quem está dentro (e às vezes, fora) dela, deve acolher e não “escolher”. Por esta razão não há que se falar em aprendizagem, são as aprendizagens -, que não acontecem de uma maneira única, homogênea, ao mesmo tempo, em um único espaço, como se fossemos um batalhão em uma fábrica a serviço do continuísmo. As aprendizagens acontecem nas interações sociais entre os “atores” desse processo. Propiciá-las é um trabalho árduo e uma construção coletiva, dando voz aos sujeitos que diariamente a praticam não somente no interior das salas de aula. É descobrir novos espaços e expandir a compreensão sobre o processo de aprender. Não é desprezar o conhecimento científico acumulado pela humanidade e, sim, apropriar-se dele de maneira reflexiva. Também não podemos negar o conhecimento empírico, do senso comum, do povo, dos povos ditos “iletrados”.

Por outro lado, a educação deixa de ser vista como um fato isolado, inato, passando a ser visto como um processo de interação entre o aluno e seus pares, com os professores e o mundo que o cerca. “O desenvolvimento dos estudantes é favorecido quando vivenciam situações que os colocam como protagonistas do processo ensino aprendizagem, tendo o professor como mediador do conhecimento historicamente acumulado, por meio de ações intencionais didaticamente organizadas para a formação de um sujeito histórico e social.” (Currículo em Movimento, Caderno 1, SEEDF, 2014a, p. 33).

Além disso, nessa Escola, ninguém adquire uma real autonomia sem conhecimento formalizado, pois negar às nossas crianças e jovens da escola pública a possibilidade de adquirirem esse conhecimento é negar a possibilidade de ascensão social e econômica, é contribuir para a manutenção das inúmeras desigualdades do Brasil, porém é necessário que esse saber faça sentido e nasça da prática cotidiana, pois essa prática, às vezes, precisa ser modificada. Por isso não fugir da assertiva de que uma educação total tem por obrigação abordar temas como os Direitos Humanos, a Diversidade, a Sustentabilidade. Abordando-os de maneira viva, conectada com a realidade de nossos estudantes e seus familiares.

O CEF 14 de Ceilândia buscará em sua prática pedagógica inovar no uso dos espaços e tempos das atividades escolares desenvolvidas de modo que o conhecimento e a prática social estejam em sintonia. Desafio constante de tornar todos os projetos e cotidiano escolar uma prática indissociável.

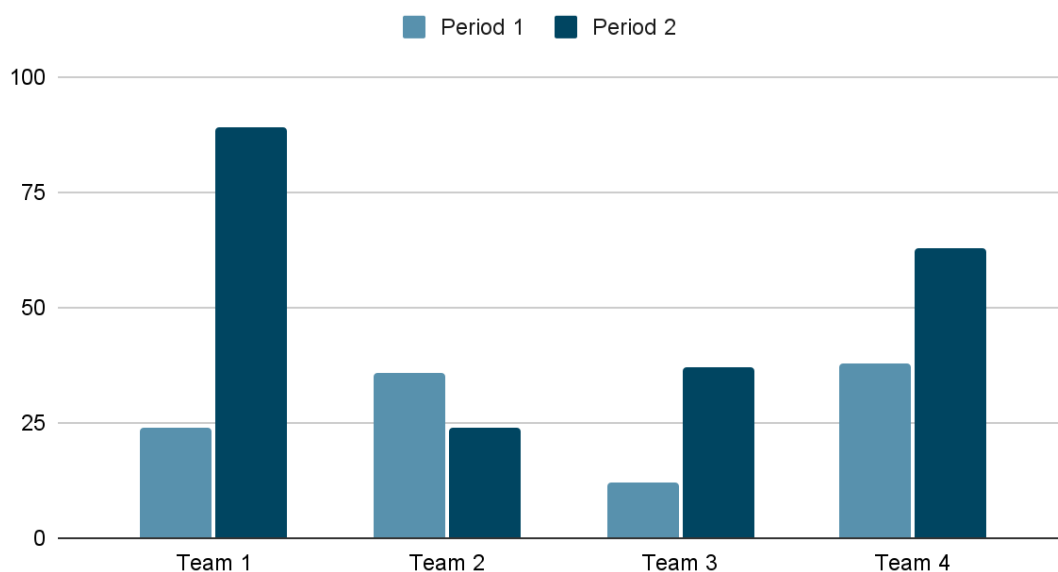
V - MISSÃO E OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO, DO ENSINO E DAS APRENDIZAGENS

A escola tem como função social garantir a todos as condições de viver plenamente a cidadania, facilitando o desenvolvimento integral de cidadãos conscientes, capazes de intervir na sociedade, de continuar seus estudos, de ingressar e permanecer no mercado de trabalho, cumprindo seus deveres e usufruindo seus direitos. Entende-se por desenvolvimento integral o desenvolvimento humano em suas habilidades intelectuais, cognitivas, afetivas, físicas, éticas e sociais. Para tal é preciso que a escola se conscientize de sua responsabilidade em proporcionar a todos os seus estudantes o sucesso escolar em um ambiente sustentável e democrático que conte com a participação dos gestores, dos professores, dos pais, dos estudantes, dos auxiliares, e de toda comunidade, visando uma aprendizagem de forma prazerosa e que exclua de suas práticas a cultura da repetência e do fracasso escolar.

O Centro de Ensino Fundamental 14 busca se firmar como uma escola pública de qualidade de ensino que visa servir com excelência por meio da educação. Acreditamos que a nossa missão é a formação de cidadãos criativos, críticos, responsáveis e que valorizem a democracia, a verdade, o respeito e a solidariedade, propiciando uma educação pública pautada pela qualidade social, referenciada nos sujeitos sociais e em suas singularidades, garantindo o acesso e a permanência e as aprendizagens dos estudantes na escola. Para tanto é imprescindível que as práticas pedagógicas e, conseqüentemente, sociais, se sustentem nos princípios da Gestão Democrática e as concepções de Educação, Currículo e Aprendizagem estejam coerentes com a formação de um ser humano em sua integralidade que tenha capacidade de agir para a diminuição das desigualdades sociais e econômicas do nosso país.

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS DE INDICADORES, ÍNDICES E DADOS

Points scored



VI - PRINCÍPIOS ORIENTADORES DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS / FUNDAMENTOS TEÓRICOS METODOLÓGICOS

As concepções teóricas e princípios orientadores das práticas pedagógicas do Centro de Ensino Fundamental 14 de Ceilândia fundamentam-se nos documentos oficiais da rede pública de ensino do Distrito Federal, a saber: Currículo em Movimento da Educação Básica (SEDF, 2014a), Diretrizes Pedagógicas para o 3º Ciclo (SEDF, 2014a), Diretrizes de Avaliação Educacional (SEDF, 2014a), Programa superAção (SEDF, 2014a), Plano Distrital de Educação (2015 – 2024), bem como nas teorias pedagógica Histórico- Crítica. “Do ponto de vista prático, trata-se de retomar vigorosamente a luta contra a seletividade, a discriminação e o rebaixamento do ensino das camadas populares. Lutar contra a marginalidade através da escola significa engajar-se no esforço para garantir aos trabalhadores um ensino da melhor qualidade possível nas condições históricas atuais. O papel de uma teoria crítica da educação é dar substância a essa bandeira de luta de modo a evitar que ela seja apropriada e articulada com os interesses dominantes.” (SAVIANI, 2008. P.25,26). Há também conceitos e princípios teóricos do multiculturalismo presentes na Teoria Pós-Crítica e nos conceitos de psiquismo e de aprendizagem da Psicologia Histórico-Cultural desenvolvida por Vigostlky, coerentes com a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática e não excludente.

VII - OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO, DO ENSINO E DA APRENDIZAGEM

Objetivo geral

O Centro de Ensino Fundamental 14 de Ceilândia busca se firmar como uma escola pública de qualidade de ensino por meio da educação. Proporcionar o aprendizado global, que desenvolva os quatro pilares da educação (aprender a ser, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a conhecer), por meio de uma educação de qualidade, da permanência do aluno na escola, de ações interventivas (coletivas e individuais), com vistas à garantia de aprendizagem por meio do letramento e da ludicidade.

Objetivo Específico

As estratégias de ação para o alcance desse objetivo são: Ofertar saberes, garantindo o conhecimento por meio das estratégias previstas pelo 3º Ciclo para as aprendizagens; Otimizar os resultados obtidos na última edição do SAEB; Intervir na frequência irregular e na infrequência; Reduzir a evasão escolar; Reduzir os índices de repetência escolar (abaixo de 20%); Promover momentos para trabalhar a baixa autoestima de alunos e professores; Resgatar valores de cidadania, atitudes de solidariedade, cooperação e respeito; Valorizar o aluno como foco do processo educacional; Conscientizar a comunidade da importância da família no processo de ensino-aprendizagem e buscar sua participação efetiva durante o desenvolvimento do ano letivo; Desenvolver projetos interdisciplinares e eventos educativos que favoreçam o aprendizado dos alunos e a formação cidadã; Desenvolver ações que ofereçam conhecimentos e adequações curriculares aos alunos que apresentam déficit de saberes prévios para acompanhar o ano em que está inserido (reagrupamento, reforço, projeto interventivo, recuperação contínua/paralela); Implantar o Laboratório Multidisciplinar para a realização de aulas práticas e a utilização do mesmo como espaço lúdico durante os intervalos; Promover a gestão financeira da escola de acordo com os princípios de autonomia e ética do administrador público; Conscientizar a comunidade quanto à preservação do ambiente no qual está inserida e do patrimônio do qual dispõe.

VIII - Fundamentos Teórico-Metodológicos Norteadores da Prática Educativa

Sendo a Educação uma prática social em sua essência, os atos de ensinar e aprender estão carregados de intencionalidade. Ensino e aprendizagem é um processo dialético e os principais

sujeitos envolvidos, seres humanos únicos e diversos por natureza, aprendem na inter-relação com seus pares. É na interação que se aprende/ensina num processo de trocas constantes. O professor precisa ter claro que necessita primeiramente conhecer os campos de interesse dos educandos e, de maneira planejada e intencional, intervir na realidade que se mostra, proporcionando momentos para formulação / reformulação de hipóteses, questionamentos do que se é dado, colocado. O início pode ser uma situação-problema existente ou não, uma questão relevante para a comunidade a qual está inserido o estudante, uma inquietação comum da faixa-etária (criança, adolescente, adulto). Esse problema, situação deve ser antes de tudo, estimulante, desafiador o suficiente para mobilizar o interesse do discente em para buscar respostas, mas que não se estacione aí. Além de despertar a curiosidade, o professor direciona, mostra opções de registro das hipóteses, confronta opiniões divergentes.

A Psicologia Histórico-Cultural, por meio dos conceitos desenvolvidos por VIGOSTSKY auxilia o professor a compreender como ocorre esse processo. É importante que os desafios não estejam nem aquém (muito fáceis) nem além (difíceis demais) da possibilidade de entendimentos dos educandos e é num ambiente colaborativo que a aprendizagem se desenvolve. É como um ciclo que em há um estágio inicial de aprendizagem, há a mediação do professor, que possibilita a sistematização desse saber, instrumentalizando os estudantes para chegarem à prática social final, que na verdade, não é o fim em si mesmo, pois o que foi aprendido serve de base para a construção de novos saberes e assim sucessivamente, pois o ser humano não deixa de aprender, de questionar. Porém, não há que se falar em mobilização se o que se aprende não tiver sentido para a vida prática.

"O processo de ensino-aprendizagem inclui sempre aquele que aprende, aquele que ensina e a relação entre essas pessoas". (Vygotsky)

A organização do trabalho pedagógico na escola deve ser pautada por situações facilitadoras da aprendizagem e não que dificultem ou excludentes. É preciso ter em mente que os sujeitos apresentam certa igualdade intelectual, não querendo negar a existência das pessoas com necessidades especiais, pois todos aprendem, porém, em tempos, ritmos e situações diversas. Daí a necessidade de se negar um processo de ensino-aprendizagem homogêneo, que se encerra em si mesmo, elitista que exclui o diferente, a diversidade. A organização escolar em Ciclos coaduna e é coerente com essa concepção de ensino-aprendizagem.

Importante destacar que não só o aspecto cognitivo é mais relevante nessa concepção teórica. Como somos sujeitos históricos, sociais, o caráter afetivo de nossas ações também se sobrepõe. Afetivo, o que nos afeta, portanto, as emoções, sentimentos impregnam nossas ações em todos os campos de nossas vidas. Na escola, não é diferente e todos os atores envolvidos no processo, quer seja o professor, os estudantes, os funcionários, pais, responsáveis acabam direta e indiretamente envolvidos nesse processo. Educar, aprender, ensinar nem sempre é um caminho

tão suave assim. Se não me engano, nas décadas de 70/80 havia no mercado editorial brasileiro uma cartilha alfabetizadora com esse título: “Caminho Suave”.

As contradições, os conflitos também se mostram bem presentes na escola e não devem ser escondidas, negadas. Devem ser debatidas, esclarecidas. É um caminho tortuoso sim, com obstáculos, mas gratificante e carregado de possibilidade de transformação, pois é essa a concepção de escola que defendemos.

1. Educação Integral

O conceito de Educação Integral do qual se ocupa o presente documento e os demais que referenciam a Rede Pública de Ensino do DF compreende o ser humano em sua integralidade. Isto quer dizer que são variadas e múltiplas suas dimensões e necessidades educativas. Acontece que práticas tradicionais tendem a supervalorizar a dimensão cognitiva, deixando em segundo plano as afetiva, ecológica, emocional, psicomotora, intuitiva, ética, histórica, estética, artística, social, cultural, espiritual que caracterizam o ser humano.

Importante deixar evidente que a Educação Integral não se restringe somente à ampliação do tempo no qual o (a) estudante está presente na escola, sendo esse um fator também importante. Não adianta expandir o tempo, se o Projeto Político Pedagógico da Unidade Educacional não visa atender as diversas dimensões da formação humana e são dadas preferências para atividades meramente recreativas, para “ocupar” o tempo a mais que o estudante passa na escola. Há que se ter um propósito educativo/formativo em todas as atividades propostas. A prática de educação integral ora proposta está pautada em três eixos estruturantes: ampliação de tempos, espaços e oportunidades.

A ampliação de tempos não visa retirar das famílias e do Estado as responsabilidades inerentes a estes, transferindo-as para a escola. Está a favor da construção de uma sociedade mais justa que ofereça às camadas populares o que ela busca na escola: possibilidade de ascensão econômica e social. Por esta razão, é importante cobrar dos governantes a aplicação eficiente dos recursos para melhoria da infraestrutura das escolas que estão a cada dia ampliando o tempo de permanência dos estudantes.

Ampliar os espaços visa o descobrimento ou redescobrimto, valorização de espaços que não sejam somente os intramuros da escola. É um chamamento da comunidade que auxilia a escola a descobrir que outros lugares possuem potencial educativo, como a praça vizinha à escola, a igreja, o galpão comunitário e a biblioteca pública. Quando a escola mostra-se próxima à comunidade, raros são os casos de depredação do patrimônio público.

Ampliar possibilidades está relacionado a propiciar e garantir as aprendizagens reais de nossos estudantes, garantindo a permanência e o sucesso escolar dos mesmos. Não é só retirá-los dos perigos das ruas, é oferecer oportunidades e possibilidades de uma formação humana em todas as dimensões anteriormente citadas.

Também há princípios que norteiam a Educação Integral. São eles: a integralidade, a Inter setorização, transversalidade, diálogo escola-comunidade, territorialidade e trabalho em rede.

A integralidade, como dito anteriormente, não é só o aumento da carga horária escolar. É dar importância e equilibrar a característica multidimensional do ser humano. As práticas educativas propostas devem associar as diversas áreas do conhecimento, tais como cultura, artes, esportes, lazer, informática, objetivando o desenvolvimento das potencialidades dos estudantes.

A Inter setorização diz respeito à articulação com as políticas públicas do governo para potencializar a oferta de atividades à comunidade atendida pela Educação Integral, com a integração de projetos sociais voltados para a cultura, o lazer e o esporte, pois iniciativas isoladas tendem a não ter continuidade.

A transversalidade traz para o planejamento escolar as vivências dos estudantes, as situações reais de vida articuladas numa concepção interdisciplinar de abordagem dos conhecimentos.

O diálogo escola e comunidade refere-se a escola como espaço comunitário, de pertencimento, que abre as portas para trocas culturais e afirmação da identidade cultural da comunidade: crenças, valores, tradições.

A territorialidade é romper com os muros escolares. Há construção de saberes fora dos muros escolares. O CEF 14 tem a experiência prática de desenvolver atividades pedagógicas em um galpão anexo à escola, onde são desenvolvidos projetos de interesse tanto dos alunos como da comunidade, como a horta escolar.

O trabalho em rede: trabalho em conjunto, envolvendo e divulgando as experiências de sucesso em toda rede escolar do Distrito Federal para que não se tenha apenas alguns trabalhos isolados de professores ou grupos de professores, por exemplo, poderia se fortalecer e integrar o trabalho das escolas parques e dos centros de línguas com as escolas regulares. Há muito que se trabalhar para tornar mais eficazes a comunicação e divulgação dos trabalhos da Rede pública do DF.

2. Educação Inclusiva

A legislação brasileira, a começar pela Constituição Federal, assegura a universalização da educação. Em seu artigo 205, garante o direito de todos à educação, visando ao “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. No artigo 206, inciso I, prevê a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”, e, finalmente, em seu artigo 208, inciso V, estabelece que o “dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de acesso a níveis mais elevados de ensino, de pesquisa e de criação artística, segundo a capacidade de cada um”.

Posteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9.394/96) preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos, currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender a suas necessidades; garante a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências e assegura a aceleração de estudos aos estudantes superdotados para conclusão do programa escolar. Ainda nesta década, diante das exigências sociais pautadas pela comunidade escolar e a sociedade em geral, a SEEDF inicia um processo de reorganização da Educação Especial, a fim de tornar o sistema de ensino mais inclusivo, no sentido de avaliar, desenvolver e instituir políticas educacionais e de acessibilidade que eliminem barreiras para a plena participação dos estudantes, considerando suas necessidades específicas de desenvolvimento e de aprendizagem, em atendimentos educacionais especializados, que complementam e ou suplementam a formação de estudantes especiais, com vistas à autonomia e à independência na escola e na vida.

Por outro lado, os artigos 26-A e 79-B da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), buscou corrigir distorções e injustiças, em relação aos negros e povos indígenas do Brasil. A alteração da LDB obriga o sistema de ensino a inserir em sua proposta curricular o ensino da História e da cultura afro-brasileira, africana e indígena. E essa obrigatoriedade, por conseguinte, incide na reestruturação curricular. No ensino que se propõe, deve-se considerar que os povos negros e indígenas são sujeitos de sua própria história e atores na constituição da sociedade brasileira.

3. Currículo Integrado

A organização curricular do CEF 14 está de acordo com os princípios norteadores da Secretaria de Educação, expressos no Currículo em Movimento do Distrito Federal, 2ª edição atualizada a partir da 1ª edição, publicada em 2014. Esse documento foi aprovado pelo Conselho de Educação do Distrito Federal nos termos da Portaria nº 389, de 4 de dezembro de 2018.

O currículo que se pressupõe integrado procura superar as concepções de prescrições de conteúdos dissociados da vida cotidiana, que não valoriza os saberes e fazeres realizados pelos sujeitos em suas histórias de vida, o que Bernstein denomina “currículo coleção”.

A realidade da escola moderna aponta, além da existência de currículo com conteúdos significativos, a necessidade de um currículo integrado que se apoie na transposição didática, interdisciplinaridade e contextualização e seja capaz de interligar Cidadania, Diversidade, Sustentabilidade e Tecnologias como eixos primordiais. O uso deste currículo tende a ser potencializado pela Pedagogia de Projetos, pois para desenvolver competências é preciso trabalhar por problemas e por projetos, propor tarefas que desafiem e motivem os alunos a mobilizar os conhecimentos que já possuem e a buscarem novos conhecimentos. É válido

ressaltar que o Currículo em Movimento não apresenta fórmula ou lista de conteúdos a serem ministrados de forma obrigatória. Ainda é de responsabilidade da escola definir sua proposta e matriz curricular englobando conteúdos, estratégias, tempos, espaços de aprendizagem, processos avaliativos.

Não se pode confundir a não prescrição de conteúdos de maneira hierarquizada e com fim em si mesmos com a ausência ou “aligeiramento” (SAVIANI, 2008) de conteúdos. “[...] que contra a tendência de aligeiramento do ensino destinado às camadas populares nós precisaríamos defender o aprimoramento exatamente do ensino destinado às camadas populares. Essa defesa implica na prioridade de conteúdo. Os conteúdos são fundamentais, e sem conteúdos relevantes, conteúdos significativos, a aprendizagem deixa de existir, ela se transforma num arremedo, ela se transforma numa farsa. Parece-me, pois, fundamental que se entenda isso e que, no interior da escola, não atuemos segundo essa máxima: a prioridade do conteúdo, que é a única forma de lutar contra a farsa do ensino. Por que esses conteúdos são prioritários? Justamente porque o domínio da cultura constitui instrumento indispensável para a participação política das massas. Se os membros das camadas populares não dominam os conteúdos culturais, eles não podem fazer valer seus interesses, porque ficam desarmados contra os dominadores, que se servem exatamente desses conteúdos culturais para legitimar e consolidar a sua dominação.” (SAVIANI, 2008).

Os conteúdos significativos, relevantes e científicos devem se organizar em torno de ideias ou eixos que promovam a integração, articulados com o Projeto Político Pedagógico da unidade escolar que tem autonomia para organizar sequencialmente, ideias e temas de maneira coerente com sua proposta pedagógica.

Os eixos são referências para os professores planejarem suas atividades docentes e não somente os conteúdos descontextualizados da realidade social dos educandos, facilitando a implantação da interdisciplinaridade no cotidiano escolar.

Os eixos transversais do Currículo em Movimento são: a Educação para a Diversidade, Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos e Educação para a Sustentabilidade. Como eixos integradores, temos: a ludicidade e os letramentos.

O Currículo Integrado leva os professores a trabalharem a partir de objetivos de aprendizagem, conteúdos culturais e científicos, habilidades, procedimentos e valores, num processo constante de reflexão da prática pedagógica. Isso porque, em algumas ocasiões, faz-se necessário o trabalho com habilidades e procedimentos específicos para que os estudantes possam apropriar-se de determinados saberes relevantes e específicos. “A intenção é de que o Currículo se converta em possibilidade de emancipação pelo conhecimento, seja ideologicamente situado e considere as relações de poder existentes nos múltiplos espaços sociais e educacionais, especialmente nos espaços em que há interesses de classe.” (CURRÍCULO EM MOVIMENTO – PRESSUPOSTOS TEÓRICOS, SEDF, 2014, p.22).

O currículo integrado somente se efetivará na prática se pautar-se pelos seguintes princípios norteadores: unicidade teoria-prática, interdisciplinaridade, contextualização e flexibilização.

4. Códigos da modernidade

Em resposta ao desafio de repensar a educação do século XXI, partindo de sua visão sobre as realidades social, cultural e econômica, Toro elaborou uma lista onde identifica as sete competências que considera necessário desenvolver nas crianças e jovens para que eles tenham uma participação mais produtiva no século XXI.

Bernardo Toro, Colombiano, pensador com uma atuação marcante no cenário educacional, proporciona oportunidades para desencadear reflexões sobre o cenário internacional como também, evidencia questões muito próximas das necessidades vivenciadas no CEF 14, ao afirmar que:

(...) escola tem a obrigação de formar jovens capazes de criar, em cooperação com os demais, uma ordem social na qual todos possam viver com dignidade. (...) Para que seja eficiente e ganhe sentido, a educação deve servir a um projeto da sociedade como um todo. (...) a prioridade deve ser o convívio na democracia, cuja base é a tolerância.”

São os Códigos da Modernidade:

- 1) Domínio da leitura e da escrita;
- 2) Capacidade de fazer cálculos e resolver problemas;
- 3) Capacidade de analisar, sintetizar e interpretar dados, fatos e situações;
- 4) Capacidade de compreender e atuar em seu entorno social;
- 5) Receber criticamente os meios de comunicação;
- 6) Capacidade de localizar, acessar e usar melhor a informação acumulada;
- 7) Capacidade de planejar, trabalhar e decidir em grupo.

5. Novas Competências para ensinar

Um estudo realizado por Philippe Perrenoud (2000) apresenta o agrupamento das diversas competências que o professor deve desenvolver para atender as exigências da educação contemporânea. A reflexão sobre estas práticas constituem passos importantes para a concretização de um ensino de qualidade, alicerçado no aprimoramento das práticas pedagógicas, desenvolvimento curricular, organização do cotidiano escolar e processo de gestão.

Relacionam-se a dez domínios de competências reconhecidas como prioritárias na formação contínua do corpo docente.

Destacam-se no presente estudo dois aspectos que devem merecer a atenção dos educadores, coordenadores e direção: O primeiro relaciona-se a importância dada pelo autor à formação continuada na aquisição das “novas competências” e, em segundo, a reflexão constante sobre o conjunto de competências. Justifica-se a inserção do estudo neste Projeto Político Pedagógico pela significância do mesmo como ponto de reflexão, avaliação e referencial para o corpo docente do CEF 14:

1. Organizar e dirigir situações de aprendizagem
2. Administrar a progressão das aprendizagens.
3. Conceber e fazer evoluir os dispositivos de diferenciação.
4. Envolver os alunos em sua aprendizagem e em seu trabalho.
5. Trabalhar em equipe.
6. Participar da administração da escola.
7. Informar e envolver os pais
8. Utilizar novas tecnologias
9. Enfrentar os deveres e dilemas éticos da profissão
10. Administrar sua própria formação continuada

6. Princípio da unicidade entre teoria e prática

A prática pedagógica que se propõe engajada com a superação das desigualdades econômicas e sociais não dissocia teoria e prática, isso porque separadas, apesar de existirem, mostram-se frágeis em seu objetivo. Na verdade, não existe prática desinteressada em Educação. O professor pode desconhecer a teoria que enseja sua prática, mas nunca será neutra e desinteressada.

O conceito de práxis que permeia o Currículo Integrado privilegia ações de reflexão constantes tanto por parte dos (as) estudantes como do professor, respondendo e registrando cotidianamente às questões basilares e norteadoras de seu trabalho: “Para que ensinar?” “O que ensinar?” “Como ensinar?” “O que e como avaliar?”

Os elementos que compõem o currículo devem articular as áreas de conhecimento para que os estudantes se aproximem dos objetos de estudo, possam ver sentido no que aprendem e ressignifique seu contexto social.

7. Princípio da interdisciplinaridade e da contextualização

A interdisciplinaridade é a abordagem de uma ideia, um tema ou um conceito em diferentes disciplinas/componentes curriculares, tornando mais compreensíveis as partes que interligam as

diferentes áreas do conhecimento. A contextualização faz com que o que se ensina/aprende tenha significado, sentido, tanto para os professores como para os (as) estudantes.

Interdisciplinaridade e contextualização são fatores facilitadores da aprendizagem. Parte-se sempre do Currículo para gerar as ideias, temas e conceitos trabalhados interdisciplinarmente.

O trabalho colaborativo/coletivo entre os professores é favorecido quando se lança mão da interdisciplinaridade segundo Santomé (1998). É um trabalho que somente acontece quando há predisposição para o diálogo e rompimento com práticas pedagógicas isoladas. O Distrito Federal tem a seu favor o espaço-tempo da coordenação pedagógica, que deve ser valorizado e aproveitado para a formação continuada, o planejamento, o debate sobre a organização curricular e sobre o trabalho pedagógico nas escolas, contemplando o princípio da interdisciplinaridade.

8. Princípio da flexibilização

Segundo o princípio da flexibilização, a organização do trabalho pedagógico no CEF 14 de Ceilândia procura seguir o que é definido na base comum do Currículo em Movimento, porém, com possibilidade de atender a demandas locais quanto aos interesses dos estudantes e comunidade escolar.

9. Avaliação formativa

Os processos de Avaliação Educacional acontecem em três níveis:

- **Aprendizagem** – avaliação do desempenho dos alunos
- **Institucional** – avaliação do trabalho pedagógico
- **Larga Escala** – avaliação externa: exames e testes. Ex.: Prova Brasil e SAEB.

Estes níveis devem estar articulados ao planejamento e organização do trabalho pedagógico da escola.

Compreende-se que a avaliação em sua função formativa é a que deve ser adotada pelas Unidades Escolares vinculadas à SEDF. Ela deve perpassar todos os níveis da avaliação, bem como a função diagnóstica.

A avaliação vista por este prisma é realizada para incluir, por esta razão, práticas meramente quantitativas, classificatórias, excludentes e desvinculadas das aprendizagens devem ser rechaçadas em busca da avaliação para as aprendizagens. Esta contribui para a conquista e potencialização dessas aprendizagens, bem como permite ao professor realizar constantes reflexões sobre suas práticas.

Os instrumentos podem ser os mais variados (observações, registros escritos, provas, portfólios, trabalhos em grupo, seminários), porém a intenção do avaliador deve ser a do compromisso com as aprendizagens dos estudantes, compreendendo que este é um processo

contínuo e que deva estar em consonância com a proposta de progressão que o CEF 14 segue ao adotar a Organização Pedagógica do 3º Ciclo.

É importante que os estudantes compreendam todo o processo em todas as etapas de planejamento, criando-se espaços de fala e atuação, incentivando ações para que o protagonismo de nossos jovens possam se manifestar.

IX - ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO DA ESCOLAR

Assim como toda a Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, o CEF 14 já está inserido no sistema de Ciclos de aprendizagem no Ensino Fundamental. A escola oferece o Ensino Fundamental anos finais, sendo 6ºs e 7ºs ano no turno vespertino (13:15 às 18:15) e 8ºs e 9ºs anos no turno matutino (07:15 às 12:15). Atualmente a escola funciona com dois blocos que contam com salas ambientes: Língua Portuguesa, Matemática, Inglês, Ciências, Educação Física, História, Geografia, Artes e PD, contemplando as seguintes turmas:

- 7 (sete) turmas de 6º ano no sistema de Ciclos;
- 7 (sete) turmas de 7º ano no sistema de Ciclos;
- 8 (oito) turmas de 8º ano no sistema de Ciclos;
- 6 (seis) turmas de 9º ano no sistema de Ciclos.

O trabalho pedagógico é realizado observando o Currículo Escolar adotado pela Secretaria de Educação, abordando temas transversais como: Educação para a Diversidade, Cidadania e Educação para os Direitos Humanos, Educação para a Sustentabilidade e os projetos da Instituição de Ensino.

Em termos práticos, a existência desses projetos interdisciplinares na matriz curricular sempre dependerá das condições apresentadas a cada ano. O número de turmas por série e a modulação aprovada para o ano são os fatores que realmente influenciam e definem o projeto a ser realizado nessas aulas, ao contrário do previsto no art. 14 da resolução no 01/2003 do CEDF que afirma

(...) a Parte Diversificada do currículo, de escolha da instituição educacional, deverá estar em consonância com a sua Proposta Pedagógica, integrada e contextualizada nas áreas de conhecimento, contemplando um ou mais componentes curriculares, por meio de disciplinas, atividades ou projetos interdisciplinares, coerentes com o interesse da comunidade escolar.

Durante a semana são realizados três encontros com os professores (uma coordenação coletiva às quartas-feiras, uma coordenação individual por área com acompanhamento da supervisão e coordenação pedagógica e uma coordenação coletiva por área com atendimento aos alunos nos grupos de estudo em turno contrário). Nas Coordenações Individuais, além de atenderem pais, os professores desenvolvem projetos interventivos como forma de corrigir as defasagens diagnosticadas.

São desenvolvidos projetos em todas as disciplinas. Também realizam os planejamentos individuais, estratégias de avaliação e atividades que serão desenvolvidas com as turmas. As Coordenações coletivas são usadas para formação continuada dos professores e para discutir temas variados de interesse do grupo de professores e da comunidade escolar. As coordenações também são utilizadas para a realização dos Conselhos de Classe Participativos e planejamento dos Projetos Específicos a serem desenvolvidos bimestralmente e também estudo dos documentos que norteiam a educação pública no Distrito Federal.

Assim, o planejamento e acompanhamento pedagógico, objetivo das coordenações pedagógicas, requer uma preocupação em se fortalecer o tempo conquistado para que elas ocorram, de modo que seja significativa e não uma formalização de cumprimento de carga horária. Há também de existir sempre a intenção de proporcionar espaços dentro da escola para que haja ambiente propício ao planejamento individual e coletivo.

2. Direitos Humanos, educação Inclusiva e diversidade

Tendo como referência a legislação federal e as diretrizes da Secretaria de Educação do Distrito Federal, no que se refere a Direitos Humanos, Educação Inclusiva e Diversidade, o Centro de Ensino Fundamental 14, de Ceilândia, organiza-se a fim de assegurar que os direitos de todos os estudantes sejam garantidos. Para tanto, oferece Serviço de Orientação Especializado, Sala de Recursos Generalista e Projetos Interdisciplinares, como o da “Consciência Negra”, realizado no final do ano.

O CEF 14 procurará garantir não apenas o ingresso e permanência de seus alunos, mas também que o ensino ofertado venha a ser de qualidade, atingindo seu propósito de formação de cidadãos críticos capazes de exercer seus direitos. Esta garantia se estenderá a todos, independente de qualquer condição social, econômica, credo, etnia, ou orientação qualquer que seja. Valorizando inclusive a diversidade como forma de construção mais ampla de conhecimento numa perspectiva de interação social. Descrever, em linhas gerais, a organização das aprendizagens no sentido de garantir o acesso ao currículo e a operacionalização da progressão curricular generalista/específica. Cada estudante, independentemente de sua etnia, gênero, idade, deficiência, condição social ou qualquer outra situação, tem direito ao acesso, permanência na unidade escolar e uma aprendizagem significativa.

3. Relação escola e comunidade

Entendendo a importância da participação da família na formação do estudante e da comunidade como um todo se envolvendo e respaldando a prática pedagógica exercida na escola, buscar-se-á oportunizar e incentivar momentos em que esta interação possa ocorrer de forma sistemática até que seja natural.

A participação da comunidade normalmente acontece a convite da Direção ou do Conselho Escolar, para:

- Prestação de contas sobre a aplicação dos recursos recebidos do Governo Federal ou Governo Local;

- Participação nas reuniões de pais, que ocorrem ao final de cada bimestre, ou em convocações. Nestas ocasiões é comum ouvirmos relatos de pais que têm pressa em serem atendidos, muitas vezes não dando atenção à equipe pedagógica:

- Eventos como mostra cultural e festa das nações;

- Acompanhamento e colaboração no processo de aprendizagem dos estudantes.

Uma alternativa para melhorar a participação dos responsáveis na escola podem ser os Conselhos de Classe participativos, que serão implantados a partir da elaboração deste Projeto Político Pedagógico. O objetivo é que as famílias compareçam à escola não apenas para tomar ciência das ocorrências disciplinares dos seus filhos, mas também para participarem efetivamente, sugerindo e opinando nas decisões acerca dos procedimentos avaliativos da escola.

4. Atuação Articulada dos Serviços de Apoio

A) AEE - ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO É REALIZADO NA SALA DE RECURSOS GENERALISTA POR DOIS PROFISSIONAIS, UMA COM HABILITAÇÃO EM LETRA/INGLÊS E OUTRA EM MATEMÁTICA, DEVIDAMENTE QUALIFICADAS PARA ESSE FIM. A SALA DE RECURSOS GENERALISTA É UM AMBIENTE DE INVESTIGAÇÃO E COMPREENSÃO DOS PROCESSOS COGNITIVOS, SOCIAIS E EMOCIONAIS, VISANDO A SUPERAÇÃO DAS DIFICULDADES DE APRENDIZAGENS E DESENVOLVIMENTO DE DIFERENTES POSSIBILIDADES DOS SUJEITOS. NESSE AMBIENTE SE OFERECE A COMPLEMENTAÇÃO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL REALIZADO EM CLASSE COMUM, POR PROFESSORES ESPECIALIZADOS.

O público alvo da Sala de Recursos Generalista abrange estudantes Portadores de Deficiência Física, Deficiência Intelectual e Transtorno Global do Desenvolvimento, devidamente respaldados por laudos e/ou relatórios médicos.

São atendidos em turno contrário à regência de classe, em dois ou três dias da semana, durante aproximadamente uma hora.

O acompanhamento é feito individualmente ou em pequenos grupos, respeitando as especificidades de cada aluno. Nela são atendidos alunos de diversas faixas etárias matriculados em diferentes níveis ou tipo de ensino, sempre que necessitarem de atendimento especializado. Este atendimento não pode ser confundido com reforço escolar ou mera repetição dos conteúdos programáticos desenvolvidos na sala de aula, mas devem constituir um conjunto de procedimentos específicos, mediadores do processo de apropriação e produção de conhecimentos. Busca o envolvimento das famílias na educação e inclusão escolar dos estudantes com necessidades educacionais especiais (ENEE's).

Os professores que se dedicam a este trabalho buscam garantir que sejam reconhecidas e atendidas as particularidades de cada estudante com necessidades educacionais especiais. É um espaço organizado com materiais didáticos, pedagógicos, equipamentos e profissionais com formação para o atendimento.

Desta forma, promovem as condições de inclusão dos estudantes em todas as atividades da escola; participam do processo de identificação e avaliação pedagógica das necessidades especiais e tomada de decisões quanto ao apoio especializado necessário para o estudante; atuam como docente nas atividades de complementação ou suplementação curricular específica que constituem o atendimento educacional especializado; informam a comunidade escolar acerca da legislação e normas educacionais vigentes que asseguram a inclusão educacional; participam de forma colaborativa com o professor da classe comum para a definição de estratégias pedagógicas que favoreçam o acesso do estudante com necessidades educacionais especiais ao currículo e sua interação no grupo; indicam e orientam o uso de equipamentos e materiais específicos e de outros recursos existentes na família e na comunidade; orientam as famílias quanto ao seu envolvimento e participação no processo educacional; responsabilizam-se pela garantia da realização das adequações curriculares necessárias ao processo educacional dos ENEE's (estudantes com necessidades educacionais especiais) e articulam com gestores e professores para que o Projeto Político Pedagógico da escola se organize coletivamente numa perspectiva de educação inclusiva.

B) OE - ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

O CEF 14 conta com dois profissionais atuando na OE. É desenvolvido um serviço de orientação e suporte educacional que visa contribuir, no contexto escolar, para o fortalecimento do potencial do indivíduo e da sua capacidade de superar obstáculos sociais, emocionais e de aprendizagem. É parte integrante dos atores institucionais compondo a equipe pedagógica das escolas em suas diferentes modalidades de ensino. Pois, permanentemente, no processo ensino e aprendizagem em sua articulação e mediação entre a cultura escolar, a realidade social e o contexto socioeconômico em que a comunidade está inserida. Na perspectiva de prevenção primária dos problemas de aprendizagem, dificuldade relacional e sócia adaptativa a OE atua em

todo cotidiano escolar, nas Coordenações Coletivas, Conselho de Classe, e em Parceria com a Rede Social de Atendimento, como Programa de Saúde na Escola, uma parceria com o Posto de Saúde nº 09 da Secretaria de Saúde do DF e em Programas Institucionais de Interesse a sua clientela e entre outros.

As metodologias utilizadas são: Observações dirigidas na sala de aula e nos corredores (entrada, saída e intervalo); Entrevistas dirigidas e espontâneas a alunos, professores e familiares; Oficinas e projetos; Pesquisas de perfil socioeconômico, cultural do aluno e família; Pesquisas no Livro de Ocorrências da Escola; Pesquisas no dossiê do aluno (Secretaria da Escola).

C) EEAA – EQUIPE ESPECIALIZADO DE APOIO À APRENDIZAGEM

O CEF 14 recebe atendimento do Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem desde o ano de 2015. Desde então houve várias mudanças quanto à atuação do serviço nesta instituição escolar. Atualmente a escola não dispõe de pedagogo, pois a pedagoga aposentou no início do ano letivo de 2020.

A Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem (EEAA) – Anos Finais do Ensino Fundamental- tem como objetivo promover a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, atuando de forma institucional, bem como de forma avaliativa e preventiva, junto às instituições atendidas por esta equipe. Este serviço visa ainda contribuir para o aprimoramento da atuação dos profissionais das instituições educacionais, bem como colaborar para a promoção da melhoria do desempenho de todos os estudantes, com ou sem necessidades educacionais especiais. Busca contemplar todos aqueles que fazem parte desta UE, de forma direta e indireta, ressaltando que o foco deve ser de uma cultura de sucesso escolar.

A atuação das Equipes Especializadas de Apoio à Aprendizagem pauta-se em três dimensões concomitantes e contextualizadas:

I - mapeamento institucional das instituições educacionais;

II - assessoria ao trabalho coletivo da equipe escolar;

III- acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem dos alunos, por meio da ressignificação das práticas educacionais e de intervenções específicas nas situações de queixas escolares.

São atribuições da Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem:

I - refletir e analisar o contexto de intervenção da sua prática, por meio da análise das características gerais da instituição educacional;

II - contribuir, em parceria com os demais profissionais da instituição educacional, para a promoção da análise crítica acerca da identidade profissional dos atores da instituição educacional, principalmente do corpo docente, de modo à ressignificar suas atuações;

III - favorecer o desempenho escolar dos estudantes, com vistas à concretização de uma cultura de sucesso escolar, por meio de situações didáticas de apoio à aprendizagem e de alternativas teórico-metodológicas de ensino para a construção de habilidades e competências dos estudantes;

IV - atuar junto à família e à comunidade escolar de forma preventiva e interventiva, tornando-as corresponsáveis no desenvolvimento e na aprendizagem dos estudantes.

5. Atuação dos/as educadores/as sociais voluntários/as, educadores/as comunitários/as, monitores/as, entre outros.

Atualmente contamos com três educadoras sociais voluntárias uma o dia todo, uma no matutino e com uma educadora social voluntária no vespertino. Elas acompanham os estudantes ENEE”s que necessitam desse apoio.

- Metodologias de Ensino Adotadas

As metodologias de ensino adotadas no CEF 14 de Ceilândia seguem as diretrizes do 3º Ciclo para as aprendizagens. Após a análise dos resultados internos e externos, no espaço de coordenação, a equipe docente é orientada à revisão curricular, após aos planos, de tendência interdisciplinar. Como orientado, o plano de ensino-aprendizagem deve conter letramento e ludicidade, preferencialmente por meio de uma sequência didática que promova a aprendizagem significativa. A avaliação é formativa, de maneira que o estudante participe de todo o processo e seja avaliado em diferentes possibilidades no dia a dia da escola. A recuperação é contínua.

- Plano de Ação da Coordenação Pedagógica

AÇÕES	Objetivos	Estratégia	Cronograma	Responsáveis
Atendimento disciplinar	Mediação de conflitos	Escuta, Regimento, orientação	Anual	Judite, Rogério
Organização da Dinâmica diária da escola	Manutenção da rotina escolar	Planos de logística	Anual	Judite, Rogério
Reprodução de materiais	Garantia de material para a ação docente	Trabalho de mecanografia	Anual	Judite, Rogério, Eva, Fernando e Feliciano.
Acompanhamento das ações pedagógicas.	Realização dos planos pedagógicos.	Suporte à Supervisão pedagógica/ Direção	Anual	Judite, Rogério e Carla Lorena.

- Estratégias de Valorização e Formação Continuada dos Profissionais de Educação

Em 2021, após a avaliação diagnóstica, a maior fragilidade encontrada foi a do letramento, especialmente em Língua portuguesa, Matemática, Geografia e História. Infelizmente ainda é visível a questão do analfabetismo funcional. Para intervir, foram realizadas formações nos espaços de coordenação, entre elas a do letramento em língua materna e em Geografia e História. Em 2022, esse problema foi mantido, adicionando o da alfabetização, ou seja, boa parte dos estudantes, em especial do Bloco I, estão ainda em processo de alfabetização. O processo de formação dos professores se dá, geralmente, por causa de interesses pessoais ou por causa de provocações após os debates relativos aos índices internos. Assim sendo, além dos períodos de formação ofertados pela própria UE, o docente pode participar de cursos de formação oferecidos por empresas privadas e públicas. A mais referendada é a Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação (EAPE).

- Plano de Permanência e Êxito Escolar dos Estudantes

Em 2022, o CEF 14 de Ceilândia concluiu o ano letivo com estudantes reprovados. No que diz respeito ao abandono, foi registrado o total de 81 estudantes, apesar da busca ativa coordenada pelo Serviço de Orientação Educacional.

1- Plano para Recomposição das Aprendizagens

Com a pandemia, houve dificuldades para a aquisição dos conhecimentos; logo, tornou-se necessário rever os objetivos de aprendizagem previstos no currículo para os Anos Finais do Ensino Fundamental. A finalidade é, a partir de então, evidenciar aprendizagens essenciais. Destarte, seguindo o norte sugerido pela SEEDF, o CEF 14 observará o instrumento Organização Curricular: Ensino Fundamental, 3º Ciclo – Anos Finais (2022), tendo em vista a proposta de um percurso pautado em objetivos considerados indispensáveis para o desenvolver dos componentes curriculares. Assim sendo, a partir do 1º bimestre de 2022, o plano de recomposição das aprendizagens considerou a recuperação das aprendizagens, a avaliação formativa, a avaliação diagnóstica, a flexibilização curricular e a priorização dos objetivos de aprendizagem essenciais.

Ações	Objetivos	Estratégia	Cronograma	Responsáveis
AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA	Determinar fragilidades e potencialidades	Teste, prova	1º Semestre e 2º Semestre	Equipe Diretiva, Coordenação pedagógica, Equipe
FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR	Reformular o currículo em rede	Debate	2º Semestre	Equipe Diretiva, Coordenação

				pedagógica, Equipe docente.
PRIORIZAÇÃO DOS OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM ESSENCIAIS	Observar as aprendizagens essenciais	Debate	1º Semestre e 2º Semestre	Equipe Diretiva, Coordenação pedagógica, Equipe docente
RECUPERAÇÃO DA APRENDIZAGEM	Garantir aprendizagens essenciais e significativas	Atividades pedagógicas diversas	1º Semestre e 2º Semestre	Diretiva, Coordenação pedagógica, Equipe docente, Estudantes
AValiação FORMATIVA	Medir o índice de aprendizagem	Instrumentos de avaliação diversos	1º Semestre e 2º Semestre	Equipe Diretiva, Coordenação pedagógica, Equipe docente, Estudantes
acompanhamento FAMILIAR	Provocar a participação da família e da escola	Reunião de pais e mestres	1º Semestre e 2º Semestre	Equipe Diretiva, Coordenação pedagógica, Equipe docente, Família

Uniforme, Regimento interno e Regimento Disciplinar

O uso do uniforme é obrigatório por motivo de funcionalidade, economia e segurança.

O uniforme será composto por:

Camiseta oficial da escola

Calça ou bermuda nas cores predominantes, preferencialmente azul ou preta

Tênis

Obs.: É proibida a customização do uniforme.

É PROIBIDO:

- Usar blusas, shorts ou saias curtas.
- Pichar a escola (parede, porta, carteira, muro, etc.)
- O uso de qualquer tipo de objeto que não faça parte do material didático, tais como jogos eletrônicos, fones de ouvido, tocadores de MP3 ou qualquer aparelho eletrônico. A escola não se responsabiliza pelos mesmos.
- Circular nas dependências da escola de bicicleta, skate, patins e outros.
- Fumar nas dependências da escola.
- Brigar dentro ou nas proximidades da escola.
- Sair da sala de aula na troca dos professores.
- Atrasar no retorno dos intervalos.
- Usar fone de ouvido.
- Realizar atividade de outra disciplina durante a aula.
- Portar ou ingerir bebida alcoólica ou outras substâncias tóxicas nas dependências da escola.

- Portar pincel atômico, tesoura de ponta, estilete e demais materiais pontiagudos ou cortantes.
- Captar "sons ou imagens" de atividades letivas sem autorização prévia dos professores, da direção da escola ou mesmo dos colegas ou não docentes , inclusive difundi-la mesmo que involuntariamente.

DEVERES DO ALUNO

O aluno deverá portar-se com o devido respeito e cordialidade em relação aos colegas, professores, servidores e demais funcionários.

- a) A escola não se responsabiliza pela perda de objetos pessoais do aluno, que deverá zelar pela sua guarda.
- b) O aluno somente poderá sair da sala de aula com a devida autorização.
- c) Trazer os materiais/livros didáticos pertinentes ao desenvolvimento das atividades pedagógicas.
- d) Comparecer pontualmente e assiduamente às atividades escolares.
- e) Apresentar atestados ou justificativas em até 48 horas após a emissão, pelos pais ou responsável.
- f) Cumprir tarefas de sala, de casa e demais trabalhos individuais ou em grupo.
- g) Zelar pela higiene e limpeza permanente da sala de aula, banheiro, corredor e demais dependências da escola.
- h) Conservar os livros didáticos e devolvê-los ao final do ano letivo.

DEVERES DO PROFESSOR

- a) Respeitar a individualidade dos alunos.
- b) Planejar suas ações de sala de aula preocupando-se em organizar os recursos com antecedência.
- c) Marcar avaliações (individuais ou em grupo) com no mínimo 3 (três) dias de antecedência.
- d) Quando retirar o aluno de sala de aula, deverá encaminhar à Direção e se caso o aluno não for retornar à sala, este professor encaminhará atividade relevante que será corrigida e/ou conferida posteriormente.

DIREITOS DOS ALUNOS

- a) Conhecer as normas e regimento da escola.
- b) Ter respeitada a sua dignidade como pessoa humana, independentemente de sua convicção religiosa, grupo social, etnia e nacionalidade.
- c) Conhecer o resultado de seu desempenho escolar.

- d) Ter asseguradas as condições de aprendizagem, devendo ser-lhe proporcionado ampla assistência por parte do professor e acesso aos recursos didáticos que a escola possui.
- e) Justificar as faltas através de atestados médicos, desde que seja entregue aos professores para visto no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a falta.
- f) Utilizar do serviço da biblioteca e outros meios auxiliares, de acordo com as normas de funcionamento da mesma.
- g) Conhecer os critérios de avaliação do rendimento escolar adotado pelos professores e direção deste estabelecimento.
- h) Cada aluno terá direito a receber um livro, por disciplina.

PATRIMÔNIO

O aluno é responsável pelo zelo de todos os bens públicos da escola. Caso ele venha a danificar ou pichar qualquer item do patrimônio, seu responsável terá que, obrigatoriamente arcar com as despesas de reposição do bem avariado.

ADVERTÊNCIAS

Os alunos conforme a gravidade ou reincidência do não cumprimento das normas dentro da escola, estão sujeitos às seguintes penalidades:

- a) Advertências orais;
- b) 03 (três) advertências escritas;
- c) Aplicação de atividades com fins educativos;
- d) Suspensão assistida e orientada até três dias consecutivos;
- e) Transferência.

Essas sanções serão aplicadas:

- a) Pela Direção, Coordenação, Orientação e professores no caso de advertência oral;
- b) Pela Direção, no caso de advertência escrita e suspensão.

O aluno que sofrer qualquer tipo de suspensão só poderá frequentar normalmente as aulas após o comparecimento dos pais ou responsáveis à Direção para tomarem conhecimento do ocorrido.

X- AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO E DA APRENDIZAGEM: CONCEPÇÕES E PRÁTICAS

1. Prática avaliativa: procedimentos, instrumentos e critérios de aprovação

Conforme as diretrizes de avaliação educacional da SEEDF (2014) e o Regimento das escolas públicas do DF, o CEF 14 vem procurando aprimorar as práticas e estratégias de avaliação para as aprendizagens escolares dentro da concepção de avaliação formativa. Neste sentido, faz-se necessário uma reflexão mais profunda sobre a prática avaliativa do CEF 14, visando o aperfeiçoamento ou introdução de práticas que façam parte do processo de ensino e de aprendizagem bem como redefinir aquelas que consciente ou inconscientemente restringem-se apenas a necessidade do aluno ter nota, ser classificado.

- Avaliação para as Aprendizagens

O subtítulo Avaliação contempla o disposto nas Diretrizes de Avaliação Educacional: aprendizagem, institucional e em larga escala (2014 – 2016). Nesse sentido, o ato de avaliar no CEF 14 de Ceilândia é guiado pela Avaliação Formativa, Avaliação Formal e Informal e a Avaliação do Trabalho da Escola por Ela Mesma. A avaliação para as aprendizagens orienta o desenvolvimento do processo avaliativo em todas as escolas da rede pública do Distrito Federal, as concepções e as práticas da avaliação formativa pretendem acolher, apreciar e avaliar o que se ensina e o que se aprende. Nesse padrão de avaliação, não são os instrumentos/procedimentos que definem a função formativa, mas a intenção do avaliador, o docente, e o uso que faz deles. Nesse sentido, são propostas diferentes formas de avaliar que contribuam para a conquista das aprendizagens por parte de todos os estudantes. A avaliação formativa serve para que os processos sejam conduzidos de maneira atenta e cuidadosa, a fim de que não se priorize o produto (quantidade) em detrimento da qualidade. A avaliação formativa será a da observação do desempenho e do crescimento do estudante em relação a ela mesma e jamais de sua comparação com os pares. Ao avaliar, são guias primordiais do planejamento e das práticas: as expressões, a construção do pensamento e do conhecimento, o desenvolvimento do estudante, bem como as suas necessidades e interesses. A observação, devidamente planejada, sistematizada e acompanhada do registro das informações coletadas, constitui a avaliação formal. A Família também deve estar comprometida com o processo de avaliação adotado pela SEEDF. A inserção da família no processo avaliativo amplia as possibilidades de compreensão dos trajetos vivenciados pelos estudantes e de suas aprendizagens, uma vez que a participação desse segmento é importante e fortalece o diálogo com a escola. O Dever de casa, enquanto avaliação informal, prática bem presente na escola, caracteriza-se por ser uma atividade extensiva do trabalho feito em sala de aula, de maneira que o estudante tenha condições de realizá-lo para a construção de uma postura autônoma e emancipada. Nesse sentido, o Dever de

casa não pode ser conduzido, pela escola, de modo irrefletido; logo, os critérios e os objetivos devem ser bem delineados e avaliados, a unidade escolar deve evidenciar o objetivo a ser alcançado, claramente para familiares e estudantes. No que diz respeito ao procedimento de recuperação, a recuperação contínua deve ser aplicada ao longo dos bimestres, de acordo com a necessidade dos alunos e da forma mais adequada a cada avaliação realizada e escolhida pelo professor, individualmente ou em grupos, segundo o que for decidido em coordenações coletivas. A Recuperação de estudos é prevista na Lei nº 9.394/96, em seu artigo 12, inciso V, para “prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento”, destina-se à obtenção de aprendizagem que possibilite ao estudante ser promovido de um ano/série a outro/a. Um longo caminho precisa ser percorrido para que ela se associe à avaliação formativa. Para que se inicie a construção desse entendimento e a prática correspondente, recomenda-se a realização de intervenções pedagógicas contínuas junto a todos os estudantes, sempre que suas necessidades de aprendizagem forem evidenciadas. Desse modo, o avanço das aprendizagens ocorrerá de forma tranquila, sem lacunas, sem tropeços e sem aligeiramento, de acordo com as condições de aprendizagem de cada estudante. Este é o papel da escola democrática, comprometida com as aprendizagens de todos. Orienta-se a escola para que utilize a avaliação diagnóstica permanentemente para constatar as necessidades de cada estudante e organize os meios de mantê-lo em dia com suas aprendizagens. A autoavaliação dos estudantes é importante nesse processo. A Autoavaliação é um componente essencial da avaliação formativa. É o processo pelo qual o próprio estudante analisa as atividades desenvolvidas e em desenvolvimento, registra suas percepções, sentimentos e identifica futuras ações, para que haja avanço na aprendizagem. Em tempo, o registro da intervenção processual (recuperação) será realizado nos diários, em que constarão as necessidades apresentadas pelos estudantes e os relatos das atividades realizadas para a promoção do seu avanço. A intervenção poderá ser conduzida por meio de atividades diversificadas, no horário de aulas ou no contraturno, assim como por meio de reagrupamentos, projetos interventivos e outros recursos criados pela escola, sempre considerando a etapa e as condições de aprendizagem em que o(s) estudante(s) se encontra(m). O Registro de Avaliação é de responsabilidade do docente que responde pela turma e ou por um determinado componente curricular. Para elaboração do registro de avaliação é preciso que o mesmo contenha elementos da avaliação diagnóstica observados pelo docente e ou pelo Conselho de Classe. O registro avaliativo deve ser útil para uso profissional e técnico do docente que o elabora e para as demais instâncias/colegiados que necessitem utilizar essas informações. No que concerne ao regime de Progressão parcial (dependência) assegura ao aluno a possibilidade de prosseguir seus estudos no ano subsequente quando seu aproveitamento for insatisfatório em até dois componentes curriculares. A opção por tal regime é facultativa, não se aplicando quando o aluno for retido em função de frequência inferior a setenta e cinco por cento. No Centro de Ensino Fundamental 14 de Ceilândia a Dependência acontece mediante um compromisso firmado entre a escola e a

família, ficando esta responsável por acompanhar o estudo domiciliar do aluno que deverá comparecer à instituição escolar para submeter-se às avaliações e/ou trabalhos realizados sob a supervisão do professor responsável pela disciplina. Caso o aluno não apresente rendimento satisfatório nos estudos de dependência, mas evidenciar desempenho satisfatório no ano que está cursando, deverá ser promovido para o ano seguinte. O resultado da dependência deve ser registrado em ata própria, na ficha individual do aluno e no histórico escolar. Deve ser realizada preferencialmente nos três primeiros bimestres com trabalhos e avaliações, deixando o quarto bimestre para ajustes e novas oportunidades para aqueles que atrasam os trabalhos. Por fim, a Avaliação institucional denominada Avaliação do Trabalho da Escola analisou a implementação de seu Projeto Político-Pedagógico para identificar suas potencialidades e fragilidades e orientar sua revisão com vistas à garantia da qualidade social do trabalho escolar. A avaliação do trabalho da escola ou sua auto avaliação é interna será permanente. De modo geral, a escola dá mais ênfase aos procedimentos formais de avaliação. Contudo, os procedimentos que compõem a avaliação informal merecem atenção já que exercem significativa influência sobre os resultados do processo avaliativo. 59 O processo formativo de avaliação informal e, portanto, recomendável, ocorre quando se identifica as fragilidades e as potencialidades, e as utilizamos em favor daqueles que participam do processo de avaliação, sem compará-los com os demais. Os Instrumentos/procedimentos sugeridos para potencializar as práticas de avaliação formativa são: avaliação por pares ou colegas; provas; portfólio na educação presencial (portfólio virtual); registros reflexivos; seminários, pesquisas, trabalhos de pequenos grupos; autoavaliação. Dessa forma, as intervenções didáticas e pedagógicas serão pautadas na lógica do processo de aprendizagem dos estudantes e não, exclusivamente, na lógica conteudista. Na concepção formativa, todos avaliam e são avaliados. As aprendizagens são promovidas por meio da autoavaliação e do feedback (retorno), elementos da avaliação formativa, que estabelecerão o diálogo entre estudante e professor (mediador). A avaliação diagnóstica e a autoavaliação são elementos fomentadores da avaliação formativa. Na Educação especial/inclusiva, a avaliação para as aprendizagens deve observar as necessidades de cada estudante dessa modalidade de atendimento, o currículo, a avaliação, os métodos e as técnicas de ensino devem ser aplicados também à educação especial/inclusiva, com o objetivo precípuo de garantir o direito à educação. As adaptações curriculares são definidas como uma possibilidade de tornar o currículo apropriado ao estudante com deficiência, TGD e altas habilidades/ superdotação. Conforme as Diretrizes de Avaliação Educacional (2014-2016), a Recuperação Continuada ou “recuperação de estudos” é prevista na Lei n. 9.394/96, a fim de “prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento” (Artigo 12, Inciso V). Destina-se, conforme escrito nas Diretrizes, à aquisição de nota com vistas à promoção de um ano/série a outro/a. Embora reconheça que “um longo caminho precisa ser percorrido para que a recuperação de estudos se associe à avaliação formativa” (p. 39), hoje, haja vista as Diretrizes Pedagógicas para a Organização Escolar do 3º Ciclo (2014), a

prerrogativa é, de fato, entender e praticar a avaliação formativa, ofertando intervenções pedagógicas contínuas de acordo com as necessidades de aprendizagem dos estudantes. Desde então, a avaliação diagnóstica, primeiro passo da avaliação formativa, ocupou o seu espaço, desde o início do ano letivo. Conforme orienta as Diretrizes voltadas para a avaliação, o registro da intervenção processual (recuperação) deverá ser feito nos diários, em que constarão as necessidades apresentadas pelos estudantes e os relatos das atividades realizadas para a promoção de seu avanço. A intervenção poderá ser conduzida por meio de atividades diversificadas, no horário das aulas ou no contraturno, assim como por meio de reagrupamentos, projetos interventivos e outros recursos criados pela escola, sempre considerando a etapa/modalidade e as condições de aprendizagem do estudante. A nota ou conceito deve resultar do que foi aprendido ao longo do percurso. Reitera-se: não se deve esperar pelo término de uma semana, de um bimestre, semestre ou ano letivo para as intervenções necessárias; estas devem ocorrer desde o primeiro dia de aula e de forma contínua. O ideal é que nada fique para depois.

2. Recuperação Continuada

A recuperação contínua não implica necessariamente recuperação de notas, mas de aprendizado. O aluno deve, a qualquer momento que verificada a deficiência em competências e habilidades relacionadas a um conteúdo, ser oportunizado de retomar o processo de ensino aprendizagem para correção dessa falha.

Como o nosso trabalho pedagógico está organizado em Ciclo para a aprendizagem a perspectiva da recuperação deve ser contínua, usando instrumentos como: reagrupamento, projetos interventivos, reforços, diagnose e estudos de caso.

Seguindo a Resolução nº 01/2012 do CEDF, adotamos o regime de progressão parcial com dependência para os alunos com aproveitamento insatisfatório em até dois componentes curriculares.

3. Conselho de Classe

O Conselho de Classe ocorre ordinariamente no final de cada bimestre e no final do ano letivo. Está organizado em três momentos distintos. Além do Conselho Participativo, com pais, alunos e professores, as turmas mediadas pelo professor conselheiro, avaliam previamente aspectos referentes ao processo de ensino aprendizagem e a escola como um todo.

No momento da reunião do colegiado as questões levantadas no Pré Conselho são apreciadas por todos e feitos os devidos encaminhamentos para os diversos setores como: OE, EEAA, AEE, Supervisão Pedagógica, Coordenação Pedagógica, Direção, etc. É o que chamamos de Pós Conselho.

No momento do Conselho de Classe também é feita a devolutiva das buscas ativas realizadas pela Dalva, orientadora educacional.

XI – ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O CEF 14 tem sua organização curricular fundamentada nas concepções teóricas e legais apresentadas anteriormente, compreendendo a necessidade que o seu resultado seja flexível, adaptável à realidade que se apresentar durante o ano letivo, o que em alguns momentos implica a necessidade de se repensar conteúdos ministrados sob o risco de burocraticamente cumprir um planejamento curricular sem que os alunos de fato tenham aprendido.

No entanto, há que se garantir que o aluno procure superar e desenvolver competências que lhe possibilitem autonomia em sua situação de vida diária, e também em situação de trabalho que lhe favoreça resgatar a sua dignidade e o exercício pleno de sua cidadania.

É realizada a análise do currículo da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e do Currículo em Movimento da Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEEDF) no início e no fim de cada ano letivo. No entanto, no presente ano letivo, haja vista a proposta de um plano voltado para a recuperação dos saberes prévios, cuja aprendizagem foi prejudicada pelo contexto pandêmico provocado pela Covid-19, foi possível observar o estreitamento no tempo de análise do material acima citado, segundo o desempenho dos estudantes no processo de avaliação formativa. Assim sendo, o currículo segue em contínuo movimento! O objetivo, com isso, é fazer com que a escola, a partir de sua realidade e das observações do corpo docente, construa um currículo adaptado com ritmos e ordenação de conteúdos que melhor se adequem aos estudantes de sua comunidade escolar e aos objetivos educacionais observados para cada ano e etapa de ensino. A ideia é desenvolver tempos, espaços e oportunidades educacionais flexíveis e que sejam mais significativos ao contexto concreto da escola. Ao longo do ano letivo, essas ações ocorrem nos momentos das coordenações pedagógicas. Os professores, das diferentes áreas do conhecimento, reúnem-se para elaborar seus planos de ensino, com temas consonantes entre os componentes curriculares. Esse trabalho coletivo impulsiona as unidades didáticas, pois abre um leque de possibilidades, que pode ser ampliado e ressignificado, pelos docentes, a partir de suas opções teórico metodológicas. Cabe destacar também outra estratégia adotada para fortalecer a construção dos saberes e aprendizagens. Trata-se das saídas de campo, em que a teoria é associada à prática, as quais se tornam possíveis devido ao transporte cedido pela SEEDF, conforme a Portaria 192, de 10 de junho de 2019. A integração entre o saber teórico e a prática está no fato de proporcionar a consolidação das aprendizagens, uma vez que ocorrem sob um planejamento e trabalho coletivo que envolve quase sempre mais de uma disciplina. Esse tipo de trabalho é definido a partir de uma proposta inicial e deve ser organizado em torno das unidades didáticas e da proposta de um plano coletivo, em que as áreas analisam seus Currículos e

dialogam sobre como alcançar um objetivo de aprendizagem. É idealizado, pela equipe de Gestores, Coordenadores e Professores, no início de cada ano letivo, a partir do levantamento prévio do que foi possível trabalhar, com êxito, no ano letivo anterior. Não possui uma programação ou roteiro fixo a ser seguido anualmente. Orientando todo o processo de planejamento das unidades didáticas, está a Avaliação diagnóstica, passo inicial da Avaliação formativa. Ela é aplicada no início de cada ano letivo, visando ordenar, estruturar e articular uma organização que favoreça o alcance dos objetivos de aprendizagem com vistas à garantia do conhecimento de todos os estudantes. No presente ano letivo, por exemplo, a diagnóstica ocorreu no mês de março e envolveu todos os componentes curriculares. Cada componente avaliou elementos basilares, necessários para a construção dos Objetivos de aprendizagens propostos para os Blocos I e II dos Anos Finais, os quais dispostos no Currículo em Movimento do Distrito Federal (2018). O mapeamento do resultado da avaliação diagnóstica norteou o Plano de trabalho do CEF 14 , em especial o reforço, os reagrupamentos e os projetos interventivos. Quanto mais pontual for o nosso trabalho, melhor será o nosso alcance no que diz respeito à aprendizagem de todos e à qualidade do ensino ofertado no CEF 14. Esse plano de trabalho torna possível a manutenção da aprendizagem, em um campo marcado pela vulnerabilidade, e a oferta de um trabalho qualitativo e democrático, A avaliação diagnóstica é, nesse contexto, o instrumento inicial para a coleta de dados essenciais para o desenvolvimento do trabalho pedagógico na escola, é motivadora do planejamento das ações que se fazem necessárias em todo o processo educativo. Levando isso em conta, é planejada de forma a ponderar todos os componentes curriculares no início de cada ano letivo. Cabe salientar que sua elaboração, de acordo com as possibilidades, deve procurar a integração entre as diferentes áreas do saber. 65 Os resultados dessa avaliação são sistematizados por meio de planilhas eletrônicas desenvolvidas pela própria escola, as quais são capazes de apresentar dados referentes ao aluno, individualmente, e ao conjunto das turmas. Esses resultados servem, para além de orientar os planejamentos das unidades didáticas, como ponto de partida para a análise do desenvolvimento dos estudantes, visando à proposição de estratégias pedagógicas, tais como, projeto interventivo, reagrupamento e o acompanhamento pedagógico individual ou coletivo, resguardando para que essa avaliação não se torne um fim em si. Aliados a estas ações, estão os Projetos desenvolvidos na escola, os quais possuem grande relevância, pois são atividades com propostas que vão de encontro com as necessidades reais do contexto escolar no qual a escola e seus estudantes estão inseridos e envolvem a participação de professores de áreas de conhecimento diferentes que buscam estabelecer conexões entre seus conteúdos e a realidade. O objetivo dos projetos, com isso, é que o estudante seja capaz de perceber relações entre os componentes curriculares, perpassados pelos temas transversais (ética, meio ambiente, orientação sexual, pluralidade cultural, trabalho e consumo e saúde), e seja capaz de fazer análises mais complexas sobre os problemas que surgem no seu cotidiano. Problemas esses

que, inevitavelmente, fazem parte de um contexto mais amplo que as “caixinhas” isoladas que cada disciplina poderia proporcionar. Por fim, o CEF 14 trabalha continuamente na reavaliação do Currículo local, elaborado para a sua comunidade escolar, o qual é vivo, pois se movimenta de acordo com a aquisição de saberes dos seus estudantes.

1. Indicadores de Desempenho Escolar

a) Indicadores Internos

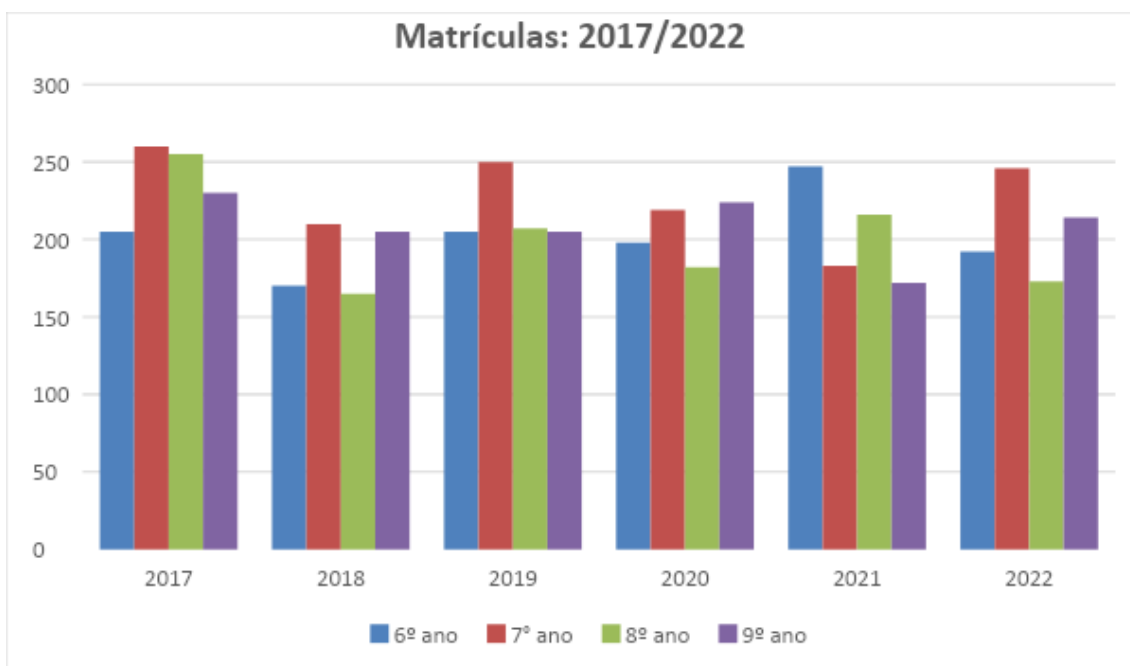
Matrículas: 2017/2019 (Ensino Presencial)

2020 (Ensino Remoto)

2021 (Ensino Remoto / Ensino Híbrido)

2022 (Ensino Presencial)

Nos auxiliam analisar o fluxo de alunos em função de fatos ou situações específicas, identificar e relacionar com aprovação, evasão e reprovação, dentre outros.



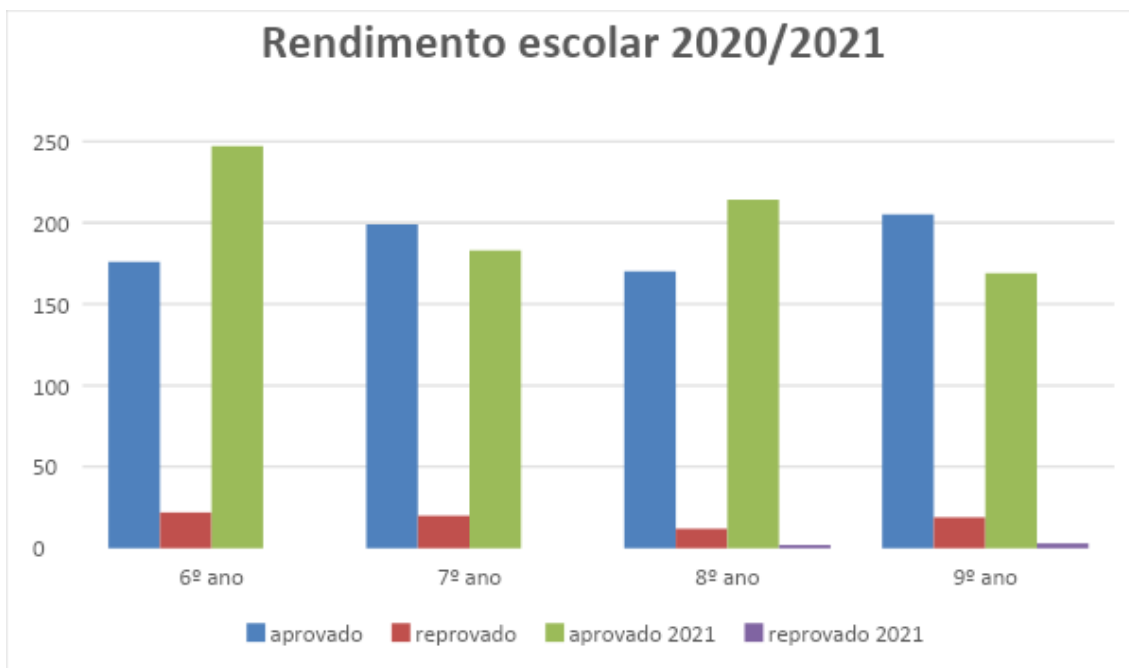
Dados utilizados:

Matrículas:-2018/2023

	6º ano	7º ano	8º ano	9º ano
2018	170	210	165	205
2019	205	250	207	205

2020	198	219	182	224
2021	247	183	216	172
2022	190	246	173	214
2023	191	199	233	183

Rendimento escolar – 2020/2021 (Ensino Remoto / Ensino Híbrido)



b) Indicadores Externos

A partir do ano letivo de 2005 os estudantes do CEF 14 que cursam 9ª ano do Ensino Fundamental são submetidos a uma avaliação do Governo Federal, intitulada Prova Brasil, tendo seus dados agrupados para a verificação do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), baseando-se em indicadores oficiais de fluxo e desempenho. Desde então nossos estudantes vinham superando as metas esperadas em 2007, 2009 e 2011. Em 2013 a perspectiva mínima sugerida por este índice não foi atingida. Em 2014 foram implantados programas como o de correção da distorção idade/série CDIS, Escola Integral, Projeto “O #Tamojunto” e reforço escolar. Assim, em 2015 a escola supera novamente as metas esperadas para esse ano, que era de 4,1, atingindo 4,7. De 2005 até 2015 foram mensurados os seguintes resultados pelo IDEB. A tabela consta ainda das metas esperadas até 2021. Em 2017 e 2019 a

escola ficou sem índice. Vale ressaltar que a equipe pedagógica da gestão anterior desenvolveu todas as estratégias possíveis para a realização dessa avaliação externa. Porém por diversos fatores a escola ficou sem o índice. Em 2021 nossa escola realizou a avaliação e tivemos a presença dos estudantes necessários, porém ainda não temos esses dados.

Ano	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Metas Esperadas		2,6	2,8	3,2	3,7	4,1	4,4	4,7	4,9
Resultados medidos	2,5	2,8	3,7	3,9	3,6	4,7			

XII – PLANO DE AÇÃO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO P.P.P

1. Gestão Pedagógica

OBJETIVOS	METAS	ESTRATÉGIAS	PRAZOS	RESPONSÁVEIS
<p>-Promover o desenvolvimento integral do educando nas diversas disciplinas que são estipuladas na base nacional comum da organização curricular nacional.</p> <p>-Realizar atividades para o desenvolvimento físico, intelectual, afetivo, social do educando.</p> <p>-Promover intervenções com o intuito de melhorar ainda mais o desenvolvimento pedagógico, eliminar a violência, o consumo e tráfico de drogas, o desinteresse e a indisciplina do aluno e a ausência da família no ambiente escolar.</p> <p>-Promover momentos de formação nas coordenações pedagógicas.</p> <p>- Incentivar a leitura com projetos e dinâmicas que levem o aluno e a comunidade a ter hábitos de leitura.</p> <p>-Incentivar à escrita por meio de redações bimestrais sobre temas</p>	<p>- Promover eventos, palestras, saraus, rodas de conversa e gincanas.</p> <p>- Reduzir os índices de bullying e violência no ambiente escolar.</p> <p>- Usar as coordenações como espaço de debate e formação continuada.</p> <p>- Desenvolver o hábito de leitura e a interpretação de texto.</p> <p>- Usar as coordenações como espaço de debate e formação continuada.</p> <p>- Desenvolver o hábito de leitura e a interpretação de texto.</p>	<p>-Planejamento das ações interventivas (reforço, reagrupamento, projeto interventivo)</p> <p>-Acompanhamento do trabalho pedagógico e planejamento ações interventivas.</p> <p>- Promover a integração das novas tecnologias no contexto da pandemia e pós pandemia</p> <p>- Focar no desenvolvimento dos estudantes em todos os âmbitos em privilegiar unicamente o cognitivo.</p> <p>- Promover o protagonismo juvenil e a cultura da paz.</p>	<p>Até 2024</p> <p>Até 2024</p> <p>Até 2025</p> <p>Até 2025</p> <p>Até 2023</p>	<p>- Orientadoras Educacionais/ Coordenação/Direção</p> <p>- Orientadoras Educacionais/ Coordenação/Direção</p> <p>- Orientadoras Educacionais/ Coordenação/Direção</p> <p>- Orientadoras Educacionais/ Coordenação/Direção</p> <p>- Orientadoras Educacionais/ Coordenação/Direção e professores.</p>

transversais do currículo.				
----------------------------	--	--	--	--

2. Gestão dos resultados educacionais

OBJETIVOS	Metas	Estratégias	Prazos	Responsáveis
<p>-Melhorar os indicadores da escola como IDEB, Prova Brasil e o índice de aprovação.</p> <p>-Reduzir os índices de reprovação e evasão dos alunos em todos os anos.</p> <p>-Realizar parcerias para alfabetizar os alunos que chegam à escola sem saber ler e escrever.</p>	<p>-Melhorar o rendimento em pontos críticos do SAEB</p> <p>-Diminuir a reprovação e melhorar o ensino</p> <p>- Melhorar o nível de alfabetização dos estudantes.</p>	<p>-Realizar simulados/campeonatos com questões do tipo SAEB.</p> <p>-Fazer reagrupamentos para sanar dificuldades de aprendizagem</p> <p>- Buscar parcerias com faculdades.</p>	<p>-Até 2024</p> <p>-Até 2025</p> <p>-Até 2025</p>	<p>- Coordenação</p> <p>-Coordenação/Direção e Professores</p> <p>-Coordenação</p>

3. Gestão Participativa

OBJETIVOS	Metas	Estratégias	Prazos	Responsáveis
<p>-Integrar a comunidade à escola para juntos promovermos a disciplina, melhorar o rendimento escolar, diminuir a evasão, a repetência, fazer o resgate da empatia escolar, sensibilizá-los e levá-los a compreender a importância da escola em sua formação geral como extensão do lar, tornando a escola um espaço que desperte o civismo, a criatividade, a colaboração, a iniciativa em um ambiente acolhedor. - Promover a participação de todos no processo de tomada de decisões.</p> <p>- Manter a comunidade informada sobre o andamento das atividades da escola.</p> <p>-Realizar projetos e reuniões escolares aos sábados para atrair mais pais à escola.</p>	<p>-Melhorar a comunicação com a comunidade.</p> <p>- Dar mais voz aos estudantes valorizando suas opiniões e busca para soluções de problemas.</p> <p>-Melhorar a comunicação com a comunidade.</p> <p>-Tornar as famílias mais presentes na escola.</p>	<p>-Aplicar instrumentos avaliativos, questionários, enquetes, discussões.</p> <p>- Fazer assembleias de estudantes para discutir problemas comuns.</p> <p>-Manter as redes sociais e os grupos de whatsapp atualizados.</p> <p>-Formar uma parceria entre escola e comunidade.</p>	<p>Até 2024</p> <p>Até 2025</p> <p>Até 2025</p> <p>Até 2025</p>	<p>- Coordenação/Direção e Professores.</p> <p>-Coordenação/Direção/Professores/ Equipes de apoio e estudantes.</p> <p>- Coordenação.</p> <p>-Coordenação, direção e professores.</p>

4 - Gestão de pessoas

OBJETIVOS	Metas	Estratégias	Prazos	Responsáveis
-----------	-------	-------------	--------	--------------

- Mobilizar todos os segmentos da escola na participação/envolvimento nos projetos, eventos, encontros e reuniões para melhorar a qualidade do ensino aprendizagem dos estudantes. - Promover aos alunos e funcionários da escola um ambiente de trabalho mais harmônico, proporcionando eventos diferenciados dentro do ambiente escolar.	-Melhorar a participação de todos nos eventos -Melhorar o ambiente para funcionários e estudantes	-Envolver todos os segmentos em eventos - Cuidar do jardim da escola.	Até 2025 -Até 2025	coordenação e professores - Funcionários e estudantes
---	--	--	---------------------------	--

5- Gestão Financeira

OBJETIVOS	METAS	Estratégias	Prazos	Responsáveis
-Utilizar adequadamente os recursos financeiros oriundos do PDDE e PDAF, obedecendo às etapas de gestão financeira; - Administração dos Recursos Financeiros da escola com transparência e responsabilidade em prol do bom funcionamento da escola.	-Melhorar a infraestrutura da escola -Manter a transparência na aplicação de recursos financeiros	-Aplicar as verbas da escola nas prioridades definidas pela comunidade escolar -Divulgar os gastos realizados pela escola para que todos acompanhem a aplicação dos recursos.	Até 2025 Até 2024	-Conselho e Caixa escolar -Conselho e Caixa escolar

6 – Gestão Administrativa

OBJETIVOS	METAS	Estratégias	Prazos	Prazos
-Conservar e realizar melhorias ao patrimônio público com intuito de tornar o ambiente escolar agradável e atrativo ao corpo docente e discente. -Zelar pela segurança de professores e estudantes	-Zelar pelo patrimônio da escola -Manter um ambiente escolar seguro.	-Manter a conservação das instalações e aparelhos -Autorizar a entrada, a partir do portão interno da escola, somente para os alunos,	Até 2023 Até 2023	-Direção -Direção

XIII- Plano de Ação Específico da Unidade Escolar

Coordenação Pedagógica

OBJETIVOS	METAS	Estratégias	Prazos	Prazos
Mediação de conflitos	Atendimento disciplinar	Escuta, Regimento, orientação.	Anual	Judite,Rogério
Manutenção da rotina escolar	Organização da Dinâmica diária da escola.	Planos de logística	Anual	Judite,Rogério.
Garantia de material para a ação docente	Reprodução de materiais	Trabalho de mecanografia	Anual	Judite, Rogério.
Realização dos planos pedagógicos	Acompanhamento das ações pedagógicas	Suporte à Supervisão pedagógica/Direção	Anual	Judite, Rogério.

Conselho escolar

O cef 14 está sem conselho escolar desde 2020.

Serviços Especializados

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2007/2008) está sendo construída nesta U.E. desde 2018, aliada à Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (2015) que garante no Capítulo IV, artigos do 27 ao 30, toda a estrutura escolar necessária ao potencial de desenvolvimento de cada ANEE com deficiência.

- Adaptação curricular: adoção de currículos abertos e propostas curriculares diversificadas, bem como a diversificação e flexibilização do processo de ensino-aprendizagem, de modo a atender às diferenças individuais dos alunos.

- Adaptação da instituição de ensino e da sala de aula: a organização estrutural e funcional do ambiente escolar deve acontecer de forma a eliminar barreiras que impedem o aprendizado, possuindo recursos físicos, materiais, ambientais, técnicos e tecnológicos que atendam às necessidades de todos.

- Sistemas de apoio: é importante o estabelecimento de redes de apoio que envolvam todos os segmentos do ambiente de ensino, como os gestores escolares e docentes, e atores externos, como familiares, amigos, profissionais especializados (médicos, fisioterapeutas, psicopedagogos etc.) que busquem favorecer a autonomia, produtividade e integração dos estudantes com deficiência.

- Adaptações metodológicas e didáticas: adoção de conteúdos, procedimentos de avaliação, atividades e metodologias que atendam às diferenças individuais dos alunos, como dinâmicas individuais ou em grupo e técnicas de ensino-aprendizagem específicas que beneficiem os estudantes e não restrinjam a sua ativa participação.

Muito mais do que apenas um caminho para ingressar no mercado de trabalho, a educação possui um papel fundamental na construção e formação da cidadania, sendo uma ferramenta para o desenvolvimento humano tanto em nível individual, quanto coletivo, premissa que deve ser disponibilizada a TODOS.

Assim, a educação inclusiva consiste em possibilitar que todos tenham acesso ao ensino e ao conhecimento, promovendo o desenvolvimento das pessoas com deficiência e da sociedade com base nos princípios da igualdade e da acessibilidade. Além disso, a educação inclusiva contribui para o combate à exclusão social das pessoas com deficiência, oferecendo a oportunidade de interação social em períodos cruciais da vida, como a infância e a juventude. O convívio escolar impulsiona as interações e potencializa o desenvolvimento individual e coletivo, reconhecer-se no

outro é olhar para si mesmo, como ser provido de habilidades e limites. Incluir é encontrar no outro a si mesmo, fazer pelo outro, como profissional, o que se faz a si mesmo.

O profissional da sala de recursos é o agente da inclusão, o que implica em incluir-se como parceiro dos demais professores, cujo objetivo maior é potencializar as habilidades e competências dos ANEEs com deficiência em detrimento das limitações individuais.

Contudo, a implementação prática da educação inclusiva no Brasil ainda demonstra ser um desafio, em que ações e políticas públicas devem ser reforçadas no sistema educacional para garantir educação de qualidade para PcD.

Diante de tantas exigências e desafios, assegurados por marcos legais, cabe a esta SRG - Sala de Recursos Generalista contribuir para um ambiente de trabalho saudável, em que a articulação entre os segmentos escolares, a participação da família em regime de parceria e a adesão à rede de saúde e redes de apoio sejam efetivas conforme todo o plano de ação.

Para tanto, montamos a carga horária do AEE, respeitando a demanda familiar e adequado à Estratégia de Matrícula – 2023, disponibilizamos as quartas-feiras para a participação nas Coordenações Coletivas, participamos dos grupos de whatsapp dos dois turnos, nos inteiramos de TODAS as atividades pedagógicas desenvolvidas.

Orientação Educacional

O Serviço de Orientação Educacional - OE atende regularmente os alunos e pais. Estes atendimentos são feitos por encaminhamento dos professores/direção, a pedido dos responsáveis ou mesmo por iniciativa dos alunos. Os atendimentos no ensino presencial são feitos diariamente durante o turno do aluno ou por agendamento em turno contrário. Infelizmente, para que esse atendimento fosse ainda mais satisfatório, precisaríamos de mais um orientador por causa do quantitativo de alunos da escola, devido à intensa procura na escola por este atendimento. O OE tem promovido encontros virtuais com os pais desde 2020, no intuito de trabalhar questões de caráter emocional e familiar. Além disso, as orientadoras passaram a atender os pais e alunos pelo whatsapp sempre que necessário, visando fazer um acolhimento empático às famílias conforme nos orienta o Guia para Acolhimento à Comunidade Escolar no Contexto de Atividades Pedagógicas não Presenciais. Em 2022, com o retorno total às atividades presenciais desde o início do ano letivo, o OE tem sido fundamental para trabalhar as questões de convivência social bem como fazer intervenções nas questões disciplinares e comportamentais como ansiedade.

- Atendimentos / acolhimento / escuta sensível / aconselhamento dos estudantes e familiares;
- Produção de relatório para cada estudante atendido;
- Atendimentos de familiares com o objetivo de informar sobre situações que foram observadas envolvendo o estudante, aconselhamento e escuta do responsável, identificação através da conversa com o responsável de informações que possam ajudar a escola a entender o aluno;

- Encaminhamentos de relatórios para UBS, CAPS, IMA, Conselho Tutelar;
- Atendimentos de professores com o objetivo de esclarecer dúvidas sobre os estudantes e informar situações que possam contribuir para o sucesso escolar do adolescente;
- Participação nos conselhos de classe e reuniões coletivas. Durante esses momentos a OE está atenta para acolher as informações dos professores, fazendo os devidos registros e os encaminhamentos e atendimentos necessários (alunos);
- Controle da frequência através de ligação telefônica para os responsáveis. Convocação do responsável para assinar termo de compromisso.
- Notificação ao Conselho Tutelar dos estudantes que permaneceram infrequentes mesmo após contato com o responsável;
- Intervenções em sala (no sentido de conscientizar) / com estudantes individualmente / com estudantes no coletivo nos casos que envolvam: bullying, ameaças, violência física e verbal, intolerância, indisciplina, depredação do patrimônio público, etc;
- Projetos: Protagonismo juvenil - Bullying - Valorização da vida;
- Palestras.

Biblioteca

Não temos Biblioteca, apenas a Sala de Leitura é coordenada por uma Servidora da carreira assistência que alterna turnos matutino e vespertino. Os alunos possuem uma carteirinha específica da biblioteca para o controle dos empréstimos e devoluções dos livros. Além da carteirinha há um livro de frequência para o registro do nome, horário de entrada, saída e turma em que está matriculado.

O acervo é reduzido e o espaço para leitura dos estudantes é bastante restrito e não há como atender um grande grupo de uma única vez.

– PROJETOS ESPECÍFICOS E INTERDISCIPLINARES

CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL 14 DE CEILÂNDIA
TÍTULO: FESTA JUNINA
ETAPAS: Promoção de gincanas nos meses de maio e junho.
PERÍODOS: 2º bimestre.
DISCIPLINAS: Português, Ciências Naturais, Educação Física, Artes, Matemática, História, Inglês e Geografia.
PROFESSORES: Todos os professores.
PÚBLICO ALVO: Comunidade escolar.

JUSTIFICATIVA: Ampliar as experiências culturais para a transformação das relações entre homens e sociedade.

OBJETIVOS: A festa tem objetivos pedagógicos, com pesquisas e trabalhos sobre o tema, além de confraternização com a comunidade escolar.

DESCRIÇÃO E ESTRATÉGIAS: No período que antecede a festa, os estudantes participam de gincanas para arrecadação de insumos, necessários à preparação das comidas típicas, bem como, se preparam, ensaiando para a apresentação das danças regionais ou nacionais, de acordo com o tema da festa. A disputa pelo primeiro lugar na gincana movimentava as turmas com diversas brincadeiras, como: caracterização de casais; uso de chapéus, tranças e flores nos cabelos; trocas de sapatos, dentre outras atividades.

AValiação: Para culminância da festa a comunidade escolar é convidada a saborear as tradicionais comidas típicas, participar das brincadeiras e prestigiar as danças, apresentada pelos estudantes.
Após as festividades as turmas vencedoras são agraciadas com um prêmio, geralmente um passeio, como recompensa pelo esforço na busca pelo primeiro lugar.

TÍTULO: JOGOS INTERCLASSE

ETAPA: 2º Bimestre

PERÍODO: Os Jogos Interclasses do CEF 14, Ceilândia, ocorrem anualmente, ao final do 2º bimestre envolvendo todas as turmas da escola.

DISCIPLINA: Educação física.

PROFESSORES: Português, Ciências Naturais, Educação Física, Artes, Matemática, História, Inglês e Geografia.

PÚBLICO ALVO: Estudantes.

JUSTIFICATIVA: O esporte tem adquirido ao longo das últimas décadas uma posição de destaque no cenário educacional. É papel da escola primar pela qualidade de vida e pela saúde de alunada oferecendo aos mesmos mecanismo de caráter esportivo que possam motivá-los a fazerem uso do esporte como uma prática diária que propicie o bem estar físico, mental e social.

OBJETIVOS: Tem como objetivo incentivar e promover o esporte escolar, além de desenvolver competências e habilidades como: parceria, compreensão, solidariedade, superação e respeito.

DESCRIÇÃO E ESTRATÉGIAS: Durante uma semana os estudantes e/ou turmas competem entre si em modalidades esportivas na quadra, como Futsal e Queimada. Fora da quadra ocorrem disputas de Xadrez, Dama, Dominó, Tênis de Mesa, Torta na Cara, Desafios de Português e Matemática, dentre outros.

AValiação: Ao final os vencedores são premiados com medalhas e os professores costumam atribuir nota pelo compromisso, empenho e dedicação de cada aluno.

TÍTULO: PROJETO CAIXA HISTÓRICA
ETAPA: 1° e 2° bimestre com culminância no 2° bimestre.
PERÍODO: Fevereiro a Maio
DISCIPLINA: Todas as disciplinas, segmentos e membros da comunidade escolar.
PROFESSORES: Todos os docentes.
PÚBLICO ALVO: Estudantes dos 6° e 7° anos.
JUSTIFICATIVA: A ideia do projeto Caixa Histórica surgiu da necessidade de incentivar os estudantes a valorizar a própria história.
OBJETIVOS: Reconhecer-se como construtor da identidade pessoal e coletiva. Aprimorar-se da história individual e sentir-se pertencente e respeitável em qualquer situação.
DESCRIÇÃO E ESTRATÉGIAS: O professor conselheiro da turma entrega aos estudantes um questionário em forma de entrevista em que cada estudante é estimulado a falar sobre seus gostos e preferências. Num segundo momento cada estudante confeccionará uma caixa, que deverá conter objetos representativos, marcantes, em sua trajetória de vida.
AVALIAÇÃO: A culminância do projeto se dá então num dia determinado, quando todos abrem suas caixas e falam aos demais sobre cada objeto ou símbolo ali contidos.

TÍTULO: CONSCIÊNCIA NEGRA
ETAPA: 3° e 4° Bimestre.
PERÍODO: Setembro, Outubro e Novembro
DISCIPLINA: Todas as disciplinas, segmentos e membros da comunidade escolar.
PROFESSORES: Todos os docentes.
PÚBLICO ALVO: Estudantes e comunidade escolar.
JUSTIFICATIVA: Mostrar a forte influência dos povos africanos na história, religião, alimentação, música, dança, etnia, costumes, cultura e etc.
OBJETIVOS: Valorizar a cultura afrodescendente, bem como seus valores, lutas e ensinamentos transmitidos à sociedade.
DESCRIÇÃO E ESTRATÉGIAS: Com o objetivo de se trabalhar o dia Nacional da Consciência Negra, os professores, de todas as matérias, elaboram estratégias para trabalhar esse tema com suas turmas.
AVALIAÇÃO: A culminância do Projeto se dá no mês de novembro com a exposição dos trabalhos das turmas à comunidade escolar, em forma de cartazes, murais, painéis; apresentações culturais de

dança, teatro, recital de poesias, dentre outros.

TÍTULO: SECADOR SOLAR

ETAPA: 1° e 2° semestre.

PERÍODO: Abril a Novembro.

DISCIPLINAS: O Projeto é interdisciplinar e engloba professores de diversas áreas do conhecimento, como: Português, Matemática, Ciências Naturais, História e Geografia.

PROFESSORES: PD

PÚBLICO ALVO: Estudantes do 6° ano.

JUSTIFICATIVA: O Secador é uma estufa idealizada por um professor aposentado da escola, Antonio Jucá Kokay. O equipamento é utilizado no processamento de alimentos desidratados como frutas e carnes.

OBJETIVOS: O objetivo é que os estudantes simulem uma pequena cooperativa, participando de todo o processo de produção até a venda final do produto e divisão igualitária dos lucros.

DESCRIÇÃO E ESTRATÉGIAS: Com o objetivo de se trabalhar o dia Nacional da Consciência Negra, os professores, de todas as matérias, elaboram estratégias para trabalhar esse tema com suas turmas.

AVALIAÇÃO: A culminância do Projeto se dá no mês de novembro com a exposição dos trabalhos das turmas à comunidade escolar, em forma de cartazes, murais, painéis; apresentações culturais de dança, teatro, recital de poesias, dentre outros. O projeto faz bastante sucesso e entusiasmo estudantes e professores. Desperta grande interesse entre os estudantes, pois se apresenta como uma alternativa ao desemprego em nossa região, com pais interessados em construir um secador para a família.

TÍTULO: PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA

ETAPA: Ano letivo.

PERÍODO: De Março a Dezembro.

DISCIPLINAS: Todas as disciplinas.

PROFESSORES: UBS.

PÚBLICO ALVO: Comunidade escolar.

JUSTIFICATIVA: Por meio deste programa, as políticas voltadas às crianças, adolescentes, jovens e adultos da escola pública brasileira se unem para promover saúde e educação integral a partir de práticas de promoção da saúde e prevenção de

doenças e agravos.

OBJETIVOS: Desenvolver ações de prevenção na saúde e prevenção de agravos que permitam, entre outros, melhoria no rendimento escolar, recuperação da auto-estima e auto confiança e diminuição do absenteísmo e repetência escolar.

DESCRIÇÃO E ESTRATÉGIAS: O Programa Saúde na Escola - PSE, política intersetorial da Saúde e da Educação, foi instituído em 2007. As políticas de saúde e educação se unem para promover saúde e educação integral voltadas às crianças, adolescentes, jovens e adultos da educação pública brasileira, por meio da realização conjunta de 12 ações. O Projeto é desenvolvido em parceria com os profissionais da Unidade Básica de Saúde situada na EQNP 30/32. As ações realizadas pela escola deverão estar alinhadas ao currículo escolar e à política de educação integral, considerando os contextos escolar e social, o diagnóstico local de saúde e a capacidade operativa das equipes das escolas e da Atenção Primária à Saúde. Os objetivos do projeto segundo a portaria nº 1.055/2017 são: promover a comunicação entre escolas e unidades de saúde, assegurando a troca de informações sobre as condições de saúde dos estudantes; fortalecer a participação comunitária nas políticas de educação básica e saúde, nos três níveis de governo; promover a saúde e a cultura da paz, reforçando a prevenção de agravos à saúde, bem como fortalecer a relação entre as redes públicas de saúde e de educação; articular as ações do Sistema Único de Saúde - SUS às ações das redes de educação básica pública, de forma a ampliar o alcance e o impacto de suas ações relativas aos estudantes e a suas famílias, otimizando a utilização dos espaços, equipamentos e recursos disponíveis; contribuir para a constituição de condições para a formação integral de educandos; contribuir para a construção de sistema de atenção social, com foco na promoção da cidadania e nos direitos humanos; fortalecer o enfrentamento das vulnerabilidades, no campo da saúde, que possam comprometer o pleno desenvolvimento escolar.

TÍTULO: PROJETO INTERVENTIVO

ETAPA: 1º E 2º Semestre

PERÍODO: Ano letivo

DISCIPLINAS: Todas as disciplinas.

PROFESSORES: Todos os docentes.

PÚBLICO ALVO: Todos os estudantes.

JUSTIFICATIVA: O Projeto foi elaborado pensando nas dificuldades de acesso apresentadas pelos estudantes durante o período remoto. O Projeto será elaborado e desenvolvido pela supervisão e coordenação pedagógica junto com os professores e propõe oferecer aos estudantes a retomada dos conteúdos do ano letivo.

OBJETIVOS: O Projeto tem como objetivo contemplar as necessidades e dificuldades de aprendizagem apresentadas pelos estudantes durante o período de ensino remoto visando diminuir esse

déficit de aprendizagem a longo prazo.

DESCRIÇÃO E ESTRATÉGIAS: O Projeto será desenvolvido nos horários de aulas de PD e com possibilidade de estratégias que serão desenvolvidas em horário contrário de aula, quando voltarmos para o ensino presencial.

AVALIAÇÃO:

TÍTULO: PROJETO OBMEP

ETAPA: Palestra, preparação para a prova de 1º fase, preparação para a prova de segunda fase.

PERÍODO: 1º e 2º semestre.

DISCIPLINAS: Matemática e PD2.

PROFESSORES: Matemática.

PÚBLICO ALVO: O público-alvo da OBMEP é composto de alunos do 6º ano do Ensino Fundamental até o último ano do Ensino Médio.

JUSTIFICATIVA: Incentivar os alunos sobre a importância da OBMEP e auxiliá-los na interpretação e resolução das questões de provas anteriores.

OBJETIVOS: Despertar o interesse do aluno para participar da OBMEP.
Desenvolver atividades que estimulem a concentração dos alunos.
Desenvolver o raciocínio lógico dos alunos por meio da resolução de problemas que desafiam os alunos.

DESCRIÇÃO E ESTRATÉGIAS: Os alunos serão orientados e motivados por meio de uma palestra e exibição de um documentário da OBMEP. Serão aplicadas questões de provas antigas durante os sábados letivos. Os alunos serão orientados sobre onde encontrar material de apoio para estudar para a prova.

AVALIAÇÃO: A avaliação se dará ao longo dos meses de preparação.

TÍTULO: PROJETO INTERVALO DIRIGIDO

ETAPA: Ano letivo.

PERÍODO: De Fevereiro a Dezembro.

DISCIPLINAS: Todas as disciplinas.

PROFESSORES: Todos os docentes.

PÚBLICO ALVO: Todos os estudantes.
JUSTIFICATIVA: A principal vantagem desse projeto é fazer com que os discentes que, se sintam contemplados em sua totalidade de ser integral, possam desfrutar de um lazer coletivo e sua melhoria no quesito bem estar.
OBJETIVOS: O projeto vem apresentar uma proposta pedagógica para os estudantes do CEF 14 de Ceilândia. No que diz respeito a lazer e questões ligadas a vertente sócio educacional, a quem geralmente não se tem acesso em outros ambientes, visando também a socialização dos estudantes.
DESCRIÇÃO E ESTRATÉGIAS: Esta atividade diária será realizada durante o ano letivo de 2023, com início previsto para o mês de fevereiro e seu término para dezembro do respectivo ano. Todos os agentes educacionais, monitores e apoiadores estarão presentes para dar a atenção necessária e devida para o bom andamento do projeto.

TÍTULO: PROJETO SUSPENSE LITERÁRIO
ETAPA: Novembro e Dezembro.
PERÍODO: 4º Bimestre.
DISCIPLINAS: Inglês, Arte e Português.
PROFESSORES: Viviane, Fernanda e Maisa.
PÚBLICO ALVO: Estudantes do 6º e 7º anos.
JUSTIFICATIVA: O projeto visa propiciar uma abordagem pedagógica interdisciplinar em que sejam estimuladas percepções artísticas e criativas dos estudantes.
OBJETIVOS: Apreciar a cultura brasileira em integração com a cultura dos países de língua inglesa; Criar fenômenos artísticos que possibilitem a expressão das emoções e criticidades.
DESCRIÇÃO E ESTRATÉGIAS: Serão trabalhados os conhecimentos sobre a história e tradições do Halloween, e o folclore brasileiro. Destacar a importância de um projeto integrador de conhecimentos e aprendizagens para estudantes que necessitam de exercitar processos reflexivos e conjuntos criativos dentro da escola.
AValiação: Cada turma irá representar os conhecimentos trabalhados em um data pré estabelecida a turma realizará um dia de apresentação para a comunidade escolar.

TÍTULO: PROJETO DANÇA

ETAPA: De março a dezembro.
PERÍODO: Ano letivo.
DISCIPLINAS: Arte.
PROFESSORES: Tássia.
PÚBLICO ALVO: Alunos do 8° e 9°ano.
JUSTIFICATIVA: Desenvolvimento de expressividade do corpo e da criatividade por meio da dança e da cultura popular.
OBJETIVOS: Desenvolver a expressividade do corpo e do movimento. Entender como aplicar o movimento das danças populares brasileiras como o forró, pizeiro e danças urbanas como o hip-hip. Melhorar a timidez e a desenvoltura corporal e a coordenação motora.
DESCRIÇÃO E ESTRATÉGIAS: Oficinas de dança. Ocorrerá às quintas-feiras e começará com alongamento e aquecimento. Sugestão de passos para a montagem de coreografia para eventos da escola com colaboração dos alunos que também poderão construir coreografia.
AValiação: Apresentação nos eventos da escola e durante as aulas de dança e montagem de coreografia.

Projeto Música na Escola

ETAPA: Ano letivo.
PERÍODO: De Março a Dezembro.
DISCIPLINAS: Inglês.
PROFESSORES: Laion Santos Urcino.
PÚBLICO ALVO: Alunos com interesses em música e instrumentos musicais.
JUSTIFICATIVA: Valorizar os alunos que tenham habilidade com música.
OBJETIVOS: Estimular a criatividade, o movimento, a percepção, a coordenação e o convívio social dos alunos participantes da banda, através do prazer da música.
DESCRIÇÃO E ESTRATÉGIAS: Seletivas para a formação da banda com alunos que já tinham inicialização musical para poder prepará-los para o ``Festival interescolar de música de Ceilândia``.
AValiação: Esse projeto reúne todas as escolas de Ceilândia numa competição em que serão avaliadas músicas autorais dos alunos e desenvoltura da banda.

TÍTULO: PROJETO HISTÓRIA LITERÁRIA TELEVISIONADA
ETAPA: 1º Bimestre.
PERÍODO: Março e abril.
DISCIPLINAS: Português, ciências naturais, educação física, artes, matemática, história e geografia.
PROFESSORES: Todos os professores que aderiram a proposta do projeto.
PÚBLICO ALVO: Estudante do 7º ano.
JUSTIFICATIVA: Incentivar a leitura e produção de texto em sala de aula, bem como a abordagem para a criatividade e protagonismo dos estudantes.
OBJETIVOS: Incentivar a proposta dos estudantes; construir conhecimento compartilhado; incentivar a leitura dentro e fora do ambiente escolar; incentivar a produção de texto; implementar a interdisciplinaridade no projeto escolar; ampliar a visão do mundo dos estudantes, por meio dos contos e histórias; enriquecer o vocabulário; oferecer atividades lúdicas, criativas; participativas e pedagógicas para os estudantes.
DESCRIÇÃO E ESTRATÉGIAS: Selecionar contos e/ ou produção de histórias por parte dos estudantes; selecionar materiais que auxiliem na confecção dos desenhos e construção de caixa televisão; utilizar espaços dentro das aulas para a confecção do trabalho, com a supervisão dos professores; interação e compartilhamento dos materiais entre os estudantes durante a confecção do trabalho.
AVALIAÇÃO: avaliação através de leitura e produção de texto; confecção de desenhos retratados nas histórias; confecção da caixa televisionada e apresentação.

TÍTULO: PROJETO ILÍADA- PODCASTS
ETAPA: Dias 30 e 31/04: apresentação do trabalho e divisão dos grupos De 03/04 a 06/04: leitura do livro, pesquisa dos temas e conversas sobre os temas nas diversas disciplinas. Semana de 10/4 a 14/04: reuniões dos grupos para debaterem ideias, escreverem o texto do podcast, dividirem as falas e fazerem os cartazes. Semana de 17/4 a 20/4: gravação dos podcasts
PERÍODO: 1º bimestre
DISCIPLINAS: Todas as Disciplinas
PROFESSORES: Professores Regentes com 9º anos
PÚBLICO ALVO: Alunos do 9º ano
JUSTIFICATIVA: Este projeto visa à elaboração de podcasts pelos estudantes. Cada podcast

deve ter a duração mínima de 2 minutos e máxima de 3 minutos.

OBJETIVOS: Este projeto visa à elaboração de podcasts pelos estudantes. Cada podcast deve ter a duração mínima de 2 minutos e máxima de 3 minutos. Podcast é um conteúdo em áudio, disponibilizado através de um arquivo ou streaming, que conta com a vantagem de ser escutado sob demanda, quando o usuário desejar.

DESCRIÇÃO E ESTRATÉGIAS: Pode ser ouvido

em diversos dispositivos, o que ajudou na sua popularização, e costuma abordar um assunto específico para construir uma audiência fiel.

A produção e uso representam uma oportunidade de aproveitar recursos que temos nas mãos para dar mais sentido às aulas por intermédio da gravação e audição, dando voz aos alunos e permitindo que desenvolvam seu protagonismo, dando sentido à aprendizagem e tornando-a mais efetiva.

AVALIAÇÃO: Três pontos em cada disciplina.

TÍTULO: PROJETO ITINERÁRIO DE VIDA

ETAPA: 1º e 2º bimestre

PERÍODO: De março a julho

DISCIPLINAS: Português

PROFESSORES: Alberth e Maiara

PÚBLICO ALVO: Estudantes do 8º ano.

JUSTIFICATIVA: Aprendizagem ativa de valores, competências para o estudante encontrar relevância, sentido e propósito no seu processo de aprendizagem e interação dentro de suas vivências, reflexões e visão de mundo.

OBJETIVOS: Desenvolvimento de competências socioemocionais que permitam que os alunos construam sua própria trajetória profissional, acadêmica e pessoal com autonomia.

DESCRIÇÃO E ESTRATÉGIAS: Auxiliarem os estudantes a decidir o que querem e onde querem chegar, estimular o autoconhecimento e o desenvolvimento de competências interpessoais a atuações profissionais; Produções de itinerário de vida com gráficos indicando planos objetivos, cenário 3 as ações que os estudantes precisam colocar em prática para realizar seus sonhos.

AVALIAÇÃO: Correção ortográfica obedecendo às convenções da língua escrita; pontuação adequada; apresentação de objetivos, informações e dados por meio de infográficos de forma sintética e atrativa.

XII - ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

O Projeto Político Pedagógico do CEF 14 de Ceilândia é constantemente avaliado e atualizado pela Comissão Organizadora. Para tanto, será usada a Semana Pedagógica, que acontece no início de todo ano letivo, sendo um espaço privilegiado para que os professores e demais profissionais da Educação possam conhecer, realizar apontamentos, sugestões, acréscimos e supressões no Projeto Político Pedagógico.

Nos últimos anos a Secretaria de Educação do Distrito Federal, por meio da SUBEB e UNIEB's têm disponibilizado material de apoio específico para esse fim.

No decorrer do ano, temos os Dias Letivos Temáticos para que os demais segmentos da comunidade escolar também possam avaliar o documento, bem como outros momentos de reuniões com a Comunidade Escolar.

O Conselho de Classe participativo também é outro momento no qual os objetivos e metas de aprendizagem devem ser avaliados.

O fortalecimento e atuação do Conselho Escolar pode ajudar a tornar o Projeto Político Pedagógico da Escola uma realidade, bem como o desenvolvimento de práticas mais efetivas de Avaliação Institucional.

XIII - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMMANN, *Safira Bezerra. Os Incansáveis: Movimento Popular de Brasília - Caderno Práxis. Vol. IV. 5ª Ed. São Paulo. Cortez, 1997.*

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. Ministério da Educação. INEP. Brasília, 2006. Disponível em: <http://idebescola.inep.gov.br/ideb/escola/dadosEscola/53007352>.

_____. Lei nº 9.394/1996. Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

DISTRITO FEDERAL-. *Pesquisa por Amostra de Domicílios - Ceilândia*, SEPLAG/ CODEPLAN. Brasília, 2015.

_____. SEEDF. *Regimento Escolar da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal*. Brasília - DF, 2015.

_____. SEEDF. *Diretrizes de Avaliação Educacional*. Aprendizagem, Institucional e em Larga Escala: 2014/2016. SEEDF. Brasília, 2014.

_____. SEEDF. *Orientações Pedagógicas para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena na Rede Pública de Ensino do DF* (artigo 26-a da LDB). Brasília: SEEDF. Subsecretaria de Educação Básica/Coordenação de Educação em Diversidade, 2012.

_____. *Lei 4.751 de 07 de fevereiro de 2012*. Dispõe sobre Gestão Democrática nas escolas da rede pública de ensino do Distrito Federal. Brasília, 2012.

_____. *Currículo em Movimento da Educação Básica: Pressupostos Teóricos*. SEEDF. Brasília, 2014.

_____. *Currículo em Movimento da Educação Básica: Ensino Fundamental- Anos Finais*. SEEDF. Brasília, 2014.

_____. *Currículo em Movimento do Distrito Federal : Ensino Fundamental- Anos Iniciais e Anos Finais*. 2ª Edição. SEEDF. Brasília, 2018.

_____. *Projeto Político Pedagógico Professor Carlos Mota*, SEEDF. Brasília, 2012.

_____. *Diretrizes Pedagógicas para Organização Escolar do Terceiro Ciclo para As Aprendizagens*. SEEDF. Brasília, 2014.

_____. *Orientação Pedagógica*. Projeto Político - Pedagógico e Coordenação Pedagógica nas escolas. SEEDF. Brasília, 2014.

_____. *Orientação Pedagógica - Educação Especial*. SEEDF. Brasília, 2010.

_____. Programa Para avanço das Aprendizagens Escolares - PAAE. SEEDF. Brasília, 2016.

PERRENOUD. Philippe. Construir as competências desde a Escola. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

SANTOMÉ, J. T. *Globalização e interdisciplinaridade*: o currículo integrado. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

SAVIANI, D. Escola e Democracia. Edição Comemorativa. Campinas: Autores Associados, 2008.

VIGOTSKI, L. S. A construção do pensamento e da linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

VYGOTSKY, L.S. Pensamento e linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

TORO, J. B. Transformações na educação e códigos da modernidade. IN: Dois Pontos N. 27. Belo Horizonte: Pitagorás, 1996.

Reportagem: *Região administrativa do DF é o berço do rap nacional* - Distrito Federal -R7. Disponível em:
<http://noticias.r7.com/distrito-federal/noticias/regiao/administrativa-do-df-e-berço-do-rap-nacional-2012.1209.html>. Acessado em 25/06/2018 às 17:32.

ANEXOS

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL
Diretoria de Serviços e Apoio à Aprendizagem
Centro de Ensino Fundamental 14 de Ceilândia

PLANO DE CONVIVÊNCIA ESCOLAR E CULTURA DE PAZ 2023

1. Dimensão e categorias

Ao se propor um ambiente escolar para a promoção da Cultura de Paz e de convivências respeitadas, possibilita-se que a escola cumpra a sua função fundamental: promover aprendizagens as quais devem estar em consonância com as demandas pessoais e coletivas, de forma a fortalecer os/as estudantes como sujeitos de direitos que pensam, criticam, refletem, agem coletivamente, para entender, compreender e experimentar o mundo, desenvolver-se (NOLETO, 2008). Assim, a educação para a Cultura da Paz propõe mudanças inspiradas em valores como justiça social, diversidade, respeito e solidariedade, aliadas às ações fundamentadas na educação, saúde, cultura, esporte, participação cidadã e melhoria da qualidade de vida no território de responsabilidade compartilhada entre educação e diversos setores da sociedade (BRASIL, 2015a). Nesse contexto, a implementação de uma proposta pautada na perspectiva da Educação em e para os Direitos Humanos e Cultura de Paz parte da premissa do trabalho em rede, o que pressupõe o envolvimento e a integração de toda a comunidade escolar disposta a dialogar, horizontalmente, com a rede de promoção e defesa dos direitos dos/as estudantes, em consonância com o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos² (PNEDH) o qual define a Educação em Direitos Humanos como: [...] um processo sistemático e multidimensional que orienta a formação do sujeito de direitos, articulando as seguintes dimensões: a) apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos e a sua relação com os contextos internacional, nacional e local; b) afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos em todos os espaços da sociedade; c) formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente nos níveis cognitivo, social, ético e político; d) desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos contextualizados; e) fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação das violações (BRASIL, 2009, p. 25). Dessa forma, os princípios da dignidade humana, da democracia participativa na educação e no ensino, da valorização das diversidades, da transformação social, da interdisciplinaridade e da sustentabilidade embasam a Educação em Direitos Humanos (BRASIL, 2013). Esses princípios são essenciais para a disseminação de ações que pautem os Direitos Humanos. Ademais, a Educação em Direitos Humanos deve ser permanente, continuada e global, atenta à mudança cultural, à

interdisciplinaridade, com base nos eixos transversais do currículo, deve ocorrer com a colaboração de educadores/as, educandos/as e diferentes agentes da rede de proteção. Deve igualmente abarcar questões concernentes “aos campos da educação formal, à escola, aos procedimentos pedagógicos, às agendas e instrumentos que possibilitem uma ação pedagógica conscientizadora e libertadora, voltada para o respeito e valorização da diversidade, aos conceitos de sustentabilidade e de formação da cidadania ativa” (BRASIL, 2009). Assim, as orientações e ações voltadas para a promoção da cidadania e garantia dos Direitos Humanos e Cultura de Paz pautam-se na compreensão das diversas formas de violências, violações de Direitos Humanos e suas ocorrências no campo dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais.

2. Problemas e desafios

O “Plano de convivência escolar e cultura de paz” é um projeto elaborado coletivamente pela Instituição de Ensino com o intuito de definir as estratégias sociais que guiarão as relações interpessoais, buscando uma convivência dialógica, respeitosa e justa. A construção democrática legitima a proposta, promove o protagonismo estudantil e oportuniza reflexões sobre o papel de todo/as. Esse é um documento que visa superar uma lista de regras de conduta a ser obedecida. A proposta é que seja fruto do amadurecimento da reflexão de toda a comunidade escolar sobre: Qual escola queremos para conviver em paz? Trata-se portanto de uma ação propositiva sobre quais serão os modos de lidar com todas as situações que desafiam a convivência. Para tanto, é necessário percorrer algumas etapas na construção do Plano:

1ª Análise Coletiva da Realidade: realizar um levantamento nos diversos segmentos da escola sobre o que precisamos para estar em paz na escola, sobre que elementos da convivência precisam ser repensados?

2ª Definição de Objetivos Comuns: em assembleia escolar com a participação de todos os segmentos, para refletir sobre os aspectos listados e deixar claras as prioridades e intenções comuns. É muito importante que a conversa seja guiada para o que une, fortalecendo e criando laços.

3ª Co-Criação da Realidade: abertura para sugestões de ações que podem ser realizadas com vistas à superação das situações, dos desafios (regras, processos, espaços, projetos etc) e estratégias para o alcance dos objetivos comuns.

4ª Estabelecimento de Compromissos Compartilhados: a partir das ações elencadas na etapa 3, realizar o detalhamento das atividades e das responsabilidades de cada pessoa envolvida, deixando acordados os compromissos de todos os segmentos para a transformação da convivência.

5ª Monitoramento Conjunto: definir momentos e/ou critérios para avaliar se as ações foram suficientes para a transformação da convivência, ajustar o roteiro das ações se não tiverem sido realizadas.

Para ilustrar esse processo, pode-se tomar como referência o intervalo como uma situação desafiadora para estabelecer uma boa convivência por ser o momento em que ocorrem muitos acidentes, conflitos e brigas. Na etapa de definição de objetivos comuns, observa-se que o que todos (as) desejam é que seja um momento de diversão e descontração na escola e sem situações de violência. Segue-se para a co-criação da realidade, a partir do levantamento das possibilidades de fazer recreio orientado com diversas brincadeiras populares sendo direcionadas por um grupo a cada dia, de estabelecer estudantes mediadores para serem agentes da paz em situações de conflitos, estabelecer cronograma para uso da quadra por turma, criação de uma programação de recreio cultural, revitalização e ampliação dos brinquedos do parque, implantação de jogos e atividades cooperativas etc. A partir das sugestões, a comunidade estabelece os compromissos de ação, quanto maior o engajamento e participação, mais ações podem ser realizadas. Por fim, se estabelece quando será a próxima assembleia de avaliação do desenvolvimento do Plano. A análise conjunta da realidade possibilita a diminuição das tensões geradas por conflitos oriundos pela presença de diferentes culturas, visões de mundo e regras de costumes familiares, pois favorece um escuta empática sobre a necessidade do/a outro/a. A definição de objetivos comuns e co-criação da realidade estimulam a criação e fortalecimento de laços, pois todos se percebem com potencial para contribuir para o bem-estar dos demais. Os compromissos compartilhados auxiliam no engajamento de toda a comunidade escolar que passa a conhecer melhor seus direitos e também assumir responsabilidades. Por fim, o espaço de monitoramento reforça a convivência da comunidade como espaço para celebrar as realizações e para criar novas possibilidades, sempre se retroalimentando. O Plano de Convivência, preferencialmente, deve ser iniciado em sua etapa reflexiva nas primeiras semanas de aula. Como parte do processo, é importante que todos conheçam e reflitam sobre o papel da escola, direitos e deveres bem como sobre o disposto no Regimento Escolar da Rede Pública de Ensino do DF. A participação de toda a comunidade escolar pode resultar em um pacto robusto e democrático capaz de promover uma boa convivência. Ao envolver todos os segmentos, é possível delinear os direitos e responsabilidades de cada um/a. Por exemplo, é possível discutir o papel da família, do Grêmio Estudantil e do Batalhão Escolar como parte das estratégias de promoção de atitudes positivas estarem presentes nas relações. O cumprimento de regras, sem a compreensão dos motivos da existência delas, pode configurar-se como uma postura impositiva, o que torna as medidas disciplinares aplicadas diante da transgressão dessas regras algo meramente autoritário e sem legitimidade. Desse modo, o Plano de Convivência é um recurso que amplia a percepção de responsabilidades e de convivência. diferentes necessidades.

3. Identificando e prevenindo as violências

O Estatuto da criança e do adolescente estabelece que a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento

físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. Essa normativa considera: criança a pessoa até doze anos de idade incompletos e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade (BRASIL,1990).

O Conselho Tutelar é o órgão integrante da administração pública composto por membros – conselheiros/as tutelares - os quais são responsáveis por zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do/da adolescente previstos no ECA. O Distrito Federal conta com 40 Conselhos Tutelares distribuídos em todas as Regiões Administrativas. Cada unidade tem cinco conselheiros/as eleitos/as pela comunidade e uma equipe administrativa para atender às demandas da população. Atualmente, os conselhos são vinculados administrativamente à Secretaria de Justiça e Cidadania (Sejus-DF), que é responsável pelas políticas voltadas à infância e à adolescência. No entanto, o Conselho Tutelar tem

A segunda parte do Caderno “Convivência Escolar e Cultura de Paz” tem como proposição cuidar das relações e da convivência escolar. Serão apresentadas algumas estratégias que visam a uma educação para o ser e o conviver como caminho para a construção de uma Cultura de Paz na escola.

CATEGORIAS DE CONTEÚDOS: ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS

É importante destacar que todas as estratégias elencadas partem do pressuposto de que todo modelo de convivência é determinado por valores, formas de organização, sistemas de relação, modo de resposta aos conflitos, normas para enfrentar a violência, maneira de expressar sentimentos, expectativas sociais e educativas (JARES, 2002). Pressupõe-se, portanto, uma escola comprometida com uma forma de convivência que rejeite a violência e eduque para a paz, desenvolvendo um planejamento consistente com ações cotidianas voltadas para três grandes categorias de conteúdos: Conteúdos de natureza humana: o direito à vida e ao desejo de viver, à dignidade, à felicidade, à esperança... Conteúdos de relação: ternura, respeito, não-violência, aceitação da diversidade e rejeição a qualquer forma de discriminação, solidariedade, igualdade... Conteúdos de cidadania: justiça social e desenvolvimento, laicismo, Estado de Direito, direitos humanos... (JARES, 2002, p. 29) Essas três categorias de conteúdos - natureza humana, relação e cidadania - devem compor o itinerário pedagógico para promover aprendizagem e desenvolvimento humano em e para Cultura de Paz de forma consistente e integrada na Proposta Pedagógica das escolas. Os formatos de organização da sala de aula e da instituição, o estilo de gestão e uso da autoridade, o modelo de relação/a professor/a/a-estudante, as estruturas de participação, a avaliação e os protocolos disciplinares e encaminhamentos das situações de violências e violações de direito determinam o modelo de convivência. Os ritos vivenciados no cotidiano escolar precisam ser mais educativos que os momentos informativos pontuais. Assim, o que se afirma é que educar para a paz significa um aprendizado vivencial que exige análise, revisão e adequação dos tempos e espaços da escola de modo geral, além do compromisso e da coerência pedagógica. Antes de sinalizar possíveis estratégias para cada categoria, é importante destacar que, neste capítulo, o foco está em estratégias para o fortalecimento de elementos agregadores da convivência, contudo reconhece-se que há elementos desagregadores e situações de violências e violações de direitos. Nesses casos, é essencial realizar protocolos que cessem a violência e

busquem restaurar danos e restaurar laços de convivência. Para o cessar da violência e a restauração de seus danos, no contexto escolar, encontram-se listados no Capítulo III, por meio de perguntas e respostas, alguns encaminhamentos e medidas educativas. Natureza Humana no Aprender a Conviver Nesta categoria o foco das ações está na promoção de espaços de aprendizagem e desenvolvimento humano de autoconhecimento, de autoestima, de expressão, de corporalidade, de valorização a vida. O eixo central da abordagem desses aspectos está na convivência positiva que se inicia em cada sujeito a partir do sentido de bem-estar, prazer e pertencimento. Eis algumas possibilidades de ações e projetos a serem desenvolvidos na escola com o objetivo de promover a convivência positiva, a partir do reconhecimento da natureza humana: realização de atividades com objetivo de que os/as estudantes elaborem seu projeto de vida, desenvolvam a autoestima, a educação emocional, por meio de meditação, de grupos de teatro ou dança, de recreio cultural, de equipes de desporto e terapia comunitária. Relações no Aprender a Conviver. Trata-se de trazer as ações, os projetos e protocolos para o planejamento e cotidiano escolar que permitam a aprendizagem e o desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes para estar com o/a outro/a como um legítimo/a outro/a, a partir do fortalecimento de laços e parcerias, da aceitação das diversidades e de resposta positiva aos conflitos. Nessa perspectiva, é importante criar em sala de aula e em diferentes contextos da escola, espaços e tempos que favoreçam o encontro e o diálogo entre os diversos sujeitos da comunidade escolar, como atividades e jogos cooperativos, que apresentem na composição de suas regras valores como o respeito, a generosidade, a solidariedade, a coletividade, a alteridade, o pertencimento, a igualdade; projetos e trabalhos em grupos; rodas de conversa; círculos empáticos e comunicação não-violenta; mediação de conflitos - estratégia pedagógica para a desnaturalização das violências e transformação do conflito em espaço de aprendizagem e autonomia do sujeito; estruturação de núcleo de mediação; cine debate/cine clube com temáticas que provoquem reflexão sobre o respeito às diferenças e às diversidades; seminários; pesquisas; fóruns presenciais ou virtuais; projetos pedagógicos interdisciplinares e de cunho pedagógico-cultural. Cidadania no Aprender a Conviver. O objetivo de aprendizagem e desenvolvimento das ações educativas dessa categoria é fomentar a convivência que favoreça a inclusão e participação social. Algumas atividades potencializadoras da aprendizagem requerem a participação estudantil: fomentar instâncias como conselho de representante de turmas, conselho de classe participativo, assembleias, conselho escolar, comissões, grêmios estudantis possibilitando a ampla participação nas decisões por todos os segmentos da escola. Assim como construção participativa das regras da escola; Implementação das Diretrizes Nacionais em Educação em Direitos Humanos (BRASIL, 2013) na organização do trabalho pedagógico desde sua concepção, planejamento, execução e avaliação nos espaços da gestão da escola, da coordenação, no planejamento de aula, nos conselhos de classe, dentre outros; articulação junto à comunidade externa da escola para abertura do espaço escolar visando à realização de projetos pedagógicos que promovam pesquisa e desenvolvimento humano, o acesso aos serviços públicos essenciais, inclusive à rede de proteção e assistência social do Estado; o favorecimento de reflexões que gerem engajamento de toda comunidade escolar com vista à superação das violências estruturais em prol de justiça social.

1. Quais iniciativas contribuem com uma educação para a Cultura de Paz?

Algumas medidas podem ser adotadas com o intuito de fomentar a Cultura de Paz nas escolas, como:

- Atuação em rede para ações de proteção integral à criança e ao/à adolescente e de respeito aos direitos humanos, inclusive, em nível regional, para fortalecer a articulação da escola com a comunidade e a rede.
- Implementação de ações de prevenção, monitoramento e execução de protocolos e cumprimento de fluxos.
- Planejamento, desenvolvimento e avaliação de ações e projetos pedagógicos voltados à convivência escolar e combate a todas as formas de violência.
- Promoção de estratégias de resolução não-violenta dos conflitos na convivência escolar.
- Ampliação e promoção de espaços participativos e democráticos.
- Apoio e estímulo à liberdade de expressão dos/as estudantes, considerando liberdades fundamentais.
- Desenvolvimento de projetos de mediação de conflito em contexto escolar, que gerem a aprendizagem e desenvolvimento de habilidades e competências para o diálogo, negociação, formação de consenso, solução não-violenta de conflitos e restauração de laços sociais.
- A rejeição e enfrentamento não-violento e educativo a todas as formas de discriminação e intolerância às diversidades.
- A promoção do respeito, compreensão, solidariedade, generosidade, cooperação como valores de convivência.

2. Como agir diante de manifestações de racismo ou injúria racial na escola?

O racismo e seus desdobramentos, presentes na sociedade, habitam também o ambiente escolar reproduzindo-se por ação ou omissão. Ciente disso, a escola deve não apenas adotar medidas de prevenção e combate ao preconceito e à discriminação racial, como precisa estar sempre atenta às manifestações diárias de cunho racista no sentido de intervir, mediar e, portanto, nunca ignorar. Importante considerar ainda que se trata de situações sobre as quais podem incidir responsabilidade penal ao serem tipificados como crime de racismo ou injúria racial.

3. Como enfrentar o bullying? Além do cuidado em sempre intervir e mediar, de forma imediata e efetiva, promovendo reflexões, algumas iniciativas podem contribuir, significativamente, para o combate à intimidação sistemática (bullying) e demais situações de violência no ambiente escolar. Nesse sentido propõe-se:

- Incluir na Proposta Pedagógica projetos específicos, individuais ou interdisciplinares, de combate ao preconceito e processos discriminatórios, com educação de valores, habilidades sociais e socioemocionais.

- Criar mecanismos de envolvimento das famílias e responsáveis legais dos alunos na conscientização, prevenção e combate à violência.

- Organizar conselhos ou grupos compostos por profissionais da educação, alunos, famílias e responsáveis, com vistas à realização de seminários, palestras e debates, à distribuição de material didático especializado e à concretização de ações de integração de toda a comunidade escolar na prevenção e no combate à violência. Promover o protagonismo estudantil.

- Articular ações junto ao Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem, à Orientação Educacional, à Coordenação e Supervisão.

- Envolver a comunidade na elaboração da Proposta Pedagógica e nas decisões de um modo geral.

- Identificar, prevenir e transformar situações de conflito no ambiente escolar, por meio da ação conjunta na busca de soluções coletivas e democráticas.

- Construir, coletivamente, o Plano de Convivência Escolar destacando ações necessárias para o enfrentamento ao bullying. É importante destacar que bullying é um fenômeno de violência bem específico que se caracteriza pela intimidação e humilhação sistemática e contínua entre pares, assim, quando um caso é identificado, é necessária atenção às pessoas envolvidas: à vítima que passou por um período de violência e sofrimento, ao/à agressor/a que, de alguma forma vê a violência como um recurso, e às pessoas que acompanharam como espectadoras as situações de bullying sem fazer interferências.

✓ Como proceder ao receber estudantes estrangeiros (imigrantes ou refugiados) na escola? O

aumento da matrícula de estudantes imigrantes e refugiados representa um desafio para as unidades escolares. Além da língua, outras dificuldades podem surgir em razão das diferenças culturais. A escola deve adotar ações visando prevenir que esses/as estudantes sejam alvo de preconceito, intimidação sistemática (bullying) e processos discriminatórios. O atendimento e acolhimento aos/às estudantes imigrantes ou refugiados/as deve pautar-se no respeito às suas especificidades sem preconceito e/ou qualquer forma de discriminação garantindo-lhes o respeito às particularidades culturais, regionais, religiosas, étnicas e raciais. Eles devem ser recebidos/as no ambiente escolar de forma acolhedora, propiciando o estabelecimento de vínculos sociais de modo a se sentirem pertencentes à comunidade escolar. Além disso, é importante viabilizar a socialização, a integração à cultura brasileira e a adaptação curricular (quando couber). Nesse processo, a Língua Portuguesa deve ser considerada língua de acolhimento. Significa dizer que o/a estudante não deve ser compelido a absorver a cultura brasileira, mas, ao contrário, o objetivo é conhecê-la para a inserção social e garantia de direitos, sem que para isso tenha que esquecer a sua língua e cultura maternas. Ao receber um/a estudante na condição de imigrante ou refugiado/a, a UE deve efetivar a matrícula sem

estabelecer barreiras, adotar ações de acolhimento e atendimento de modo a garantir o direito à educação e comunicar o caso à Subsecretaria de Educação Básica da SEEDF.

✓ Como acolher estudantes indígenas? Os/as estudantes indígenas devem ser recebidos/as no ambiente escolar de forma acolhedora, garantindo-lhes a preservação e fortalecimento dos seus costumes, formas próprias de organização social, dos seus valores simbólicos, tradições, conhecimentos e processos de constituição de saberes e de transmissão cultural; afirmação de suas identidades étnicas; recuperação das suas memórias; protagonismo histórico e valorização das suas línguas, observando as especificidades de cada povo. A UE deve considerar o dia 20 de abril como data a ser marcada, no calendário escolar como uma oportunidade de relembrar as lutas e conquistas indígenas, de modo a valorizar suas referências étnicas e culturais, a fim de estabelecer um contraponto ao dia 19 de abril, normalmente marcado por uma visão folclorizada e estereotipada assumida acerca da temática. Além disso, é fundamental contemplar na Proposta Pedagógica a História e Cultura Indígena, o protagonismo dos Povos Indígenas, seus direitos como povos originários e o reconhecimento da pluralidade étnica e cultural desses povos com o intuito de promover a valorização da diversidade e o combate ao preconceito étnico e cultural. Os/as estudantes indígenas que não têm a língua portuguesa como primeira língua poderão ter atendimento de educador social voluntário (ESV) ou afim, para acompanhamento pedagógico. É expressamente proibido, em qualquer Unidade Escolar da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, negar matrícula em virtude da falta de documentação. (Portaria SEEDF N° 279/2018).

✓ Como acolher estudantes ciganos/as? O acolhimento de estudantes ciganos/as nas UEs deve considerar as especificidades étnicas e culturais respeitando os modos de ser e de viver desse grupo social, garantindo-se a liberdade de consciência e de crença. É importante lembrar que algumas etnias ciganas encontram-se em situação de itinerância. Estudantes nessa situação deverão ter garantido o direito à matrícula em escola pública sem qualquer forma de impedimento. Sugere-se a realização de estudos e rodas de conversa, bem como a inclusão de aspectos culturais dos povos ciganos nas ações pedagógicas e festividades das escolas que atendem estudantes ciganos/as.

✓ Como acolher estudantes em situação de itinerância? As unidades escolares devem assegurar a matrícula de estudante em situação de itinerância sem a imposição de qualquer forma de embarço ou constrangimento. O ingresso desses/as estudantes pode ocorrer a qualquer tempo, sendo que o controle de frequência se fará a partir da data efetiva da matrícula. Não se devem negar vagas em virtude de falta de documentação. Nesses casos, caberá à SEEDF, em um regime de cooperação, fazer gestão junto aos órgãos responsáveis viabilizando a regularização da documentação do/a estudante. O/a estudante deve ser matriculado/a com as informações fornecidas pelo/a interessado/a ou pelo/a responsável. Estudantes que não apresentarem comprovante de residência terão garantido o direito à matrícula sem qualquer exigência quanto ao tempo de permanência ou de residência numa determinada localidade. Caso o/a estudante itinerante não

disponha, no ato da matrícula, de Histórico Escolar ou Declaração de Escolaridade da instituição de origem, memorial e/ou relatório da instituição de educação anterior, deverá ser inserido/a no ano correspondente mediante diagnóstico de suas necessidades de aprendizagem. As estratégias pedagógicas devem adequar-se às suas necessidades de aprendizagem e os materiais didáticos adotados devem considerar a realidade cultural, social e profissional do/a estudante e da família. A instituição deverá oferecer apoio pedagógico no processo de enturmação, socialização e acompanhamento bem como garantir atividades complementares para assegurar as condições necessárias e suficientes para a aprendizagem. Devem-se ainda realizar avaliações de estudantes em situação de itinerância mensurando o aproveitamento destes com menção de notas ou parecer descritivo (quando couber), visando à expedição imediata de transferência de forma a garantir a permanência do/a estudante no sistema de ensino. (Resolução MEC/CNE/CEB nº 03/2012)

✓ .Como acolher estudantes quilombolas? Embora a Secretaria de Estado de Educação não ofereça a modalidade “Educação Escolar Quilombola”, o debate sobre a questão quilombola deve estar presente, transversalmente, na Proposta Pedagógica da UE, como parte das ações de valorização da História e Cultura Africana e Afro-brasileira e Indígena (Artigo 26A da LDB), principalmente em escolas com estudantes quilombolas que vivem no DF ou Entorno. O atendimento aos/as estudantes quilombolas no ensino regular da Educação Básica requer o respeito às especificidades étnico-raciais e culturais desse grupo social, elaboração de recursos didáticos apropriados (que valorizem a história e cultura africana e afro-brasileira e que sejam livres de estereótipos e representações sociais negativas sobre os quilombolas e a população negra no Brasil), devem observar os princípios constitucionais, a Base Nacional Comum Curricular e os princípios que orientam a Educação Básica Brasileira e deve ser oferecida nas escolas quilombolas e naquelas escolas que recebem estudantes quilombolas fora de suas comunidades de origem.

✓ Como atender estudantes em situação de acolhimento institucional? O atendimento a estudantes em Acolhimento Institucional deve visar ao desenvolvimento integral, o estabelecimento de vínculos sociais e comunitários, o exercício da cidadania e a inserção no mundo do trabalho. Deve-se ainda promover o respeito às diferenças e a não discriminação; o fortalecimento da articulação com demais integrantes do SGD/Rede de proteção; a construção de projeto de vida com a participação do/a estudante como agente construtor de seu processo de desenvolvimento, reforçando suas potencialidades e respeitando suas limitações; o acompanhamento familiar das atividades propostas pela UE, salvo com restrições judiciais. Em casos de ausência ou omissão destes, a UE deve ter o cuidado de não realizar atividades que possam constranger o/a estudante, tais como Dia das Mães, Dia dos Pais, Dia dos Avós. Como sugestão, poderão ser realizadas ações que desenvolvam a autoestima e o sentimento de pertencimento à comunidade escolar. As UEs deverão contemplar em sua Proposta Pedagógica, na perspectiva da educação em e para direitos humanos, atividades que promovam a esses sujeitos à melhoria de sua convivência e o fortalecimento dos vínculos com a escola e a comunidade, a partir de metodologias pautadas no diálogo, na promoção e defesa dos direitos fundamentais, na valorização da diversidade e na participação efetiva da

comunidade na escola. Se o/a estudante apresentar dificuldades de aprendizagem e ou socialização no ambiente escolar, uma equipe pedagógica formada por profissionais da educação da UE de matrícula do/a estudante deverá, a partir de uma avaliação pedagógica e psicossocial, elaborar um Plano de Atendimento Individualizado. Regularmente, os/as profissionais das instituições de acolhimento e/ ou da Assistência Social deverão ser convidados/as a participar de reuniões para articulação e planejamento de ações conjuntas. É proibido negar matrícula ou transferir o/a estudante em virtude de problemas de adaptação, aprendizagem ou indisciplina, salvo se for por solicitação do/a próprio/a estudante ou da instituição. (Portaria SEEDF nº 46/2013).

✓ Como acolher pessoas em situação de rua (estudantes POPrua)? Segundo orientam as

Diretrizes Operacionais e Pedagógicas para a Escolarização da População em Situação de Rua (PEPOP) 2018 - 2023, as unidades escolares que atendem e acolhem pessoas em situação de rua (POPRua) devem:

- Cuidar para que o processo de reinserção e permanência seja acolhedor e livre de preconceitos e discriminações, pautado na Educação em e para os Direitos Humanos, Cidadania e Educação para Diversidade.

- Disponibilizar espaço para a guarda segura de objetos pessoais dos/as estudantes Pop Rua.

- Desenvolver projetos voltados à sensibilização da comunidade escolar.

- Disponibilizar produtos de higiene, bem como espaço adequado para banhos e demais práticas ligadas à higienização pessoal.

- Considerar as especificidades das mulheres que se encontram em situação de rua.

- Ofertar alimentação escolar que atenda às necessidades nutricionais dos/as estudantes.

- Encaminhar, sempre que couber, os/as estudantes Pop Rua às Escolas Técnicas para oferta de Educação/a profissional.

- Encaminhar os/as estudantes, sempre que couber, a atendimentos em outras Secretarias de Estado e órgãos do Distrito Federal, bem como estabelecer diálogo com Organizações Não Governamentais (ONGs) e movimentos sociais.

- Considerar suas experiências anteriores, exigindo que os/as profissionais da educação jamais ignorem ou menosprezem os saberes dessas pessoas que devem ser vistas como detentoras de conhecimentos e, sobretudo, como sujeitos capazes de aprender, desenvolver-se e ensinar. O atendimento da Pop Rua prevê ainda a adaptação na organização dos tempos, ritmos e espaços escolares, a formação dos/as profissionais da educação envolvidos para a adequada mediação pedagógica, a (re)organização curricular, a construção coletiva de procedimentos e rotinas comuns e individuais, na aquisição de materiais pedagógicos, dentre outros. É crucial lembrar que a falta de documentos, inclusive o histórico escolar, não será impedimento para efetivação da matrícula na UE. Nesse caso, a UE deverá promover exame de classificação visando incluir o estudante em ano/segmento, turma adequada.

✓ O que fazer diante da solicitação de uso do Nome Social? O uso do Nome Social de estudantes trans em documentos escolares internos e o reconhecimento da sua identidade de gênero nas dependências das Unidades Escolares (UEs) atende aos pressupostos de uma educação em a para os Direitos Humanos e diversidade tendo como norte o respeito à pluralidade e à dignidade humana visando à inclusão social integral de todos/as. Recomenda-se a adoção dos seguintes procedimentos para utilização do Nome Social no âmbito das UEs:

a) A Equipe Gestora das UEs, por meio do Secretário Escolar, deve informar ao/à responsável do/a estudante trans, quando menor de idade, ou ao próprio/a estudante trans, quando maior de idade, sobre a necessidade do preenchimento do campo NOME SOCIAL na ficha de matrícula. Esse campo deve ser preenchido exclusivamente para atender a estudantes trans da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.

b) O/a estudante trans maior de 18 (dezoito) anos deverá manifestar o desejo, por escrito, de inclusão do seu Nome Social pela UE no ato da matrícula ou a qualquer momento no decorrer do ano letivo. Para estudantes trans que não atingiram a maioridade legal, a inclusão do Nome Social poderá ser feita mediante autorização, por escrito, da mãe, pai ou responsável legal, no ato da matrícula ou a qualquer momento no decorrer do ano letivo. c) O campo NOME SOCIAL deve ser preenchido pelo/pela secretário/a Escolar com nome que apresente gênero (masculino ou feminino) diferente daquele do registro do nome civil. Esse campo destina-se, exclusivamente, ao registro do Nome Social, não se admitindo preenchê-los com outros dados. Nesse sentido, não devem ser registrados ou considerados o preenchimento desse campo com RG, CPF, endereço, apelidos, repetição do nome civil que porventura sejam informados.

Com vistas ao atendimento das recomendações legais, a Equipe Gestora deve buscar o diálogo e a promoção de ações junto aos/as professores/as, pedagogo/a-orientadores/as educacionais e demais integrantes da comunidade escolar que reverberam no reconhecimento e no respeito à identidade dos/as estudantes trans.

✓ Como a escola deve acolher um estudante em cumprimento de medidas socioeducativas de liberdade assistida, semiliberdade ou em prestação de serviços à comunidade? É imprescindível que o/a estudante em cumprimento de medida socioeducativa sinta-se acolhido/a e que a escola consiga estabelecer uma relação de confiança. Para isso, os primeiros passos consistem em apresentar a escola e a equipe de profissionais ao/à estudante e dialogar sobre as normas do ambiente escolar. Em seguida, uma equipe pedagógica nomeada pelo/a Diretor/a, composta por no mínimo três pessoas e da qual o Orientador/a Educacional deve fazer parte sempre que possível, deverá avaliar o adolescente e propor um percurso pedagógico específico e pactuado com o/a estudante tanto na dimensão ética quanto na didática. O atendimento desses/as estudantes deve pautar-se em respeito e preocupação em garantir atendimento livre de qualquer forma de julgamento moral, preconceito ou discriminação. Esses/as estudantes necessariamente devem estar vinculados a Unidades de Atendimento em Meio Aberto (UAMA) ou na Unidade de

Semiliberdade (USL) com a qual a escola deverá estabelecer contatos constantes no sentido de viabilizar o acompanhamento realizado pela Unidade.

✓ O/a estudante que estiver em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida, semiliberdade ou prestando serviços à comunidade pode ser identificado na escola? Os/as profissionais da educação devem manter o compromisso de guardar sigilo referente aos/às estudantes em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida, semiliberdade ou prestação serviços à comunidade. As informações devem ser prestadas unicamente aos/às profissionais para os quais tais dados sejam indispensáveis. A emissão de mensagens orais e escritas que viole esse sigilo é contrária à postura ética do/a profissional da educação. Para tanto, devem ser observados o ECA, as Diretrizes Pedagógicas Escolarização na Socioeducação (SEEDF, 2014) e Portarias Específicas que estabelecem rotinas e fluxos para a oferta de escolarização aos/às adolescentes/jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, normatizem procedimentos que garantam: avaliação pedagógica diagnóstica; matrícula na rede pública de ensino, tanto ao ingressar na unidade como ao retornar para a escola regular e a garantia do sigilo de sua condição de cumprimento de medida socioeducativa em toda documentação escolar.

✓ O que fazer se um estudante que estiver cumprindo medida socioeducativa se recusar a acatar as normas escolares ou se mostrar infrequente/evadido? Em casos de ausências reiteradas às aulas, descumprimento graves do contrato ético-didático ou recusa em acatar as normas escolares pelo/a estudante que estiver cumprindo medida socioeducativa, orienta-se que, após diálogo com o/a estudante, com pessoas da família e promoção de intervenções pedagógicas pertinentes, o caso seja levado a Unidades de Atendimento em Meio Aberto (UAMA) ou na Unidade de Semiliberdade (USL) à qual se encontra vinculado, conforme o caso.

✓ Como proceder ao verificar faltas reiteradas de estudantes? Segundo o disposto na Portaria N° 33, de 12 de fevereiro de 2020, diante de casos de ausências consecutivas de estudantes nas aulas, o/a professor/a regente, mediante controle da frequência e registros da vida escolar dos/as estudantes registrados no Diário de Classe, deverá encaminhar o fato ao/à Secretário/a Escolar, ao Coordenador Pedagógico ou Supervisor, ou a outro servidor designado pela Equipe Gestora. O/a professor/a regente deverá ainda disponibilizar ao/à estudante infrequente o conteúdo das aulas perdidas por meio de Atividades Complementares Compensatórias de Infrequência assegurando tempos e espaços de reposição dos conteúdos curriculares ao longo do ano letivo. A comunicação interna sobre os estudantes infrequentes, entre professores/as regentes, coordenação pedagógica e equipe gestora das UEs, deve ser semanal e/ou mensal, de acordo com as ocorrências. Será considerado abandono de estudo, quando o/a estudante obtiver um número de faltas consecutivas superior a 25% (vinte e cinco por cento) e não retornar à unidade escolar até o final do ano/semestre letivo. A evasão ocorre quando um indivíduo regularmente matriculado no início de ano letivo não matricula-se no ano seguinte, independente da situação de conclusão do ano de matrícula,

podendo ter sido aprovado, reprovado ou abandonado. É fundamental que a Equipe gestora adote mecanismos adicionais de monitoramento sistemático da frequência associado a instrumentos de acompanhamento do processo de construção das aprendizagens e desenvolvimento dos estudantes buscando prevenir a reincidência de faltas sem justificativas. Após procedimentos de diagnóstico é fundamental encaminhar os casos para a Orientação Educacional, com vistas a providências pedagógicas e possíveis articulações em rede. Cabe à Equipe Gestora convocar os/as responsáveis pelo/a estudante para reunião na qual será assinado um Termo de Compromisso, conforme disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, entre a unidade escolar e os responsáveis pelo estudante. Se os casos de infrequência se repetirem após assinatura de Termo de Compromisso, a Equipe Gestora deverá encaminhar o caso ao Conselho Tutelar e à Coordenação Regional de Ensino – CRE, anexando os registros anteriores e acompanhando as ações subsequentes. Em casos elevados de repetência ou de reiteração de faltas injustificadas (três faltas consecutivas ou cinco intercaladas), uma vez esgotados os recursos escolares e possibilidades de contato com a família, a equipe gestora deve notificar ao Conselho Tutelar.

✓ Diante de situações que apontem para o insucesso escolar, qual o procedimento? Adotar mecanismos de avaliação continuada e acompanhamento dos avanços das aprendizagens com intuito de mapear os percursos de aprendizagem já percorridos pelos/as estudantes, bem como visando identificar, precocemente, situações que pedem ações interventivas e atendimento individualizado. Tais iniciativas devem ser muito bem planejadas e seus resultados avaliados no intuito de aprimorar ou redesenhar as estratégias adotadas. Para isso, é imprescindível que a escola organize o trabalho pedagógico em função das potencialidades e necessidades dos/as estudantes adotando as seguintes estratégias: Reagrupamentos Interclasse e Intraclasse, Projeto Interventivo, Elaboração de portfólio, Formulação de Contrato Didático, Utilização de Atividades Diversificadas, Organização de Oficinas e/ou Roda de Conversa, Brincadeiras e Jogos Temáticos e Metodologias ativas.

✓ O que fazer em caso de descumprimento das regras escolares? Em caso de inobservância das regras escolares ou descumprimento do Plano de Convivência, recomenda-se adotar as seguintes medidas educativas, que podem ser aplicadas simultânea ou gradativamente de acordo com o caso: a. Promover diálogos que contribuam com a identificação do cerne da questão. b. Adotar intervenções pedagógicas como a mediação de conflitos e demais instrumentos necessários a uma boa convivência escolar apresentados na parte II. c. Revisitar o Plano de Convivência e refletir sobre o que foi pactuado. Envolver a família nesse processo, buscando não provocar conflitos. Adotar as medidas previstas no Regimento Escolar. A aplicação dessas medidas deverá ocorrer num contexto de intervenção pedagógica, garantindo-se o contraditório e a ampla defesa, com a finalidade de envolver o estudante, profissionais e família e/ou responsáveis legais sempre em consonância com os princípios de uma Educação em e para os Direitos Humanos. É importante ainda que as medidas sejam acompanhadas de ações efetivas, diversificadas e de acompanhamento que promovam uma convivência escolar harmônica e segura. As medidas aplicadas ao/à estudante, bem como o

atendimento a ele dispensado, incluindo a efetiva escuta, versão das partes envolvidas e demais encaminhamentos são registrados em atas, assinadas pela família e/ou responsáveis legais, caso de estudante menor de idade, sendo vedado o registro no Histórico Escolar.

✓ Qual a importância de sempre registrar as ocorrências escolares? O registro das ocorrências escolares não deve ser visto como uma ferramenta meramente punitiva, mas deve ser utilizado como fonte de compreensão da forma como ocorrem os conflitos, as ações de violência e/ou de desrespeito às regras escolares, bem como qual a frequência em que ocorrem, o perfil dos/as estudantes envolvidos e quais categorias são mais frequentes. Dessa forma, os registros podem se transformar numa importante ferramenta para a compreensão de determinada realidade, possibilitando que ações de prevenção e combate a essas práticas sejam adotadas. De forma mais imediata, para cada ocorrência registrada, é importante que a escola aponte qual medida, de caráter pedagógico, foi tomada e, a longo prazo, incluir na Proposta Pedagógica, ações de prevenção e combate a tais situações. Em alguns casos, é possível ressignificar o ato, que talvez possa ser considerado inadequado pela escola pela forma como ocorreu, mas que, na realidade, não é um “problema” em si. O maior exemplo disso é o uso dos celulares nas escolas. Sendo essa uma realidade posta, é importante repensar o uso do aparelho de modo que ele deixe de ser visto como um “vilão” e passe a compor as possibilidades de inovação tecnológica no ambiente escolar. O registro de ocorrências não deve ser utilizado apenas para incluir situações em que estudantes aparecem como autores/as. É preciso assinalar também situações envolvendo servidores/as e pessoas externas à escola que merecem atenção e/ou intervenção.

✓ Que outros registros devem ser feitos? O registro das ações e rotinas da escola é uma maneira de identificar novas demandas, justificar medidas adotadas, mapear em quais frentes a escola costuma atuar com mais frequência e quais questões precisam de maior atenção. É essencial manter o registro de atendimento aos/às responsáveis, dos acordos coletivos, das ações e medidas adotadas para combater as ações de violência e/ou de desrespeito às regras escolares, atrasos e saídas antecipadas, redução ou compactação de horários, visitas recebidas como palestrantes, representantes das Coordenações Regionais de Ensino ou do Nível central etc. Esses registros não devem ser lançados de forma aleatória, mas devem fazer parte de uma lógica organizativa, com fins bem delineados a acompanhamento dos desdobramentos, quando couber.

✓ A escola é responsável pelo/a estudante durante o trajeto entre sua residência e a escola? Essa responsabilidade existe apenas se os/as estudantes estiverem em veículo oferecido pela escola ou por terceiros, em seu nome. Não há responsabilidade da UE no caso do uso de transporte próprio, público ou a pé. Contudo, incentiva-se que as UEs acionem as autoridades competentes a presença de pessoas em atitudes suspeitas que possam colocar em risco a segurança dos/s estudantes ou demais membros da comunidade escolar. A Equipe Gestora deve ainda comunicar aos órgãos competentes os casos de trajetos potencialmente

perigosos, com iluminação precária, calçadas avariadas, limpeza urbana comprometida, dentre outras dificuldades. A UE pode ainda considerar o percurso realizado da casa à escola para enriquecer atividades pedagógicas que permitirão conhecer melhor a comunidade. A ideia é utilizar o mapa mental dos/as estudantes, delineando diariamente nesse trajeto, para desenvolver a percepção da localidade, as representações que os/as estudantes têm da região além de permitir debates e ações de conscientização sobre o lugar onde vivem e/ou estudam. É possível ainda identificar, por meio do diálogo com os/as estudantes, possíveis situações ou condições que sinalizem algum tipo de ameaça à segurança.

✓ Quais são as responsabilidades da escola em relação aos/ às estudantes, quando estes/as estão em suas dependências? A escola deve garantir o acesso e a permanência do/a estudante na unidade escolar visando à qualidade social da educação primando pela sua segurança e pelo seu desenvolvimento integral, promovendo e assegurando formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecendo os meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. Proporcionar uma educação pública, gratuita e democrática, voltada à formação integral do ser humano para que possa atuar como agente de construção científica, cultural e política da sociedade, assegurando a universalização do acesso à escola e da permanência com êxito no decorrer do percurso escolar de todos os/as estudantes. Cabe às escolas garantir um ambiente seguro e propício à aprendizagem e à construção do conhecimento. A proteção de estudantes durante seu período de permanência no estabelecimento escolar abrange, respectivamente, o período em que ocorrer atividades complementares, regulares ou extraordinárias, dentro ou fora da escola (recreação, excursões, visitas monitoradas, grupos de estudo, oficinas culturais e artísticas, jogos ou campeonatos esportivos, laboratórios, dentre outros). A responsabilidade da escola estende-se aos danos que um/a estudante cause a terceiros, mas, nesse caso, a escola pode entrar com uma ação de regresso para que a família do/a estudante que causou danos faça o devido ressarcimento. Não há responsabilidade para com os/as estudantes fora das dependências da UE, terminado o seu turno de aulas. Caso estejam dentro do Perímetro Escolar de Segurança, a responsabilidade pela sua proteção é do policiamento escolar e dos órgãos de segurança pública.

✓ Como proceder em caso de desentendimentos e ações violentas envolvendo/a estudantes matriculados na UE, quando ocorrem fora da escola? Desentendimentos que resultam em agressões fora do espaço escolar não devem ser ignorados pela unidade escolar que tem papel fundamental de mostrar que existem outras soluções, que não a violência, para resolver problemas de convivência.

✓ Como proceder em caso de necessidade de alteração na rotina da UE quanto aos horários de entrada e saída? A UE deve procurar observar e respeitar a rotina de organização das famílias quanto ao início e término das aulas. Diante da necessidade impreterível de dispensa dos/as estudantes antes do horário regular de término das aulas, adiamento no horário da entrada, mudança de turno, compactação de horário e mudanças afins, a UE deverá comunicar formalmente, com antecedência mínima de 1 (um) dia, à família ou

responsável legal sobre a alteração no horário. A comunicação sobre medidas que resultem em alteração de horário apenas poderão ser encaminhadas no mesmo dia em casos fortuitos ou de força maior. Importante lembrar que é dever da Equipe Gestora garantir o cumprimento dos dias letivos e da carga horária estabelecidos no Calendário Escolar, portanto as alterações de horário citadas acima apenas devem ocorrer quando outras alternativas para resolução da questão forem esgotadas e sempre com a previsão de reposição. É fundamental compreender que esta não deve ser uma prática uma vez que não há previsão legal para a redução de horário. As orientações acima tratam de excepcionalidades e apenas devem ser adotadas em situações que configurem extrema necessidade e quando não restar nenhuma outra alternativa.

✓ De que forma intervenções policiais podem ocorrer no ambiente escolar? A escola é o espaço de proteção do/a estudante. Nesse sentido, as abordagens policiais nesse espaço devem ser feitas mediante solicitação da Equipe Gestora e/ou em situação de risco iminente à segurança dos membros da comunidade escolar. Tais abordagens, contudo, precisam ser feitas em conformidade com os princípios dos Direitos Humanos e/ou o Estatuto da Criança e do/da adolescente (ECA), de forma a garantir a integridade física e psicológica dos/as estudantes abordados, a fim de que o ambiente escolar seja considerado pela sociedade como referência dentro da rede de proteção.

✓ Quais operações policiais podem ser realizadas dentro da escola e em seu perímetro de segurança? Operação Escola Livre: consiste na revista dos/as estudantes com detectores de metais em busca de armas, na porta da escola. Operação Visibilidade: consiste em empregar policiamento motorizado com o intuito de prevenir ostensivamente ocorrências dentro do perímetro escolar. Operação Varredura: consiste na revista dos/as estudantes com detectores de metais dentro das salas de aula. Operação Bloqueio Escolar: consiste em busca geral em locais de concentração de pessoas no perímetro escolar como bares, quiosques, lanchonetes e em veículos suspeitos. Operação Blitz Escolar: é o somatório das operações anteriores. Operação Saturação: atenção especial que é dada pela Segurança Pública a escolas que apresentam um contexto de crise por motivos de violência ou criminalidade. Operação Volta às Aulas: é verificada a documentação dos/as condutores/as de vans e ônibus escolares e dos seus veículos; orientar – por meio de distribuição cartilhas da Segurança Pública - mãe, pai, estudantes, professores/as, demais profissionais da educação com a distribuição de cartilhas da Segurança Escolar.

✓ O que fazer se a escola receber ameaça de bomba ou encontrar algum objeto suspeito? O Batalhão Escolar deve ser imediatamente comunicado para que as providências imediatas sejam tomadas e, após o fato, deve-se registrar queixa na Delegacia mais próxima da escola. Outra alternativa é ligar para o número 190 e seguir as orientações. É preciso cuidado para evitar alarde e pânico entre a comunidade escolar e é fundamental lembrar que o principal objetivo é preservar a integridade física e moral dos/as estudantes, servidores e terceirizados.. Em caso de abandono de objeto suspeito em algum ponto das instalações físicas da escola, a Direção ou Equipe Pedagógica deverá isolar o local até a chegada da Polícia

Militar. Jamais se deve manusear ou tentar retirar o objeto suspeito e menos quando se tratar efetivamente de um artefato explosivo.

✓ O que fazer se um/a estudante for detectado com drogas lícitas (como álcool, tabaco ou medicamentos de uso restrito) na escola? A Equipe Gestora deverá reter o psicoativo e, imediatamente, informar aos responsáveis legais. Em seguida, deve-se registrar a ocorrência e verificar se se trata de reincidência. É fundamental, nesses casos, verificar a necessidade de encaminhamento do/a estudante e/ou sua família à Rede de Proteção.

✓ O que fazer se um/a estudante se apresentar alcoolizado? A embriaguez, ao contrário do que se imagina, não se caracteriza como ato infracional, a não ser que que cause escândalo ou ponha em perigo a segurança própria ou alheia (Art. 62 da Lei 3.688/41), contudo, por se tratar de menores de idade, o uso e/ou porte de drogas lícitas e ilícitas é proibido. Além disso, pode gerar impactos bastante negativos na trajetória do/a estudante. Mais uma vez, a participação da comunidade e a inclusão de projetos preventivos na Proposta Pedagógica são iniciativas fundamentais para o combate ao uso de álcool pelos/ as estudantes. Como iniciativa de prevenção ao uso de tráfico de drogas, recomenda-se que a UE formalize no início do ano letivo uma solicitação de atendimento para o Programa Educacional de Resistência às Drogas (Proerd-PMDF), considerando que o programa consiste em uma ação conjunta entre a Polícia Militar, Escola e Família, conforme a Lei Distrital Nº 3.946 de 12 de janeiro de 2007, no sentido de prevenir o uso de drogas e a violência entre estudantes, bem como ajudá-los a reconhecer as pressões e as influências diárias, desenvolvendo habilidades socioemocionais em prol de escolhas seguras e saudáveis. Desse modo, o Proerd é mais um fator de proteção da vida e fortalecimento da Cultura de Paz.

✓ O que fazer se um/a estudante for detectado com drogas ilícitas na escola? A Equipe Gestora deverá acionar o Batalhão Escolar cuidando para que o/a estudante não venha a sofrer constrangimentos ou qualquer forma de violência, assim preservando a sua integridade física e moral. Não detenha ou guarde a droga. Esta deverá permanecer com o/a estudante até a chegada da equipe policial. É preciso, ainda, informar imediatamente a ocorrência aos responsáveis legais e solicitar a presença destes para ciência e registro. A equipe policial dará o encaminhamento legal ao caso a partir de então, porém a escola deverá acompanhar o caso e evitar divulgar o caso à comunidade no sentido de preservar o/a estudante de exposições e julgamentos. O tema deve ser discutido, porém sem descrever fatos e identificar envolvidos.

✓ Como a instituição de ensino deve proceder diante de casos de suspeita de tráfico de drogas na escola ou em seu perímetro? Em caso de suspeita de tráfico de drogas na escola ou em seu perímetro, devem-se buscar informações e circunstâncias que possam contribuir com a investigação que deve ser feita pela Polícia, jamais pela escola. É recomendado utilizar os Canais de Denúncia on-line da Polícia Civil. Disque 197 (opção zero). Correio Eletrônico: denuncia197@pcdf.df.gov.br WhatsApp: (61) 98626-1197. Essa é uma forma segura de denunciar, porque não é necessário se identificar. O Sigilo é absoluto.

✓ O que fazer se um/a estudante depredar o patrimônio escolar? O primeiro passo é a adoção de ações pedagógicas pautadas na valorização do patrimônio público, posteriormente e, se necessário, a escola pode entrar com uma ação de regresso para que a família do/a estudante que causou os danos faça o devido ressarcimento. Se as ações depredatórias dos/as estudantes estiverem dentro do Perímetro Escolar de Segurança, a responsabilidade pelas medidas cabíveis é do policiamento escolar e dos órgãos de segurança pública.

✓ O que fazer diante de uma situação de furto ou roubo praticado por estudantes dentro da escola? Os/as estudantes devem ser orientados a registrarem Boletim de Ocorrência em casos de furto. Se considerar necessário, a Equipe Gestora pode acionar o Batalhão Escolar, contudo aconselha-se evitar que a autoridade policial submeta os/as estudantes à revista para tentar localizar o objeto furtado. Tal conduta gera constrangimentos e revolta. A Escola deve buscar sempre alternativas pedagógicas, educativas e preventivas. É importante orientar os/as discentes sobre o cuidado com os pertences pessoais e a necessidade de manter as salas de aula sempre fechadas em momentos como os intervalos ou atividades externas. Recomenda-se que os/as estudantes evitem levar objetos de valor para a escola.

✓ O que fazer se for detectado um/a estudante com arma de fogo ou portando objeto (faca, canivete, estilete, soco inglês, chaco, punhal, espada) que representa risco potencial à sua integridade física ou de outrem, na escola? Assim que o fato for detectado, a Equipe Gestora deverá entrar em contato com o Batalhão Escolar ou ligar para o número 190, para que as medidas cabíveis sejam tomadas por profissionais preparados para o atendimento da ocorrência. Sempre se deve atentar para que não haja alarde na comunidade escolar, bem como preservar a integridade física e moral do/a estudante. Importante registrar a ocorrência e solicitar a presença dos responsáveis na UE para ciência do fato.

✓ O que fazer diante de indícios de maus-tratos sofridos por criança ou adolescente? Além de acionar o Conselho Tutelar, a escola pode fazer a denúncia por meio dos Canais de Denúncia on-line da Polícia Civil. Disque 197 (opção zero). Correio Eletrônico: denuncia197@pcdf.df.gov.br WhatsApp: (61) 98626-1197. Se possível, é bom reunir informações como: Onde ocorre a violência? Em que horário ela costuma ocorrer? Quem é a vítima (informe o nome e a idade)? Quem é o autor da violência? O autor possui alguma relação de proximidade/parentesco com a vítima (pai, mãe, irmão, tios, vizinho, professor, dentre outros)? Como são praticadas as agressões? As agressões já ocorrem há quanto tempo? As agressões já foram denunciadas ao Conselho Tutelar? Se possuir filmagens ou imagens do crime ou do/a autor/a, anexar à denúncia. Não é necessário se identificar.

✓ Diante de caso de suspeita de violência sexual contra crianças e adolescentes, qual deverá ser o procedimento da UE? Em caso de suspeita de violência sexual contra crianças e adolescentes o/a professor/a deve relatar à Direção da escola os comportamentos observados, bem como relatos espontâneos,

quando for o caso. A identificação precoce da ocorrência da violência sexual contra crianças e adolescentes é um fator fundamental para a proteção das vítimas. Em atendimento ao Artigo 56 do Estatuto da Criança e do/da adolescente (Lei 8.069/90) e ao Artigo 8º do Regimento Escolar da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, a Direção da escola deve encaminhar notificação, imediatamente, ao Conselho Tutelar (órgão público responsável por zelar pelos direitos das crianças e dos/das adolescentes), podendo também notificar a DPCA e o Ministério Público. A Equipe Gestora poderá contar com o apoio dos/das orientadores/as Educacionais no tocante à elaboração de Parecer Técnico (Art.127, Parágrafo XIX), bem como apoio aos/às profissionais da educação, estudantes, familiares e demais integrantes da comunidade escolar. Fundamental lembrar que a denúncia não exige comprovação, basta a suspeita de violência sexual. Não se deve questionar o/a estudante sobre o fato e nem apontar possíveis suspeitos. Essa constatação deverá ser resultado de um processo minucioso e especializado de investigação realizado pelas instituições responsáveis. É muito importante preservar a privacidade e identidade da criança ou adolescente evitando a exposição e constrangimento. (ECA Art. 17 e Art.100 – Parágrafo Único).

✓ O que fazer diante de assédio ou violência sexual praticado por docente ou outro/a profissional da educação a estudantes? Em qualquer caso de suspeita de assédio sexual, qualquer pessoa que tenha conhecimento ou presencie ação ou omissão, praticada em local público ou privado, que constitua assédio ou violência contra criança e/ou adolescente, tem o dever de denunciar, porém a investigação deve ser realizada pelos órgãos responsáveis (CF, Art. 227; ECA, Art. 13 e 245; Lei 13.431/17). Quando a conduta parte de um servidor da UE, o fato não pode ser tratado de forma diferente. Nesses casos, cabe compreender o quanto a linha que separa “brincadeiras” das posturas, comentários e ações, que podem ser classificados como assédio ou abuso sexual, é bastante tênue. As adolescentes são as maiores vítimas desse tipo de agressão simbólica que, por vezes, é praticada por pessoas bem próximas, inclusive na escola. Nesse cenário, a omissão e/ou conivência é ingrediente fortalecedor da violência sexual que pode resultar em danos irreparáveis na vida da adolescente.

4. Objetivos e ações para 2023

Objetivos:

1. Respeitar a vida e a dignidade de cada pessoa, sem discriminação ou preconceito;
2. Praticar a não-violência ativa, rejeitando a violência sob todas as suas formas: física, sexual, psicológica, econômica e social, em particular contra os grupos mais desprovidos e vulneráveis como as crianças e os adolescentes;
3. Compartilhar o meu tempo e meus recursos materiais em um espírito de

generosidade visando o fim da exclusão, da injustiça e da opressão política e econômica;

4. Defender a liberdade de expressão e a diversidade cultural, dando sempre preferência ao diálogo e à escuta do que ao fanatismo, à difamação e a rejeição do outro;

5. Respeitar a vida;

6. Rejeitar a violência;

7. Ser generoso;

8. Ouvir para compreender;

9. Preservar o planeta;

10. Redescobrir a solidariedade.

Ações para o ano letivo de 2023:

✓ Intervalo dirigido;

✓ Rodas de conversas com os estudantes;

✓ Momentos de protagonismo dos estudantes (intervalo diferente);

✓ Conselho de classe participativo;

✓ Formação continuada para os servidores;

✓ Momentos de encontros entre os servidores;

✓ Projeto Caixa Histórica (resgate da identidade);

✓ Ações de gentileza;

✓ Ações envolvendo as famílias na escola;

✓ Momentos de leitura coletivo, oportunizando o acesso às informações sobre seus direitos, desenvolvendo competências para a compreensão crítica da realidade social e do mundo;

✓ Utilização da sala de leitura;

✓ Oficinas reflexivas, esportivas e socioculturais, possibilitando a ampliação do universo informacional, artístico e cultural;

✓ Salas ambientes.

